

Bruno Manuel da Costa Madeira

**Novos destinos para edifícios industriais
Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca
Museu do Vinho**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação**

Orientador: Professor Doutor Vasco Pinheiro

Lisboa

2014

Bruno Manuel da Costa Madeira

**Novos destinos para edifícios industriais
Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca
Museu do Vinho**

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura no Curso de Mestrado Integrado em Arquitectura, concedido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Vasco Pinheiro

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação**

Lisboa

2014

AGRADECIMENTOS

No decorrer da realização deste trabalho pude contar com a compreensão e ajuda de muitas pessoas, que de uma forma directa ou indirecta me deram o ânimo e a confiança necessária para a conclusão da presente dissertação de mestrado.

Inicio os meus agradecimentos ao Professor Doutor Vasco Pinheiro, pelos desafios que me propôs e pelo seu encaminhamento, paciência, prontidão e disponibilidade no decorrer do acompanhamento da elaboração deste trabalho.

Ao Sr. Mira, trabalhador na firma Abel Pereira da Fonseca desde 1965 e à Dona Ana Bela, trabalhadora na firma deste 1979, por me terem facultado o acesso às instalações dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca, pelos seus depoimentos e pela cedência de elementos como fotografias originais e facturas, que se destacaram como elementos bastante relevantes para o entendimento e contextualização históricas destes armazéns.

Aos colaboradores da instituição fablab edp, nomeadamente ao Luís Carvão e ao Ferbi, pela ajuda e colaboração prestada, tornando possível a utilização de novas formas de apresentar a proposta de intervenção em maqueta.

A todos os meus amigos e colegas que fizeram comigo o percurso académico, e que estiveram presentes nos momentos de maior hesitação e que me acompanharam com amizade ao longo de todo o curso.

À minha namorada pelo carinho, paciência e pelo apoio incondicional que sempre me deu ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, irmão e avó, pelos seus ensinamentos e atenção prestada em todas as fases do meu crescimento, pela sua capacidade de crítica e acima de tudo pelos valores que me passaram. Um agradecimento muito especial aos meus pais, por todo o carinho e apoio dado ao longo de todo o meu percurso, mostrando-se sempre disponíveis para conciliarem o seu tempo com os meus compromissos.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VIII
ÍNDICE DE TABELAS.....	XVII
ÍNDICE DE ANEXOS.....	XVIII
ABREVIATURAS.....	XXIII
RESUMO.....	XXIV
ABSTRACT.....	XXV
1. INTRODUÇÃO.....	26

PARTE I

Capítulo I

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO INDUSTRIAL

1. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO.....	32
2. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO INDUSTRIAL.....	33
2.1. EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS: CONSEQUÊNCIAS DO FIM DE UMA ÉPOCA.....	34
2.2. IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL.....	36
2.3. IMPORTÂNCIA DA SUA REABILITAÇÃO.....	38
2.4. VANTAGENS DE UMA POLITICA DE REABILITAÇÃO.....	40

Capítulo II

ESTUDO DE CASOS

1. CAVES GRAHAM'S – PORTO.....	44
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL.....	44
1.1.1. VALOR PATRIMONIAL.....	45
1.1.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS.....	45
1.2. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO.....	46

1.2.1.	CONCURSO / ABORDAGEM.....	46
1.2.2.	CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO EDIFÍCIO RESULTANTE.....	46
1.2.3.	REQUALIFICAÇÃO RESULTANTE APÓS INTERVENÇÃO.....	48
2.	CAIS D´ORSAY – MUSEU D´ORSAY.....	49
2.1.	CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL.....	49
2.1.1.	VALOR PATRIMONIAL.....	50
2.1.2.	CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS.....	50
2.2.	CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO.....	51
2.2.1.	CONCURSO / ABORDAGEM.....	52
2.2.2.	CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO EDIFÍCIO RESULTANTE.....	52
2.2.3.	REQUALIFICAÇÃO RESULTANTE APÓS INTERVENÇÃO.....	53
3.	CENTRAL TEJO – MUSEU DA ELECTRICIDADE.....	54
3.1.	CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL.....	54
3.1.1.	VALOR PATRIMONIAL.....	55
3.1.2.	CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS.....	56
3.2.	CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO.....	57
3.2.1.	CONCURSO / ABORDAGEM.....	57
3.2.2.	CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO EDIFÍCIO RESULTANTE.....	58
3.2.3.	REQUALIFICAÇÃO RESULTANTE APÓS INTERVENÇÃO.....	58
4.	BANKSIDE POWER STATION – TATE MODEM – LONDRES.....	59
4.1.	CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL.....	59
4.1.1.	VALOR PATRIMONIAL.....	60
4.1.2.	CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS.....	60
4.2.	CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO.....	61
4.2.1.	CONCURSO / ABORDAGEM.....	62
4.2.2.	CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO EDIFÍCIO RESULTANTE.....	62
4.2.3.	REQUALIFICAÇÃO RESULTANTE APÓS INTERVENÇÃO.....	63

PARTE II

Capítulo III

CASO DE ESTUDO - ARMAZÉNS DE VINHO ABEL PEREIRA DA FONSECA

1.	JUSTIFICAÇÃO DA SELECÇÃO DO EDIFÍCIO.....	67
-----------	--------------------------------------------------	-----------

2. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL	68
2.1. VALOR PATRIMONIAL.....	69
2.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS.....	70
3. CONTEXTO HISTÓRICO – CULTURAL DE BRAÇO DE PRATA	72
4. HISTORIA E EVOLUÇÃO DO CONJUNTO DOS ARMAZÉNS	
ABEL PEREIRA DA FONSECA	74
4.1. ESTABELECIMENTOS VAL DO RIO.....	94
5. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO / ANÁLISE DAS PATOLOGIAS EXISTENTES ...	100
5.1. INTERIOR.....	101
5.2. EXTERIOR.....	129

Capítulo IV

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

1. PROGRAMA	138
2. MEMÓRIA DESCRITIVA	139
2.1. CAFÉ / BAR.....	140
2.2. MUSEU DO VINHO.....	140
2.3. WINE BAR.....	142
2.4. LOJA.....	142
2.5. RESTAURANTE.....	142
2.6. AUDITÓRIO.....	143
2.7. CENTRO DE EXPOSIÇÕES.....	144
2.8. BIBLIOTECA.....	145
2.9. <i>ATELIERS</i> DE TRABALHO.....	145
2.10. CAFÉ DE APOIO AO PARQUE.....	146
2.11. GINÁSIO.....	146
 CONCLUSÃO	 147
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 149

ANEXOS

I - CARTAS PATRIMONIAIS.....	154
A. CARTA DE CRACÓVIA 2000: PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÓNIO.....	155
B. CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL, 2003.....	161
II – REGISTOS FOTOGRÁFICOS.....	175
A. INSTALAÇÕES.....	176
B. ARMAZÉNS PERTENCENTES AO GRUPO.....	178
C. DOCA DO POÇO DO BISPO.....	181
D. LOJAS VAL DO RIO.....	182
D.1. PUBLICIDADE ÀS LOJAS.....	183
D.2. VINHOS COMERCIALIZADOS.....	185
III – CARTOGRAFIA.....	186
IV – ELEMENTOS DESENHADOS.....	188

ÍNDICE DE FIGURAS

- Fig. 1: Tate Modern – Londres. Fonte: Modern, G. t.-T. (s.d.). *Museos y galerías en Londres*.
Obtido de Londres.es: www.londres.es;
- Fig. 2: Museu D’Orsay – Paris. Fonte: Dalbéra, J. -P. (2010). *Le musée d’Orsay (Paris)*.
Obtido de Flickr: www.flickr.com;
- Fig. 3: Museu da Electricidade – Lisboa. Fonte: Câmara. F. (s.d.). *Tejo e Museu da electricidade – Central Tejo*. Obtido de Panoramio: www.Panoramio.com;
- Fig. 4: Caves Graham’s – Porto. Fonte: Porto, C.V. (s.d.). *W.& J. Graham’s*. Obtido em Caves do vinho do Porto: www.cavesvinhodoporto.com;
- Fig. 5: Ortofotomapa, Bankside Power Station – Tate Modern. Fonte: google Earth;
- Fig. 6: Vista geral do edifício em 1985. Fonte: wikipedia. (1985). *Bankside Power Station*.
Obtido em Wikipedia: www.wikipedia.org;
- Fig. 7: Vista geral da sala das turbinas. Fonte: Prat, J. (s.d.). *Tate Modern, Bankside, Londres*.
Obtido em paperblog: www.es.paperblog.com;
- Fig. 8: Vista geral da sala das turbinas. Fonte: Marlow, P. (1995). *G. B. London. Interior Bankside Power Station*. Obtido em Magnum photos: www.magnumphotos.com;
- Fig. 9: Vista exterior após intervenção. Fonte: ArtFund. (s.d.). *Tate Modern*. Obtido em ArtFund: www.artfund.org;
- Fig. 10: Sala das turbinas após intervenção. Walk London. (s.d.). *Tate Modern*. Obtido em walk London: www.walklondon.com;
- Fig. 11: Sala das turbinas após intervenção. Fonte: Geograph. (s.d.). *the turbine hall, Tate Modern Art Gallery, London*. Obtido em geography: www.geograph.org.uk;
- Fig. 12: Ortofotomapa, Cais D’Orsay – Museu D’Orsay – Paris. Fonte: google Earth;
- Fig. 13: Vista exterior da Gare D’Orsay. Fonte: Monaco, D. (s.d.). *Paris-Rive gaucher: Le Musée D’Orsay*. Obtido em Il Nostro Blog: www.scuolanunzionasitp.altervista.org;
- Fig. 14: Vista interior da antiga Gare D’Orsay, 1902. Fonte: Monaco, D. (s.d.). *Paris-Rive gaucher: Le Musée D’Orsay*. Obtido em Il Nostro Blog: www.scuolanunzionasitp.altervista.org;
- Fig. 15: Vista interior da antiga Gare D’Orsay, 1902. Fonte: Monaco, D. (s.d.). *Paris-Rive gaucher: Le Musée D’Orsay*. Obtido em Il Nostro Blog: www.scuolanunzionasitp.altervista.org;
- Fig. 16: Ortofotomapa, Central Tejo – Museu da electricidade. Fonte: google Earth;
- Fig. 17: Vista exterior da Central Tejo, 1950. Fonte: Skyscrapercity. (1950). *Central Tejo*.
Obtido em skyscrapercity: www.skyscrapercity.com;
- Fig. 18: Processo de descarregamento do carvão. Fonte: Leite, J. (s.d.). *Central Tejo*. Obtido em Restos de colecção: [www.http://restosdecolecção.blogspot.pt](http://restosdecolecção.blogspot.pt);

- Fig. 19: Maquinaria utilizada na Central Tejo, 1934. Fonte: Leite, J. (s.d.). *Central Tejo*. Restos de colecção: [www.http://restosdecoleccion.blogspot.pt](http://restosdecoleccion.blogspot.pt);
- Fig. 20: Maquinaria utilizada na Central Tejo, 1934. Fonte: Leite, J. (s.d.). *Central Tejo*. Restos de colecção: [www.http://restosdecoleccion.blogspot.pt](http://restosdecoleccion.blogspot.pt);
- Fig. 21: Maquinaria utilizada na Central Tejo, 1934. Fonte: Leite, J. (s.d.). *Central Tejo*. Restos de colecção. Obtido em: [www.http://restosdecoleccion.blogspot.pt](http://restosdecoleccion.blogspot.pt);
- Fig. 22: Caves Graham's – Porto. Fonte: google Earth;
- Fig. 23: Recepção. Fonte: Guerra, F. Guerra, S. (2013). *Reabilitação de Graham's 1890 Lodge / Luis Loureiro + P-06 – Nuno Gusmão*. Obtido em: archdaily: www.archdaily.com.br;
- Fig. 24: Sala de degustação. Fonte: Guerra, F. Guerra, S. (2013). *Reabilitação de Graham's 1890 Lodge / Luis Loureiro + P-06 – Nuno Gusmão*. Obtido em: archdaily: www.archdaily.com.br;
- Fig. 25: Loja. Fonte: Guerra, F. Guerra, S. (2013). *Reabilitação de Graham's 1890 Lodge / Luis Loureiro + P-06 – Nuno Gusmão*. Obtido em: archdaily: www.archdaily.com.br;
- Fig. 26: Restaurante. Fonte: Guerra, F. Guerra, S. (2013). *Reabilitação de Graham's 1890 Lodge / Luis Loureiro + P-06 – Nuno Gusmão*. Obtido em: archdaily: www.archdaily.com.br;
- Fig. 27: Ortofotomapa, zona Oriental de Lisboa. Fonte: google Earth;
- Fig. 28: Ortofotomapa, armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca. Fonte: google Earth;
- Fig. 29: Evolução da área de Braço de Prata. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 30: Abel Pereira da Fonseca. Fonte: Leite, J. (s.d.). *Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca*. Restos de Colecção. Obtido em [www.http://restosdecoleccion.blogspot.pt](http://restosdecoleccion.blogspot.pt);
- Fig. 31: Planta do alargamento e rectificação da Rua do Açúcar aprovada em sessão de camara de 12 de Outubro de 1899. Arquivo Municipal de Lisboa, A. M. Planta junta à informação nº 7543. *Ref PT-AMLSB-CMLSB-UROB-PU-09-02754 - Folha 1*;
- Fig. 32: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo, em 1908. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 33: Alçado Oeste – Frente largo do Poço do Bispo, segundo anexo, em 1908. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 34: Reconstituição da planta de 1910, segundo cartografia de Silva Pinto. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 35: Reconstituição da planta de 1910, segundo. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 36: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo, em 1910. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 37: Reconstituição da planta de 1910, segundo cartografia de Silva Pinto, anexo IV. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 38: Reconstituição da planta de 1916, segundo anexo IV. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 39: Alçado Este – Frente Rio, segundo anexo IV, em 1910. Fonte: autoria do autor;

- Fig. 40: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo b, em 1910. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 41: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo xx, em 1916. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 42: Sócios gerentes da firma Abel Pereira da Fonseca, Lda 1918. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 43: Reconstituição da planta de 1916, segundo cartografia de Silva Pinto, anexo x. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 44: Reconstituição da planta de 1921, segundo anexo a. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 45: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo xx, em 1916. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 46: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo xx, em 1917. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 47: Alçado Oeste – Largo do Poço do Bispo, segundo anexo xx, em 1917. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 48: Poço do Bispo – fachada do armazém principal em 1919. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 49: Frontão – fachada do armazém principal. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 50: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo xx, em 1917. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 51: Poço do Bispo - armazéns em 1919. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 52: Poço do Bispo – Rua Amorim em 1919. Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 53: Poço do Bispo – Vista parcial interior do armazém principal em 1919. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 54: Poço do Bispo – Vista parcial do armazém principal em 1919. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 55: Poço do Bispo – Pátio do armazém em 1919. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 56: Poço do Bispo – Secção de tanoaria em 1919. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 57: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1921. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 58: Alçado Este – Frente Rio, segundo anexo IV, em 1921. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 59: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1922. Fonte: autoria do autor;

- Fig. 60: Alçado Este – Frente Rio, segundo anexo IV, em 1922. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 61: Instalações da firma Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca em 1923. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 62: Reconstituição da planta de 1930, segundo cartografia de Silva Pinto, anexo IV. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 63: Reconstituição da planta de 1942, segundo anexo IV. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 64: Panorâmica sobre a doca do Poço do Bispo, em 1938. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Ref PT-AMLSB-POR-052770 - Folha 1;
- Fig. 65: Doca do Poço do Bispo, em 1938. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Ref PT-AMLSB-EDP-001469 - Folha 1;
- Fig. 66: Alçado Este – Frente Rio em 1930. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 67: Alçado Oeste – Largo do Poço do Bispo, segundo anexo II, em 1942. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 68: Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1942. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 69: Alçado Este – Frente Rio, segundo fotografia anexo IV, em 1942. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 70: Painel de controlo Daubron (destruído) e galerias de depósito, em 1942. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 71: Galeria edifício de escritórios, em 1942. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 72: Piso 0 galeria central edificio de escritórios, em 1942. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 73: Galeria edifício de escritórios, em 1942. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Fig. 74: Armazéns da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L., em 1942. Fonte: http://c7.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/o4312c508/14119079_uZrVR.jpeg
- Fig. 75: Armazéns da Soc. Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L., em 1945. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 76: Armazéns da Soc. Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L., em 1945. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 77: Vista geral do império pertencente á “Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.”, 1950. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 78: Vila Operária, firma Abel Pereira da Fonseca, 1945. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 79: Vila Operária, firma Abel Pereira da Fonseca, 1945. Fonte: Fotografia original;

- Fig. 80: Vila Operária, firma Abel Pereira da Fonseca, 1945. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 81: Vila Operária, firma Abel Pereira da Fonseca, 1945. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 82: Vila Operária, firma Abel Pereira da Fonseca, 1945. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 83: Pipas de vinho a bordo das fragatas, junto ao cais do Poço do Bispo, s/d. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Colecção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;
- Fig. 84: Pipas de vinho a bordo das fragatas, junto ao cais do Poço do Bispo, s/d. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Colecção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;
- Fig. 85: Descarregamento de pipas de vinho e outras mercadorias, junto ao cais do Poço do Bispo, 1960. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Ref PT-AMLSB-AJG-I00068 - Folha 1;
- Fig. 86: Pipas de vinho roladas, junto ao cais do Poço do Bispo, 1960. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa - Ref PT-AMLSB-AJG-I00067 - Folha 1;
- Fig. 87: Pipas de vinho roladas, cais do Poço do Bispo, 1952. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 88: Armazenamento das pipas, s/d. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 89: Armazenamento das pipas, s/d. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 90: Armazenamento das pipas – Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, s/d. Fonte: Fotografia original;
- Fig. 91: Alçado Oeste – Largo do Poço do Bispo, actualmente. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 92: Alçado Norte – Rua Amorim, actualmente. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 93: Alçado Este – Frente Rio, actualmente. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 94 e 95: Edifício da antiga “Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.”, em 1998, integrado no plano de recuperação do “Caminho do Oriente”. Fonte: Sipa. (27 de julho de 2011). *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Obtido em 15 de Março de 2014, de monumentos.pt: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3180
- Fig. 96: Estabelecimento Val do Rio, no Poço do Bispo – 1928. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Colecção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;
- Fig. 97: Estabelecimento Val do Rio em Lisboa. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Colecção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;

- Fig. 98: Cartaz publicitário das lojas Val do Rio, em 1911. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Coleção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;
- Fig. 99: Cartaz publicitário da Soc. C. Abel Pereira da Fonseca e dos Estabelecimentos Val do Rio, em 1949. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Coleção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;
- Fig. 100: Fernando Pessoa, numa das suas habituais idas ao “Abel”. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Coleção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;
- Fig. 101: Levantamento esquemático do existente. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 102: Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 1. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 103: Taberna. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 104: Entrada da taberna. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 105: Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 2. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 106: Entrada Oeste. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 107: Antiga ligação entre armazéns Fonte: autoria do autor;
- Fig. 108: Galerias de cubas. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 109: Galeria de cubas. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 110: Entrada Norte. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 111: Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 3. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 112: Entrada Norte. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 113: Galerias. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 114: Átrio central. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 115: Instalações sanitárias. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 116: Entrada Este. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 117: Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 4. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 118: Galeria de Cubas. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 119: Galeria de Cubas. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 120: Galeria de Cubas. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 121: Galeria de Cubas. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 122: Levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 5,7 e 9. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 123: Armazém 5. Fonte: autoria do autor;
- Fig. 124: Armazém 7. Fonte: autoria do autor;

Fig. 125: Armazém 7. Fonte: autoria do autor;

Fig. 126: Armazém 7 e 9. Fonte: autoria do autor;

Fig. 127: Instalações sanitárias Armazém 9. Fonte: autoria do autor;

Fig. 128: Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 6. Fonte: autoria do autor;

Fig. 129: Entrada armazém 6. Fonte: autoria do autor;

Fig. 130: Entrada Largo. Fonte: autoria do autor;

Fig. 131: Armazém 6. Fonte: autoria do autor;

Fig. 132: Armazém 6. Fonte: autoria do autor;

Fig. 133: Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 8. Fonte: autoria do autor;

Fig. 134: Entrada este, armazém 8. Fonte: autoria do autor;

Fig. 135: Entrada este, armazém 8. Fonte: autoria do autor;

Fig. 136: Entrada oeste, armazém 8. Fonte: autoria do autor;

Fig. 137: Entrada oeste, armazém 8. Fonte: autoria do autor;

Fig. 138: Levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 10. Fonte: autoria do autor;

Fig. 139: Entrada este, armazém 10. Fonte: autoria do autor;

Fig. 140: Entrada este, armazém 10. Fonte: autoria do autor;

Fig. 141: Entrada oeste, armazém 10. Fonte: autoria do autor;

Fig. 142: Instalações sanitárias. Fonte: autoria do autor;

Fig. 143: Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 11, 14, 16, 18 e 19
Fonte: autoria do autor;

Fig. 144: Armazéns 14, 16, 18 e 19. Fonte: autoria do autor;

Fig. 145: Panorâmica dos armazéns 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. Fonte: autoria do autor;

Fig. 146: Panorâmica dos armazéns 11, 14, 16, 18 e 19. Fonte: autoria do autor;

Fig. 147: Levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 12. Fonte: autoria do autor;

Fig. 148: Armazém 12. Fonte: autoria do autor;

Fig. 149: Levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 13. Fonte: autoria do autor;

Fig. 150: Armazém 13. Fonte: autoria do autor;

Fig. 151: Armazém 13. Fonte: autoria do autor;

Fig. 152: Armazém 13. Fonte: autoria do autor;

Fig. 153: Levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 15 e 17. Fonte: autoria do autor;

Fig. 154: Armazém 15 e 17. Fonte: autoria do autor;

Fig. 155: Armazém 15 e 17. Fonte: autoria do autor;

Fig. 156: Armazém 15 e 17. Fonte: autoria do autor;

Fig. 157: Levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 20. Fonte: autoria do autor;

Fig. 158: Armazém 20. Fonte: autoria do autor;

Fig. 159: Armazém 20. Fonte: autoria do autor;

Fig. 160: Armazém 20. Fonte: autoria do autor;

Fig. 161: Levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 20. Fonte: autoria do autor;

Fig. 162: Armazém 21. Fonte: autoria do autor;

Fig. 163: Levantamento fotográfico piso intermédio – Armazém 2. Fonte: autoria do autor;

Fig. 164: Vista para a entrada Norte. Fonte: autoria do autor;

Fig. 165: Cuba de vinho. Fonte: autoria do autor;

Fig. 166: Corredores de armazenamento. Fonte: autoria do autor;

Fig. 167: Patologia presente na laje. Fonte: autoria do autor;

Fig. 168: Planta de levantamento fotográfico piso 1 – Armazém 1. Fonte: autoria do autor;

Fig. 169: Planta de levantamento fotográfico piso 1 – Armazém 2. Fonte: autoria do autor;

Fig. 170: Vista para o armazém 1. Fonte: autoria do autor;

Fig. 171: Vista para o armazém 1. Fonte: autoria do autor;

Fig. 172: Desfasamento entre os pisos. Fonte: autoria do autor;

Fig. 173: Vista para o armazém 3. Fonte: autoria do autor;

Fig. 174: Entrada de ar das cubas. Fonte: autoria do autor;

Fig. 175: Planta de levantamento fotográfico piso 1 – Armazém 3. Fonte: autoria do autor;

Fig. 176: Vista para o armazém 2. Fonte: autoria do autor;

Fig. 177: Ligação entre o armazém 3 e 2. Fonte: autoria do autor;

Fig. 178: Galeria armazém 3. Fonte: autoria do autor;

Fig. 179: Galeria armazém 3. Fonte: autoria do autor;

Fig. 180: Galeria armazém 3. Fonte: autoria do autor;

Fig. 181: Sala de Rótulos. Fonte: autoria do autor;

Fig. 182: Laboratório. Fonte: autoria do autor;

Fig. 183: Sala de Reuniões. Fonte: autoria do autor;

Fig. 184: Sala de Reuniões. Fonte: autoria do autor;

Fig. 185: Núcleo de escada entrada Este. Fonte: autoria do autor;

Fig. 186: Arquivo. Fonte: autoria do autor;

Fig. 187: Núcleo de escada/ antigo elevador. Fonte: autoria do autor;

Fig. 188: Planta de levantamento fotográfico piso 2 – Armazém 3. Fonte: autoria do autor;

Fig. 189: Vista para o armazém 2. Fonte: autoria do autor;

Fig. 190: Vista para o armazém 2. Fonte: autoria do autor;

Fig. 191: Galeria armazém 3. Fonte: autoria do autor;

Fig. 192: Galeria armazém 3. Fonte: autoria do autor;

Figs. 193, 194, 195 e 196: Corredores de circulação entre gabinetes. Fonte: autoria do autor;

Fig. 197: Arquivo. Fonte: autoria do autor;

Fig. 198: Secção de contabilidade. Fonte: autoria do autor;

Fig. 199: Secção de facturação. Fonte: autoria do autor;

Fig. 200: Tesouraria. Fonte: autoria do autor;

Fig. 201: Secção de Exportação. Fonte: autoria do autor;

Fig. 202: Secção de Vendas. Fonte: autoria do autor;

Fig. 203: Núcleo de escadas / antigo elevador. Fonte: autoria do autor;

Fig. 204: Entrada para os gabinetes. Fonte: autoria do autor;

Fig. 205: Gabinete. Fonte: autoria do autor;

Fig. 206: Planta de levantamento fotográfico – Rua do Açúcar. Fonte: autoria do autor;

Fig. 207: Armazéns com frente para a Praça David Leandro da Silva. Fonte: autoria do autor;

Fig. 208: Armazéns ladeados aos anteriores. Fonte: autoria do autor;

Fig. 209: Planta de levantamento fotográfico – Rua Amorim. Fonte: autoria do autor;

Fig. 210: Vista geral da Rua Amorim. Fonte: autoria do autor;

Fig. 211: Edifício dedicado aos escritórios. Fonte: autoria do autor;

Fig. 212: Armazéns. Fonte: autoria do autor;

Fig. 213: Planta de levantamento fotográfico – Rua Cintura do Porto. Fonte: autoria do autor;

Fig. 214: Vista geral da Rua Cintura do Porto. Fonte: autoria do autor;

Fig. 215: Edifício de escritórios. Fonte: autoria do autor;

Fig. 216: Pormenor no último armazém da Rua Cintura do Porto. Fonte: autoria do autor;

Fig. 217: Planta de levantamento fotográfico – Rua Pereira Henriques. Fonte: autoria do autor;

Fig. 218: Vista geral da Rua Pereira Henriques. Fonte: autoria do autor;

Fig. 219: Esquema do programa para a proposta de intervenção. Fonte: autoria do autor;

Fig. 220: Diagrama esquemático do objectivo da proposta. Fonte: autoria do autor;

Fig. 221: Corte técnico, restaurante, museu e café / bar. Fonte: autoria do autor;

Fig. 222: Esquiço de apoio, estudo do espaço pretendido. Fonte: autoria do autor;

Fig. 223: Esquiço de apoio, estudo do espaço pretendido. Fonte: autoria do autor;

Fig. 224: Corte técnico, Auditório, espelho de água e Centro de Expo. Fonte: autoria do autor;

Fig. 225: Esquiço de apoio, estudo do espaço pretendido. Fonte: autoria do autor;

Fig. 226: Esquiço de apoio, estudo do espaço pretendido. Fonte: autoria do autor;

Fig. 227: Esquiço de apoio, estudo do espaço pretendido. Fonte: autoria do autor.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Sucursais – Lojas Val do Rio em 1965. Fonte: autoria do autor;

Tabela 2 – Sucursais – Lojas Val do Rio, que vieram a ocupar a numeração interna após 1965. Fonte: autoria do autor;

Tabela 3 – Levantamento da estrutura/ estado, patologias e soluções - interior. Fonte: autoria do autor;

Tabela 4 – Levantamento da estrutura/ estado, patologias e soluções - exterior. Fonte: autoria do autor.

ÍNDICE DE ANEXOS

I - CARTAS PATRIMONIAIS

- A. CARA DE CRACÓVIA 2000: PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÓNIO;
- B. CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL, 2003.

II – REGISTOS FOTOGRÁFICOS

A. INSTALAÇÕES

- Anexo 1 – Largo David Leandro da Silva, 1966. Fonte: Leite, J. (s.d.). *Central Tejo*. Restos de colecção: [www.http://restosdecoleccion.blogspot.pt](http://restosdecoleccion.blogspot.pt);
- Anexo 2 – Rua Cintura do Porto, s/d. Fonte: fotografia do autor a um quadro;
- Anexo 3 – Poço do Bispo, secção de engarrafamento, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Anexo 4 – Poço do Bispo, secção de embalagem, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Anexo 5 – Poço do Bispo, Laboratório, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Anexo 6 – Poço do Bispo, Instalações da secção de licores – “A licorista”, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Anexo 7 – Poço do Bispo, Secção de xaropes – “A licorista”, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Anexo 8 – Poço do Bispo, Um dos armazéns de reserva – “A licorista”, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Anexo 9 – Poço do Bispo, fábrica de refrigerantes e gasosas – “A licorista”, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;
- Anexo 10 – Poço do Bispo, exposição de Licor de Ginja – “A licorista”, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;

Anexo 11 – Poço do Bispo, um dos armazéns, 1928. Fonte: Digitalização pelo autor.

B. ARMAZÉNS PERTENCENTES AO GRUPO

Anexos 1 – Firmas pertencentes a A.P.F., 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexos 2 – Alcântara, armazém de distribuição, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexos 3 – Alcântara, Armazéns de azeite, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexos 4 – Torres Novas, Fábrica de álcool, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 5 – Cartaxo, Armazéns de vinhos, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa; Vieira da Silva;

Anexo 7 – Dois Portos, Armazém de vinhos e destilação, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 8 – Dois Portos, Armazém e cais privativo, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 9 – Torres Vedras, Armazém e destilação, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 10 – Bombarral, Vista exterior dos armazéns, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 11 – Bombarral, Quinta das Cerejeiras, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 12 – Bombarral, interior do armazém, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 13 – Sanguinhal, Quinta do Sanguinhal, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 14 – Armazém composto de 40 toneis de vinho, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa;

Anexo 15 – Sanguinhal, armazém, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa; Vieira da Silva;

Anexo 16 – Sanguinhal, armazém, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa; Vieira da Silva;

C. DOCA DO POÇO DO BISPO

Anexo 1 – Doca do Poço do Bispo, s/d. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa;

Anexo 2 – Doca do Poço do Bispo, s/d. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa;

Anexo 3 – Doca do Poço do Bispo, s/d. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa;

Anexo 4 – Doca do Poço do Bispo, s/d. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa;

Anexo 5 – Pipas roladas na Doca do Poço do Bispo, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva.

D. LOJAS VAL DO RIO

Anexo 1 – Poço do Bispo, armazém de venda directa ao público, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;

Anexo 2 – Estabelecimento “Val do Rio” na Rua dos Fanqueiros, Lisboa. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;

Anexo 3 – Lisboa, pavilhão de exposição e venda, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva;

Anexo 4 – Armazém de venda directa ao público, Rua da escola Politécnica, 1928. Fonte: Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva.

D.1. PUBLICIDADE ÀS LOJAS

Anexos 1 2 e 3] – Jornal de propaganda aos estabelecimentos Val do Rio, em 1948. Fonte: Pereira, A. M. (2011). *Os Estabelecimentos Val do Rio*. Obtido [blogpot.pt:http://garfadasonline.blogspot.pt/2011/09/os-estabelecimentos-val-do-rio.htm](http://garfadasonline.blogspot.pt/2011/09/os-estabelecimentos-val-do-rio.htm);

Anexo 4 – Panfleto publicitário aos produtos das lojas val do rio, s/d;

Anexo 5 – Panfleto licores, s/d. Fonte: Pereira, A. M. (2011). *Os Estabelecimentos Val do Rio*. Obtido [blogpot.pt:http://garfadasonline.blogspot.pt/2011/09/os-estabelecimentos-val-do-rio.htm](http://garfadasonline.blogspot.pt/2011/09/os-estabelecimentos-val-do-rio.htm);

Anexo 5 – Panfleto licores, s/d. Fonte: Pereira, A. M. (2011). *Os Estabelecimentos Val do Rio*. Obtido blogspot.pt:<http://garfadasonline.blogspot.pt/2011/09/os-estabelecimentos-val-do-rio.htm>;

Anexo 6 – Publicidade aos vinhos, s/d. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Coleção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;

Anexo 7 – Publicidade aos vinhos, mercado do Bulhão, s/d. Fonte: Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Restos de Coleção*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/abel-pereira-da-fonseca-era-no-inicio.html>;

Anexo 8 – Factura que era passada pelas lojas Val do Rio. Fonte: Fotografia de original pelo autor.

D.2. VINHOS COMERCIALIZADOS

Anexo 1 – vinhos comercializados. Fonte: fotografia ao original pelo autor;

Anexo 2 – vinhos comercializados. Fonte: fotografia ao original pelo autor;

Anexo 3 – vinhos comercializados. Fonte: fotografia ao original pelo autor.

III – CARTOGRAFIA

Anexo 1 – Cartografia de Silva Pinto, 1911. Fonte: Gabinete de estudos Olissiponenses de Lisboa, Palácio Beau Sejour;

Anexo 2 – Cartografia do Instituto Geográfico do Cadastral, 1950. Fonte: Gabinete de estudos Olissiponenses de Lisboa, Palácio Beau Sejour.

IV – ELEMENTOS DESENHADOS

Anexos 1 – Jornal de propaganda aos estabelecimentos Val do Rio, em 1948. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;

Anexo 2 – Jornal de propaganda aos estabelecimentos Val do Rio, em 1948. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;

Anexo 3 – Armazéns que Abel Pereira da Fonseca pretende construir, com frente para a rua Amorim em 13 de Setembro de 1910. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;

- Anexo 4 – Projecto de dois armazéns que Abel Pereira da Fonseca deseja construir, em 16 de Junho de 1910. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 5 – Alçado da Rua Amorim, da autoria do arquitecto Norte Júnior, em 10 de Março de 1916. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 6 – Projecto geral da fachada – Rua Amorim, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 10 de Março de 1916. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexos 7 – Projecto modificação do armazém – Rua Amorim, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 10 de Março de 1916. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 8 – Projecto modificação da fachada do armazém – Rua Amorim, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 23 de Setembro de 1916. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 9 – Projecto de alteração do armazém já aprovado em cimento armado, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 1917. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 10 – Projecto de alteração do armazém já aprovado em cimento armado, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 1917. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 11 – Projecto de alteração da planta, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 1917. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 12 – Projecto de alteração e modificação, da autoria do arquitecto Norte Júnior – Rua do açúcar em 1917. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 13 – Projecto de alteração e modificação, da autoria do arquitecto Norte Júnior – Rua do açúcar em 1917. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 14 – Projecto de alteração e modificação, da autoria do arquitecto Norte Júnior – Rua do açúcar em 20 de Setembro de 1918. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 15 – Projecto de alteração e modificação, da autoria do arquitecto Norte Júnior – Rua do açúcar em 2 de Maio de 1919. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 16 - Projecto de ampliação dos armazéns na Rua Amorim, marginando com o rio Tejo em 1921. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 17 – Projecto de ampliação dos armazéns na Rua Amorim, marginando com o rio Tejo em 1921. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade;
- Anexo 18 – Projecto de alteração e ampliação dos armazéns, da sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Bairro da Liberdade.

ABREVIATURAS

A.P.F. – Abel Pereira da Fonseca;

EDP – Electricidade de Portugal;

I.H.R.U. – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;

I.P.P.A.A. – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico;

S.A.R.L. – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias

Titulo: Novos destinos para edifícios industriais – Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel

Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Nome: Bruno Manuel da Costa Madeira

Mestrado Integrado em Arquitectura

Data: Setembro de 2014

RESUMO

A presente dissertação de mestrado surge como resposta à temática apresentada na ficha IDARQ Lab Património e Reversibilidade, onde tendo sido escolhida a tipologia de edifício industrial para a proposta de intervenção, se tem como objectivo encontrar alternativas às intervenções de carácter capitalista que preenchem as nossas cidades, e provar que é possível salvaguardar os valores patrimoniais e históricos de um edifício, sem que para isso os novos usos sejam prejudicados. Posto o descrito anteriormente e tendo em conta que a partir dos anos 90 o abandono das áreas industriais deixou-nos à disposição milhões de metros quadrados para os quais é necessário determinar uma finalidade, estas áreas destacam-se assim como sendo a principal oportunidade de intervenção na cidade contemporânea, onde a possibilidade de poder reedificar no interior de um tecido urbano se torna pertinente, do ponto de vista urbano, económico e social.

Tendo em conta a importância deste assunto, este trabalho de investigação, começa por abordar numa primeira parte um estudo sobre o valor do património arquitectónico industrial, enquanto testemunhos de história, cultura e de qualidade arquitectónica. São também analisados quatro estudos de casos, para que através de uma análise das boas práticas de reabilitação, se possa compreender melhor as potencialidades a nível económico, social e arquitectónico do conjunto edificado a intervir.

Numa segunda parte do trabalho, dedicada ao caso de estudo dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, no Poço do Bispo, é feita a sua caracterização e apresentado o enquadramento histórico do conjunto dos armazéns. Posteriormente é apresentado o desenvolvimento da proposta de intervenção de reabilitação do conjunto dos armazéns, que debatido com os temas anteriormente tratados, procura estabelecer um diálogo equilibrado, entre o novo e o velho, como forma de manter a sua identidade.

Palavras-chave: Arquitectura Industrial, Reabilitação, Reconversão, Novos usos.

Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias

Title: New Purposes for industrial buildings - Conversion of Wine Warehouses

Abel Pereira da Fonseca: Wine Museum

Name: Bruno Manuel da Costa Madeira

Architecture Master's Degree

Date: September 2014

ABSTRACT

The present master's degree theme aims to comply with the current case study in the IDARQ Lab Heritage and reversibility datasheet. Taking into account that has been chosen the type of industrial building for the proposed intervention, the goal is to find alternatives to the capitalist character of interventions that fill our cities and prove that it is possible to preserve building's heritage and historical values keeping the functionality for new necessities. Therefore and considering that industrial areas are being abandonment since nineteens appearing million square meters available for a new finding purpose. These areas stand out as being the main opportunity for intervention in the contemporary city where the possibility to rebuild inside the urban tissue becomes pertinent from urban, economically and socially perspective.

According the relevance of this matter this research work starts studying the value of the industrial architectural heritage as witnesses of history, culture and architectural quality. Are also analyzed four study case witch through a good rehabilitation practices analysis can be better for a full understanding of the economic social and architectural potential level associated to the set built to intervene.

The second part of the work is dedicated to the case study of Wine Warehouses Abel Pereira da Fonseca, placed at the Poço do Bispo. It will be performed the characterization and presents the historical background of all warehouses. Subsequently it will be presented the rehabilitation intervention development proposed for all warehouses which in order of the themes previously treated seeks to establish a balance between the new and the old as a way to maintain their identity.

Keywords: Industrial Architecture, Rehabilitation, Conversion, New uses.

1. INTRODUÇÃO

A cidade actual, caracterizada pela existência e pelo convívio de forma organizada de edifícios pertencentes a várias épocas, concentra num mesmo espaço construções do passado e do presente. Como tal, e perante o rápido crescimento urbano a que as cidades estão sujeitas, muitas vezes os tecidos urbanos e as estruturas arquitectónicas do nosso passado não acompanham esse desenvolvimento, dando assim lugar ao seu esquecimento, que a longo prazo acaba por se reflectir na sua ruína, dada a sua contínua degradação. A análise de estruturas industriais, que me proponho então a analisar, tiveram o seu início de vida em zonas periféricas das cidades, como forma de estarem perto dos recursos necessários, mas com o crescimento da cidade, rapidamente se integraram neste meio urbano, tornando-se assim parte destes, quer ao nível da imagem, como do seu património construído, na medida em que apresentavam valores de importância histórica, de valor cultural e de qualidade arquitectónica que foi característica de uma época moderna.

Posto o descrito anteriormente, pode-se assim afirmar que é com base na reabilitação e na requalificação urbana, temas de grande importância da nossa contemporaneidade, seja do ponto de vista da sustentabilidade, da ecologia ou até mesmo do património arquitectónico e urbano, que é possível voltar a integrar estes conjuntos edificados de tipologia industrial, no contínuo desenvolvimento da cidade. A temática da reabilitação surge assim como forma de encontrar alternativas às intervenções de carácter capitalista, que constantemente invadem as nossas cidades, provando que é possível salvaguardar os valores patrimoniais e históricos de um edifício, sem prejudicar os novos usos que lhe serão atribuídos, dotando-o de capacidades de resposta face às exigências da vida contemporânea, através de um programa adequado à sua estrutura e à sua tipologia.

A escolha do tema Novos destinos para edifícios industriais, deve-se sobretudo ao despertar do meu interesse por esta área, no decorrer de um trabalho desenvolvido para a unidade curricular de Arquitectura I (7º Semestre do MIARQ), na Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, onde se tinha como objectivo o desenvolvimento de um plano urbano, para a área do Braço de Prata. Como tal e uma vez que esta área se trata de uma zona maioritariamente industrial, inserida na Zona Oriental de Lisboa, o estudo destes edifícios decorreu de forma favorável, sendo que se tinha como principais objectivos, conhecer o papel destas tipologias, qual a sua relação com a sociedade e quais as suas potencialidades enquanto instrumentos revitalizadores da sua envolvente.

O caso de estudo escolhido para análise e para o desenvolvimento da proposta de intervenção, são os Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, situados na zona do Poço do Bispo – Marvila, uma vez que estes devem voltar a ser afirmados a nível urbano, por reunirem valores históricos e arquitectónicos merecedores de valor patrimonial e características espaciais capazes de dar lugar a novas instalações públicas, actualmente em défice na zona em questão, melhorando assim as vivências culturais da zona.

Estas estruturas industriais, que começaram a ganhar expressão no início do século XX, eram conjuntos de edifícios em constante desenvolvimento tecnológico e em crescente aumento de produtividade, o que conduzia na maior parte das vezes a um aumento das suas instalações e a uma adaptação às inovações. O mesmo aconteceu aos armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca, que aliados ao crescente desenvolvimento e avanço da frente ribeirinha e ao crescente aumento do seu volume de negócio, de uma forma sequencial a implantação destes armazéns foi sofrendo vários aumentos das suas instalações, chegando mesmo a ocupar a quase totalidade do quarteirão.

Perante toda esta análise da época em que as edificações fabris tiveram o seu papel activo na sociedade e tendo em conta o valor que estas nos demonstram a nível histórico, é urgente que se tenha uma política de reabilitação e de requalificação urbana, na medida em que se possa integrar estes conjuntos edificadas fabris, no contínuo desenvolvimento da cidade. Assim sendo é urgente acabar com o paradigma de tentar evitar a construção de obras novas junto destas, mas sim voltar a integra-las na urbe através de uma componente reversível, para que voltem a fazer parte do lugar e a abraçarem novos ambientes, sem que para isso se perca a sua história, preservando todos os valores do passado, com uma atitude construtiva, reconhecendo assim a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projecto de intervenção no conjunto edificado dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, passou numa primeira fase pela recolha de todo o material disponível a título documental, histórico e fotográfico. Esta recolha de informação, destacando-se como uma das etapas mais importantes para o desenvolvimento e para o entendimento do conjunto dos armazéns, no entanto arrojou-se também como umas das mais demoradas, uma vez que foi feito um levantamento minucioso de toda a informação disponível. Foram portanto consultados os arquivos municipais, do Bairro da Liberdade, onde tive acesso ao processo da obra, dividido em dois volumes, do Arco Cego, e o de Lisboa, onde tive acesso a algumas das fotografias presentes no trabalho. Foi também consultado o Gabinete de Estudos Olissiponenses do Pálacio Beau Sejour, onde tive acesso à cartografia da área de intervenção como a um livro sobre a firma e publicado

por A.P.F., em 1928. Durante esta fase de recolha de informação recorreu-se também a livros e foram feitas também várias visitas ao local, incluindo ao interior dos armazéns, onde foi possível recolher alguns registos fotográficos originais, presentes no trabalho, que estando ao abandono me foram facultados pelas pessoas responsáveis actualmente pelo espaço, para que possam continuar a contar a história do edifício. Não menos importantes, foram visitadas várias caves de vinho do porto, como forma de entender os espaços e a forma de os organizar na proposta de intervenção. Foram também recolhidos depoimentos de pessoas anónimas, como de pessoas directamente relacionadas com a firma e visitada a quinta das Cerejeiras, no Bombarral, pertencente hoje aos bisnetos de Abel Pereira da Fonseca, onde tive a oportunidade de contactar com Carlos João Pereira da Fonseca.

Numa segunda fase, destinada ao tratamento da informação recolhida e para um melhor entendimento do contexto histórico e da evolução do caso de estudo, procedeu-se a uma reconstituição em alçado, desde o início desta firma até aos dias de hoje, com base em desenhos originais e em fotografias datadas, que se demonstraram como um elemento fundamental para a recriação de desenhos inexistentes e que sem estes registos, seria impossível fazê-lo. Foram também realizadas maquetes, para um melhor entendimento da área de intervenção, à escala 1:2000, dividida por camadas, para um entendimento do desenvolvimento topográfico do lugar, à escala 1:500, como estudo da proposta de intervenção e à escala 1:200, para a apresentação da proposta de intervenção.

Todo este processo de procura de informação e entendimento do lugar, permitiu compreender a melhor forma de responder a este desafio de reabilitação, tendo em conta as potencialidades destes edifícios, enquanto dispositivos revitalizadores da sua envolvente, devido aos seus valores históricos e arquitectónicos, que devem ser valorizados a nível urbano, assim como as suas capacidades espaciais para acolher novos espaços públicos. Desta forma é possível dar uma nova vida ao edifício, sendo que para isso é necessário que se tenha um bom conhecimento do lugar destinado à área de intervenção, quer a nível histórico, quer a nível do espaço, para que assim se possa desenvolver um projecto sem que se perda a identidade do lugar. É fundamental também a compreensão da evolução da indústria, mais concretamente a arquitectura industrial em Portugal, como o entendimento da integração das fábricas no território urbano – relação que mantém com a sua envolvente próxima e o significado de esta para os seus habitantes próximos. É necessário também a compreensão do valor que os edifícios industriais, assumem perante a malha urbana como testemunhos da história, cultura e qualidade arquitectónica. E por fim compreender e estudar as metodologias mais indicadas para a reabilitação e conservação do património.

Relativamente á estrutura do trabalho, foi organizado em duas partes, distribuindo-se estas por quatro capítulos. A primeira parte, constituída pelos dois primeiros capítulos, corresponde ao enquadramento teórico desta investigação, onde se descreve o conceito de património industrial, identificando as consequências do final de uma época, a sua importância e a importância da sua reabilitação e quais as vantagens que desta resultam. Seguidamente é feita uma breve análise de quatro estudos de casos, escolhidos como projectos de reabilitação, onde foram adoptadas as políticas certas e o caminho correcto a tomar na minha proposta de intervenção. Nesta primeira parte, procura-se assim compreender o património industrial como ancoradouro da memória de uma comunidade, como forma de entender as consequências do abandono destes edifícios industriais e quais as vantagens existentes numa necessária política de reabilitação.

Na segunda parte deste trabalho, constituída pelos capítulos III e IV, é desenvolvido o caso de estudo dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, onde é feita a caracterização dos armazéns, o enquadramento histórico-cultural da zona do Braço de Prata, a reconstituição da evolução dos armazéns e o levantamento fotográfico dos edifícios actualmente, como das suas patologias. Seguidamente são apresentados os princípios e explicado o programa a ser adoptado na proposta de intervenção.

Por fim, são apresentadas as conclusões retiradas da elaboração do presente estudo, onde é justificada a importância da reabilitação deste tipo de património na cidade contemporânea, como forma de preservar as nossas referências histórico, sociais e culturais. A temática da reabilitação, destaca-se assim como sendo o elemento fundamental para tornar estas áreas, hoje abandonadas e degradadas, em fortes lugares requalificadores do espaço urbano.

Parte I

Capítulo I

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO INDUSTRIAL

Como forma de enquadrar o tema em estudo, neste capítulo os objectivos passam por:

1. Clarificar conceitos como património, património industrial e reabilitação;
2. Compreender a importância do património industrial;
3. Estudar as consequências do abandono dos edifícios industriais;
4. Analisar quais as vantagens de uma necessária política de reabilitação.

1. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

Com origem do latim “patrimonium”, patri (pai) e monium (recebido), surge como forma de deter um legado recebido dos nossos antepassados, que por sua vez deveria ser transmitido às gerações futuras. Tendo por base a importância deste assunto é a partir do início do século XX, que com base em convenções internacionais são criadas diversas cartas, que enaltecendo as principais noções de património e definindo a correcta postura a ter para com este legado, têm como objectivo preservar os elementos que reflectem a história de uma cidade, para que assim seja possível garantir a sobrevivência dos grupos sociais e interligar as várias gerações. (Becerra, 1997, pp. 42 - 52) Produto da mentalidade, da cultura e dos interesses económicos e geopolíticos europeus, pode-se assim afirmar que é a partir da década de 70 que a actual noção de património se consolida, nas suas várias vertentes, na tomada de consciência face à importância do valor cultural e do significado do legado arquitectónico e urbano - principal suporte material das suas actividades e vivências ao longo da história. (Calvo, 1995, pp. 36 - 38)

Segundo Rodriguez Becerra, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados e mantidos como património cultural, como tal é necessário que este legado seja submetido a uma selecção consciente, por um grupo significativo da população, de forma a ser filtrado o que realmente merece ser protegido e identificado com valor patrimonial. Esta filtragem pretende assim preservar os edifícios com características para tal, uma vez que a noção de património cultural não pode proteger tudo o que as culturas têm criado, para que não existam

abusos na recuperação patrimonial, que nos iria conduzir a uma vivência irremediavelmente de forma igual aos nossos antepassados. (Becerra, 1997, pp. 42 - 52)

Aliado a este conceito de património cultural, a importância do vector “património construído” aumenta, como elemento identificador das comunidades em termos de cultura colectiva, tendo como objectivo garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações às outras. (Becerra, 1997, pp. 42 - 52) Este pode trazer valores à sociedade contemporânea, tais como valor identitário, actuando como elemento gerador de imagem e de identidade territorial; valor social, na medida em que a valorização do património e a aposta neste, pode contribuir para uma melhor qualidade de vida das populações; ou valor económico, uma vez que a valorização deste património poderá também originar novas oportunidades de negócio. (Calvo, 1995, pp. 36 - 38)

2. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO INDUSTRIAL

A construção do conceito património industrial, de origem relativamente recente associada á devastação da Segunda Guerra Mundial e ao desaparecimento da industrialização, ganham expressão quer pela componente do seu desaparecimento, como pela sua valorização enquanto marcas da industrialização europeia. Assim é a partir da segunda metade do século XX, perante o confronto com o desaparecimento dos vestígios industriais, outrora vistos como traços pouco importantes das actividades económicas, que estes passam a ser vistos com outro olhar e dotados de valor de património. (Rosa, 2011, p. 14)

Uma vez reconhecido e valorizado, este novo conceito de património industrial foi-se então consolidando gradualmente a partir da identificação dos seus múltiplos valores que se centram em cinco grandes pontos: o valor histórico, uma vez que marca um momento específico da evolução das actividades humanas; o valor social, relacionado com as vivências do trabalho industrial; o valor tecnológico, onde se registam as grandes transformações técnicas e tecnológicas a que toda a era industrial foi submetida, o valor científico, de onde se tira partido de toda a informação capaz de dar resposta a questões como história social, económica e sociológica; e por fim, o valor arquitectónico, no qual estão presentes as características próprias deste tipo de arquitectura, como forma e aparência, que por sua vez nos remetiam para a função / uso destinado, vindo mesmo em muitos casos a apresentar uma grande qualidade arquitectónica. (Rosa, 2011, p. 14)

Perante o reconhecimento destes campos de valorização, entende-se por edifícios industriais, bens portadores de história, uma vez que são expoentes do modo como a sociedade desenvolveu as suas actividades técnicas ao longo dos tempos. Estes, responsáveis pela mudança do ambiente onde intervêm, desempenham assim um valor cultural, equivalente ao valor histórico, uma vez que são bens que nos transmitem o conhecimento dos modos de vida do passado. (Becerra, 1997, pp. 42 - 52)

O património industrial é considerado ainda um património arqueológico, uma vez que a sua metodologia de análise incide por um lado na conservação e tutela e por outro na investigação. (Becerra, 1997, pp. 42 - 52) Como tal, pode entender-se por património industrial a conjugação de dois conceitos, que por um lado assenta na temática da transmissão do passado ao presente e deste ao futuro, uma vez que a melhor forma de conservação de um património é a reutilização, pois em caso de esta não acontecer, esse património acaba por estar entregue ao abandono e ao desaparecimento a curto ou médio prazo e por outro o de testemunho vivo, do modo de trabalhar e viver de épocas passadas. (Nacional, 1980)

Feita esta breve análise dos principais conceitos ligados ao património industrial, aplicáveis a qualquer tipo de património é importante sublinhar que neste se destacam com uma redobrada importância, uma vez que a valorização deste tipo de património enquanto lugar de importância cultural, como nos sugere a Carta de Burra, consiste na preservação deste património enquanto legado e enquanto objecto de estudo e pesquisa, onde a memória e a identidade aparecem interrelacionados. (Nacional, 1980)

2.1. EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS: CONSEQUÊNCIAS DO FIM DE UMA ÉPOCA

Uma vez chegado o fim da vivência industrial, as fábricas que deixaram de ser utilizadas e que já contavam com sinais de envelhecimento, deviam ter seguido um processo de medidas de conservação/reconversão ou recuperação, para que, assim se pudesse evitar o desaparecimento da imagem industrial de Lisboa. No entanto, o caminho que estas construções tiveram associado á condição pós-industrial da economia contemporânea, foi o abandono, quer de naves industriais, chaminés, fornos, caminho-de-ferro, habitações operárias, entre outros, conduzindo assim ao seu desaparecimento / fecho das actividades indústrias. (Folgado D. , 2012, pp. 32 - 35)

Estes edifícios industriais, outrora protagonistas e responsáveis pelo desenvolvimento do futuro, como pela fabricação dos produtos que na altura satisfaziam a sociedade, veem-se então perante uma nova fase provocado pelo fim da época industrial, fase esta nunca imaginada nem desejada pelos arquitectos que a criaram, mas que ainda assim acabou por se reflectir na entrada destes no museu da história. Perante esta situação o caminho a tomar passou pela documentação, catalogação e conservação deste património, que desde cedo levantou algumas divergências uma vez que estes edifícios eram concebidos para funcionar, onde a intensão estética passava muitas vezes para segundo plano, ficando assim a sua sobrevivência apenas dependente de todos os valores informais referidos anteriormente. (Folgado D. , 2012, p. 35)

Nas últimas décadas alguns destes edifícios industriais, têm vindo a ser reestruturados para servirem de sedes institucionais ou equipamentos sociais e culturais, algo que a polivalência e flexibilidade destes enormes espaços tornou possível sem apresentar grandes dificuldades. (Folgado D. , 2012, p. 35) No entanto ao preservar estes espaços como forma de respeitar a envolvente e a máxima da memória, esconde por vezes o desrespeito pelo edifício. Assim e numa aproximação mais detalhada a muitos destes espaços reconvertidos, facilmente se poderá comprovar quanta destruição existe por trás deste tipo de actuações, onde se conservam os valores formais e talvez grande parte dos históricos e onde o carácter mais quotidiano acaba por desaparecer neste processo de reconversão funcional.

Estas operações que visam dar uma nova vida a estes edifícios, poder-se-iam definir como pouco. As paisagens industriais que hoje contemplamos, desempenharam um papel importantíssimo para a sociedade. Hoje, apresentam-se num elevado estado de abandono, onde o seu desmantelamento tende a não ser solução, e onde o sentimento entre os habitantes que outrora foram trabalhadores nestes espaços é de fracasso e abandono. Deram assim lugar em pouco tempo a edifícios esgotados nas suas funções, em muitos casos num elevado estado de abandono e em fracas condições de salubridade, bem como a amplas áreas de terreno que perderam a sua razão de ser, pelo facto de estarem ao abandono, à espera de novos destinos. (Folgado & Custódio, 1999, p. 27)

Perante a actual realidade, é urgente desenvolver instrumentos adequados para enfrentar a totalidade dos valores em jogo, para que assim seja possível abordar estes edifícios com novas estratégias de projecto, tendo em conta as suas dificuldades e especificidades. Estes tendo em seu favor o ordenamento e as suas, por vezes excepcionais arquitecturas, distinguem-se pelas suas questões sociais e arquitectónicas mais interessantes da nossa

actualidade. Entende-se portanto que o caminho a tomar num futuro próximo, passará por uma análise cuidada destas ruínas industriais, onde serão empregues novas estratégias de renovação, como aconteceu em muitos casos ao se intervir nas zonas históricas das nossas cidades.

2.2. IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Com o início da industrialização, de uma forma mais acentuada dá-se uma profunda transformação do território da urbe, o que segundo José Mendes, professor doutorado em História Moderna e Contemporânea, se assume como uma mutação de elevada importância, na medida em que este considera que são os vestígios dos últimos dois séculos, que criam a nossa paisagem actual e que nos distinguem pela nossa realidade cultural, urbana e social que assenta na temática da industrialização. Assim sendo, esta realidade que até meados do século XX, era vista de uma forma vulgar, uma vez que as actividades artesanais e industriais, não se integravam no conceito de património cultural, levou a que após a segunda Guerra Mundial, numa tentativa de recuperação e reconstrução que visasse uma dinâmica de crescimento, desse origem á destruição de vários exemplos de edifícios industriais de grande importância. (Mendes, 2006, pp. 5 - 8)

Posto o descrito anteriormente e uma vez que esta atitude estava a dar origem a uma perda de importantes vestígios da cultura industrial, é segundo a Carta de Nizhny Tagil (Tagil, 2003) que esta realidade é alterada, passando a entender-se por património industrial todos os vestígios da cultura industrial, que por sua vez possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico e científico, abrangendo assim edifícios, estruturas e máquinas directamente relacionadas com as actividades industriais, como fábricas, oficinas, minas, entre outros e também as instalações de apoio a estas, como armazéns, centrais eléctricas, pontes, estações e caminhos-de-ferro, locais onde se desenvolviam actividades sociais relacionadas com a indústria – bairros operários, locais de educação, lazer, saúde, entre outros. Assim é a partir de 1950, após três períodos de industrialização, que estas atitudes despertam a atenção de investigadores e historiadores, que tomam consciência do valor que este património tem para a sociedade, uma vez que estes testemunhos do passado demonstraram a sua importância e as suas potencialidades, deste nosso património cultural, conduzindo assim a uma ponderação para a produção em massa, aliada á cultura da indiferença, que até aqui tinham contribuído para o elevado desaparecimento e destruição do património industrial. (Mendes, 2006, pp. 9 - 12)

Nesta época vivia-se portanto momentos de preocupação por parte dos historiadores, relativamente a esta temática, que com a Carta de Veneza de 1964 (Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, p.1), a qual Nizhny Tagil, faz também referencia, que a definição de monumento histórico é alterada, na medida em que, como nos é descrito no artigo 1º “A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural”, o que de acordo Nizhny Tagil (Tagil, 2003), sobre o património industrial, não são só importantes os edifícios industriais, mas sim todos os conjuntos edificados que a estes estão de uma forma mais ou menos directa relacionados.

Apesar do processo de industrialização em Portugal ter sido tardio – século XIX – a arquitectura de espaços industriais teve um papel importante no desenvolvimento da arquitectura moderna. Assim e de acordo com a Carta de Nizhny Tagil, (Tagil, 2003) o património industrial representa uma singularidade de testemunhos de actividades que tiveram profundas consequências históricas, destacando-se assim como um valor social, que por sua vez nos transmite a identidade do local. Como já referido anteriormente, este património apresenta também valores científicos, tecnológicos e estéticos ao nível da arquitectura industrial, que nos levam a classifica-los como edifícios de excepção, uma vez que marcaram uma época, em termos de produção, tipologias e paisagens e por hoje nos despertarem uma afectividade na historiografia portuguesa, que justifica a sua defesa patrimonial. (Tagil, 2003)

Perante todo este processo de construção do conceito de património industrial, é importante salientar, que, ainda que um edifício não tenha sido construído com a intenção de conservar determinada simbologia ou memória, acaba sempre por ser encarado como um elemento indispensável e vivificador de uma identidade cultural, uma vez que se torna portador de significados pela sua interacção com a sociedade da época com o passar dos tempos. Esta memória, classificada como social e colectiva, encontra-se regularmente ligada á arquitectura, onde se preserva a memória do trabalho humano, manual e mental e onde é possível perceber o sentido exacto da natureza do trabalho e qual a função para a qual o edifício foi construído. Entende-se portanto por memória, não só a referente ao passado, mas sim uma obrigação do presente para com o futuro, para que assim se possa proteger o património para a prosperidade, uma vez que é a estes edifícios que a nação deve a sua identidade pelas memórias partilhadas. (Folgado & Custódio, 1999, pp. 10 - 13)

Uma vez entendida a relação da memória humana com todo o património construído, pode-se afirmar que é necessário considerar como património não só cada um dos edifícios industriais agora abandonados, mas todo o leque de actividades e vivências do passado, na sua ligação a uma comunidade, inserida numa paisagem, com condições de vida e trabalho específicas. Como tal a atitude de prevenção do património industrial deve partir da sociedade em causa, protagonista desta imagem de história, para que assim se possa valorizar o passado colectivo, tornando possível a preservação dessa memória.

Após esta breve descrição da efectiva importância que a indústria assume no contexto de uma cidade, pode-mos sem dúvida afirmar que o património industrial deve ser preservado através de uma política dinâmica de preservação e reutilização do edifício, para que se possa salvaguardar as memórias, continuando assim a preservar a componente paisagística atrás referida, sem que se gere efeitos indesejáveis, como a separação entre o passado (edifícios anteriores á industrialização) e o presente sem património e valor espiritual. Assim sendo é urgente que se tomem medidas, para que assim se possam manter vivas as memórias que estes edifícios trazem consigo e que marcam a identidade de cada população, já que segundo Deolinda Folgado (Folgado & Custódio, 1999, pp. 12 - 15), estes edifícios intitulam-se tão importantes numa concepção cultural da urbe, como são os palácios, as igrejas, os conventos e as quintas. Perante esta linha de pensamento nos dias de hoje assume-se como assunto de especial atenção a salvaguarda do espólio imóvel ainda existente nos industriais de Lisboa, para que a memória da industrialização da capital possa ser mantida e observada por gerações futuras, pois em caso de o atrás referido não acontecer, a leitura que iremos ter do território, será uma imagem viciada, em que se encontrara omissa uma das fases mais importantes da história. (Folgado & Custódio, 1999, pp. 14 - 17)

2.3. IMPORTÂNCIA DA SUA REABILITAÇÃO

O reconhecimento de uma obra de arte/ monumento histórico está intimamente relacionado com o seu valor, que é conseguido através da sua materialidade, da notoriedade do autor, ou até mesmo da técnica usada para a sua construção. Assim sendo e para que estes marcos não sejam perdidos, Brandi (1906 - 1988), arquitecto italiano, com grande importância no campo das artes no século XX, afirma que é necessário que existam métodos de prevenção, surgindo assim o conceito de reabilitação. (Brandi, 2006, pp. 1 - 7) Este, segundo Feilden (1919 – 2008), arquitecto dedicado á área da reabilitação, encontra-se compreendido no conceito geral de conservação, pelo que como forma de definição o autor refere que:

“The best way of preserving buildings(...) is to keep them in use(...), or modernization with or without adaptive alteration. The original use is generally the best for conservation of the fabric, as it means fewer changes(...), or turning an eighteenth-century barn into a domestic dwelling, is often the only way that historic and aesthetic values can be saved economically and historic buildings brought up to contemporary standards”. (Feilden, 2003, pp. 9-10)

Posto o descrito anteriormente e segundo o autor, a melhor forma de preservar os edifícios é mantê-los em uso, preferencialmente mantendo a sua função original, para que existam menos alterações. No entanto esta opção nem sempre é possível, pelo que o caminho a tomar frequentemente, passa pela adaptação deste edifícios a novos usos, sendo esta a única forma de estes serem salvos, não pelo factor de património, mas sim pela sua enorme componente de versatilidade em conseguirem responder aos padrões de qualidade e exigências da contemporaneidade. (Feilden, 2003, pp. 1- 10)

Pode-se então entender que o tempo e o espaço constituem sempre as condições formais para qualquer edifício, mesmo que estas não estejam sempre presentes e evidentes para quem as contempla. É segundo este tempo histórico que o processo criativo do artista se divide em duas fases: numa primeira fase, em que fará ou não confluír na sua escolha, indiscutíveis gostos e preocupações, que podem ter em comum a sua época; numa segunda fase o momento que é representado pelo intervalo que se interpõe entre o fim do processo criativo e o momento em que a formulação vem agir na consciência actual do observador. (Brandi, 2006, pp. 29 - 32)

Segundo esta análise, é possível afirmar que um edifício não se deve apresentar como secreto nem como fora de tempo / moda, mas sim caracterizado como um modelo / um registo de arquitectura, construído pelo ser humano e que se insere no processo de transmissão a futuras gerações, uma vez que um registo de arquitectura é em primeira instância uma resultante da prática humana, que acarreta culturas e costumes de uma determinada sociedade, como vimos anteriormente e assim sendo não deve depender nem de gostos, nem de modas para ser reconhecida, impondo assim a sua consideração histórica, em relação á sua componente estética. (Brandi, 2006, pp. 32 - 36)

Feita então esta abordagem geral aos princípios que regem o conceito de reabilitação, é importante ainda salientar que devido á singularidade do contexto histórica de cada obra, cada caso de reabilitação deve ser analisado de forma individual e não a partir de casos semelhantes, pois como nos é exemplo o caso de uma peça de arquitectura em ruína e que

depende maximamente da sua conservação (enquanto ruína, mantendo o seu carácter histórico e os vestígios estéticos por serem resultado de uma destruição), exclui-se de imediato uma possibilidade de intervenção directa que não seja a vigilância conservativa e a consolidação da matéria e nunca em caso algum se deve reerguer a ruína e transformá-la na forma que outrora teve, mesmo que existam desenhos que documentem o estado original da obra, pois a reconstrução/ cópia desta não podem ser assumidos como um processo de restauro mas sim como uma substituição de um “ex-novo”.

Reabilitar um edifício significa portanto acrescentar-lhe valores que em nada substituem o valor inicial, mas que a este se juntam, tirando partido da configuração e das técnicas construtivas originais, com a intenção de despertar um diálogo entre o passado e o presente, onde as duas realidades se contemplam.

2.4. VANTAGENS DE UMA POLITICA DE REABILITAÇÃO

A importância da preservação dos monumentos industriais, centro de discussões públicas e debates políticos desde os anos setenta, é hoje considerada como fundamental enquanto testemunho físico do contexto social em que teve lugar a revolução industrial. Estes, causadores de uma das maiores fases de desenvolvimento, ocupam na sua maioria lugares de grande densidade populacional, provocado pelo seu período de crescimento, que tem de ser repensados tirando partido das suas valências.

Perante estes vários debates à volta desta temática, pode-se afirmar que, permanecer, de um modo ou de outro, parece ser uma forte tendência, no entanto são claras as razões e as vantagens da protecção deste património industrial. Ao reabilitar pode-se então:

- Beneficiar das condições de acesso, uma vez que normalmente estes edifícios se centram no conjunto urbano, o que abre “portas” para a formação de novas centralidades urbanas;
- Usufruir da rede de infra-estruturas já existentes, uma vez que se intervém em zonas já consolidadas, onde se reutiliza não só os próprios edifícios, mas também toda a rede de infra-estruturas existente;
- Adaptar um edifício existente para uma nova finalidade, promovendo assim um novo efeito visual, sem o despender de muitos esforços, quer monetários como humanos, mas valorizando em muito a zona em questão;

- Tirar partido destas estruturas, uma vez que são edifícios de uma dimensão considerável, portadoras das únicas áreas livres capazes de acolher programas que exijam grandes áreas;
- Beneficiar na sua maioria das suas boas condições de iluminação e dos espaços bastantes versáteis, capazes de acolher um variado leque de intervenções quer ao nível do programa como da escala;
- Reutilizar um edifício de valor arquitectónico, dando-lhe uma segunda oportunidade ao repensa-lo para um novo uso. Só assim se poderá repor novamente um edifício no dia-a-dia de uma sociedade, tornando-o novamente um símbolo de identidade da população local.

Perante esta enumeração de vantagens de uma política de reabilitação é ainda importante referir a importância extra que esta desempenha para com a sociedade ao manter e preservar estes monumentos. Como vimos ao longo deste capítulo estes edifícios desempenham um papel importantíssimo para a sociedade, o que ao adoptarmos uma política de demolição e construção de uma nova arquitectura, estamos também a destruir uma comunidade e laços humanos que há muito foram estabelecidos.

Entende-se portanto que ao reabilitar pode-se tirar partido de enumerar vantagens, que podem vir mesmo a reflectir-se de forma financeira. É ainda importante referir que muitos dos nossos antigos edifícios, são mais atractivos e têm mais carácter do que os nossos da actualidade, uma vez que foram construídos por grandes artesãos e empregues materiais naturais de grande qualidade. Desta forma a imagem final destes edifícios, é uma imagem sólida, de prestígio e prosperidade. Ainda relacionado com estes monumentos, está o facto de estes estarem próximos de outros edifícios de igual importância, o que vem a acrescentar uma importância acrescida ao manter o seu carácter e integridade arquitectónica.

Capítulo II

ESTUDO DE CASOS

Pretende-se com a análise dos seguintes estudos de casos, angariar conhecimentos e avaliar metodologias de intervenção em edifícios classificados como património industrial, para que posteriormente e tirando partido das boas práticas de reabilitação, se possa compreender melhor as potencialidades a nível económico, social e arquitectónico do conjunto edificado a intervir. Pretende-se também, compreender a importância da arquitectura e da função que o edifício desempenhou outrora, para que a intervenção possa ser feita com base num diálogo equilibrado, entre o novo e o velho, para que assim se possa dar resposta às necessidades de uma forma harmoniosa e assertiva. Posto o descrito anteriormente e tendo em conta que o programa a desenvolver nesta dissertação de mestrado, consiste na reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, a selecção dos casos de estudo, presentes nas figs. 1, 2, 3 e 4, tentou ir ao encontro aos melhores casos de reabilitação, que pudessem dar um contributo positivo ao desenvolvimento do presente trabalho.



Fig. 1 – Tate Modern – Londres.



Fig. 2 – Museu D'Orsay, 2010 – Paris.



Fig. 3 – Museu da Electricidade – Lisboa.



Fig. 4 – Caves Graham's – Porto.

1. CAVES GRAHAM'S – PORTO

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL



Fig. 22 – Caves Graham's - Porto.

Denominação: Caves 1890 Lodge;

Localização: Rua Rei Ramiro, nº514, Portugal, Porto;

Data de construção: 1890 – ...;

Tipo de Propriedade: Privado.

Fundadores: família Graham;

Actividade Industrial: Caves de vinho do Porto;

Arquitectura: Lodge;

Período de actividade: 1890 – 2014;

Ocupação antes da intervenção: Caves;

Património fixo e móvel do edifício: Dado que as caves nunca passaram por um processo de abandono e não mudaram de função, foi possível manter toda a maquinaria e património móvel;

Estado de Conservação: Parte razoável, parte em degradação.

1.1.1. VALOR PATRIMONIAL

As caves Graham's, localizadas numa das colinas da cidade do Porto, nas proximidades do Rio Douro desde cedo provaram estar num dos locais mais favorecidos em termos de clima, para o envelhecimento deste tão típico vinho português. (Santos, 2013) Também conhecidas por "Caves 1890 Lodge", como o próprio nome indica, foram fundadas no referido ano, pela família Graham, que como forma de substituir o antigo edifício que já se encontrava superlotado, dado o enorme crescimento de vendas e armazenamento de vinho, construíram este conjunto de armazéns. (ArchDaily, 2013)

Estes armazéns, portadores de uma aparência simples, escondem a magia do seu interior, onde se dá entrada numa nova dimensão, repleta de espaços característicos deste tipo arquitectura dedicada ao vinho sem descorar as maravilhosas vistas para a zona ribeirinha da cidade do Porto. (ArchDaily, 2013) Dado a qualidade dos espaços e o papel que desempenha para a nossa cultura vinícola, estes armazéns abriram ao público à cerca de vinte anos, no entanto no início de 2011, seguindo o percurso natural, o numero de visitantes voltou a aumentar, levando assim a família Symington (actual proprietária), a investir numa renovação dos espaços, para que assim possam proporcionar ao visitante a melhor experiencia. (Krusse, 2013)

1.1.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS

Após muitos anos a dedicar-se única e exclusivamente ao armazenamento de vinho, O Graham's Lodge abriu as suas portas em 1993. Assim e como forma de dar a conhecer o mundo do vinho do Porto, os armazéns contavam com um serviço de visitas guiadas ao pavilhão de produção (local onde os 3.500 barris são armazenados), e às frias e escuras adegas de vinho (local onde se dá o envelhecimento em profundo repouso dos Gramh's vintage Port). Posteriormente, o visitante contava ainda com uma área de degustação, uma loja e um bar de vinhos. (Krusse, 2013)

Num primeiro contacto com estes armazéns é perceptível desde logo as diferentes cotas a que os armazéns se desenvolvem. Assim e como acontece em todas as caves, no nível inferior - local onde a pouca luminosidade e a baixa temperatura criam as melhores condições para o envelhecimento do vinho - é destinado ao armazenamento de milhares de cascos, onde o cheiro característico e a organização do espaço, tomam a liberdade para nos despertar os sentidos ao mais alto nível.

1.2. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Denominação: Caves 1890 Lodge;

Data da Intervenção: 2011;

Tipo de utilização atribuída: Caves de vinho do Porto Graham's abertas ao público;

Promotor: família Symington;

Arquitectura: Arq. Luís Loureiro, Arq. Nuno Gusmão.

1.2.1. CONCURSO / ABORDAGEM

Como referido anteriormente, esta intervenção de reabilitação justifica-se dada a vontade por parte dos actuais proprietários em melhorar as condições deste museu. Como tal e tratando-se de uma área de 3.600m², datada de 1890, grande parte deste processo de reabilitação consistiu na manutenção das estruturas, quer por simples questões de envelhecimento dos materiais, como por questões pontuais de eficiência e salubridade. (Krusse, 2013)

Neste processo de reabilitação, os arquitectos tiveram também especial atenção para os materiais empregues na manutenção das estruturas, pelo que a opção dos rebocos de cal, tendeu a ser valorizada como forma de minimizar os danos a longo prazo, provocados pela incompatibilidade entre massas. No que toca a distribuição do edifício, foi também alterado o seu programa, de forma a anular espaços descaracterizados e a proporcionar um percurso coeso e interessante ao visitante, sem que para isto fosse alterada a função primordial dos armazéns. (ArchDaily, 2013)

1.2.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO EDIFÍCIO RESULTANTE

Como resultante desta obra de reabilitação, têm-se um conjunto de armazéns, onde a contemporaneidade, o bom gosto e a simplicidade estão bem presentes. Com a distribuição dos espaços agora alterada, o visitante entra por uma nova área de recepção, onde a forte presença da madeira, no seu tom natural e pintada de branco vem produzir um contraste harmonioso, conforme se pode ver a partir da fig. 23. A partir da recepção temos acesso ao auditório, dedicado a pequenas apresentações relacionadas com a história do edifício e a um pequeno espaço expositivo, onde são apresentados artefactos, documentos, objectos relacionados com a própria história desta bebida e um breve historial das famílias responsáveis pela evolução dos vinhos desta marca. (ArchDaily, 2013)

No nível inferior do museu, é dada então ao visitante a oportunidade de circular pelos tradicionais pavimentos arenosos e de disfrutar do silêncio e da misticidade do que são as caves de envelhecimento das Caves 1890 Lodge, sem que para isso seja colocado em risco o repouso dos vinhos. ^[14] Após esta visita a uma das partes mais interessantes do museu, o visitante é encaminhado á sala de degustação, demonstrada na fig. 24, onde poderá apreciar uma grande variedade de vinhos e de onde poderá visitar também, a sala “vintage Room”, destinada a um cliente mais exigente, que queira degustar os vinhos vintage. (Santos, 2013)

Concluída a experiencia de degustação, o visitante é acompanhado à loja, demonstrada na fig. 25, onde poderá adquirir uma pequena lembrança, ou compra um dos vinhos que degustou. Por fim e como demonstrado a partir da fig. 26, o restaurante destaca-se como um dos espaços mais interessantes de todo o projecto de reabilitação. (Santos, 2013) Ladeado pelas caves de envelhecimento e como de garantir esta ligação visual entre os armazéns, foi adoptada a separação destes armazéns apenas por uma discreta tela de vidro, proporcionando assim ao visitante uma espectacular experiencia de espaço, uma vez que a partir deste é possível visualizar as enormes fileiras de pipas, dos mais prestigiados e valiosos vinhos das Caves Graham’s. Como ultimo espaço aberto ao público e não menos interessante, tem-se ainda uma pequena área exterior, pertencente ao restaurante, de onde sem dúvida alguma se tem uma das melhores vistas sobre a cidade do porto e o Rio Douro. (Santos, 2013)



Fig. 23 – Recepção.



Fig. 24 – Sala de degustação.



Fig. 25 – Loja.



Fig. 26 – Restaurante.

1.2.3. REQUALIFICAÇÃO RESULTANTE APÓS INTERVENÇÃO

Concebidos à aproximadamente 125 anos, os armazéns Graham's Lodge foram construídos com o objectivo de armazenamento de vinho, no entanto novos objectivos foram traçados, conduzindo assim à abertura ao público do mesmo, o que veio a criar um marco de referência que tende a ficar na memória de quem ali passou.

A reabilitação destes armazéns, veio desta forma a dar-lhe uma nova roupagem, atribuindo-lhes características contemporâneas, que por sua vez vêm dar a estes armazéns a componente de continuidade, com um profundo respeito pelo passado. Desta forma, garante-se assim a passagem deste exemplo de arquitectura a gerações futuras, com uma imagem actual e com pequenos reajustes nas suas funções, de forma a ir ao encontro das exigências da actualidade, sem que para isso a função ou até mesmo o carácter do edifício tenha de mudado.

2. CAIS D'ORSAY – MUSEU D'ORSAY

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL



Fig. 12 – Ortofotomapa, Cais D'Orsay – Museu D'Orsay – Paris.

Denominação: Gare D'Orsay;

Localização: Rue de Lille, 62, 75343 Paris, França;

Data de construção: 1897 – 1900;

Tipo de Propriedade: Privado.

Fundadores: Companhia de caminhos-de-ferro Paris Orléans;

Actividade Industrial: Companhia de caminhos-de-ferro e hotel (na extremidade oeste do conjunto);

Arquitectura: Arquitecto Victor Laloux;

Período de actividade: 1900 – 1939;

Ocupação antes da intervenção: Abandono;

Património fixo e móvel do edifício: desconhecido;

Estado de Conservação: Parte razoável, parte em degradação.

2.1.1. VALOR PATRIMONIAL

A Gare D'Orsay, reconhecida por ser o primeiro exemplo significativo de arquitectura do período industrial a ser reconvertido para uma função contemporânea, destaca-se a nível arquitectónico, por ser também uns dos primeiros edifícios a utilizar o metal. Portador das características anteriormente referidas e destacando-se como um importante testemunho da arquitectura do ferro do século XIX, ainda assim esteve sujeito à sua demolição por interesses de construção no mesmo local de um hotel moderno. (Orsay, 2006)

Perante esta vontade de demolição deste grande exemplar de arquitectura industrial e tendo em conta a diversidade ecléctica, quer exterior como interior, que tão bem caracteriza a construção, em 8 de Março de 1973, esse edifício é contemplado no Inventário Suplementar dos Monumentos Históricos, vindo em 1978 a ser atribuído à Direcção dos Museus de França, para que neste espaço se pudesse instalar o Museu de arte e da civilização francesa do século XIX. (Orsay, 2006)

2.1.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS

Nesta época, eram poucos os edifícios em que se adoptava pela tradução das vantagens estéticas do ferro à vista nas fachadas de fábricas e estações. Como tal Victor Laloux, arquitecto responsável por este grande exemplar, decidiu camuflar toda a sua estrutura metálica, servindo-se de uma fachada exterior em pedra, também adoptada para a fachada do hotel, de estilo académico. Exteriormente ao edificio, conforme demonstrado na fig. 13, a única parte deste “esqueleto” estrutural visível, era a cobertura abobadada e envidraçada, o que vinha de encontro aos pré-requisitos da época. (Orsay, 2006)

A versatilidade deste edifício destaca-se também como um dos grandes pontos fortes, uma vez que ao longo da sua vida tem vindo a ter vários usos. Em 1939, foi utilizado como centro de expedição das encomendas para os prisioneiros durante a guerra, seguidamente como centro de acolhimento dos prisioneiros no momento da libertação e actualmente destaca-se como um dos grandes museus de arte. Todas estas mudanças de uso são possíveis pela sua grande qualidade arquitectónica e acima de tudo pela enorme área disponível, conforme demonstrado pela fig. 14, cerca de 30.000 metros quadrados de superfície, sendo que o espaço dedicado à antiga gare contempla um comprimento de 175 metros, uma largura de 75 metros e uma altura de 35 metros. (Orsay, 2006)



Fig. 13 – Vista exterior da Gare D'Orsay.



Fig. 14 – Vista interior da antiga Gare D'Orsay, 1902.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Denominação: Museu D'Orsay;

Data da Intervenção: 1979 – 1986;

Tipo de utilização atribuída: Museu de arte e da civilização francesa do século XIX;

Promotor: Direcção dos Museus de França

Arquitectura: A.C.T. Architecture (edifício); Gae Aulenti (interiores).

2.2.1. CONCURSO / ABORDAGEM

No final da década de 70 e perante a sua recente desactivação, a demolição deste grande exemplar de arquitectura, aliado às fortes pressões especulativas, deram lugar a fortes debates políticos. No entanto a necessidade de criação de uma nova instituição cultural, onde o lugar e a imagem se assumiam como fortes pré-requisitos, dão lugar à única oportunidade de salvaguarda deste edifício, vindo assim a tornar-se a mais importante operação de reconversão de um edifício público na França. (Orsay, 2006)

Perante esta atitude de preservação deste edifício, havia plena consciência por parte do Presidente da República, que seria uma obra particular, onde a competência a nível de matéria de conservação do património deveria ser um ponto a ser tido em conta. Como tal, este projecto resultou de um concurso restrito em que foram convidados seis arquitectos, nomeadamente Hervé Baptiste, Yves Boiret, e Jean-Claud Rochette, pertencentes ao Departamento Público dos Monumentos Históricos, Serge Macel e Pierre Sirvin, pertencentes ao Departamento Público de Construções Civas e Palácios Nacionais e Pierre Colboc, para apresentarem a sua proposta de reabilitação. (Orsay, 2006)

Dado a importância deste projecto, a responsabilidade de selecção do vencedor, coube ao Presidente da República, que numa análise cuidada avaliou as várias propostas, tendo em conta se estas respeitavam o ritmo e os espaços da construção, evitando efeitos de contraste brutal, para que assim fosse possível criar um conjunto agradável, próximo do público e com um estilo original, onde a conjuntura arquitectónica diversificada e com o seu carácter próprio, não se sobrepujasse às obras apresentadas. Assim sendo o trabalho escolhido foi o de Pierre Colboc, elaborado em conjunto com o atelier A.C.T. Architecture, por este conseguir contemplar um funcionamento longitudinal, onde a ocupação resultava de forma lateral, em volta de uma espécie de rua central, como se poder ver na fig. 15. (Orsay, 2006)

2.2.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO EDIFÍCIO RESULTANTE

O novo Museu surge assim de uma simbiose de interesses entre a forma e o conteúdo, onde o edifício é interpretado com inteligência, acrescentando-lhe valores antes inexistentes, como a oferta de novas visões aéreas sobre a grande sala abobadada de vidro de que a antiga Gare não dispunha ou o ordenamento do lugar como se se tratasse de um espaço urbano, dispondo de grandes objectos no pavimentos. (Orsay, 2006)

A relação da arquitectura nova e da original exprimem-se assim de forma subtil, num diálogo equilibrado, onde o que o museu deu à gare permitindo a sua conversão, a gare devolveu-lhe oferecendo ao visitante uma oportunidade de circular inventando ele próprio o seu trajecto um pouco à semelhança do que acontece na cidade. (Orsay, 2006)



Fig. 15 – Vista interior da antiga Gare D'Orsay, 1902.

2.2.3. REQUALIFICAÇÃO RESULTANTE APÓS INTERVENÇÃO

A recuperação da antiga Gare D'Orsay trouxe enormes benefícios culturais, históricos e arquitectónicos à cidade de Paris. O actual Museu D'Orsay pode ser considerado como um dos principais pontos turísticos da cidade, não só pela forte componente histórico-cultural que a si está associado, como também pela sua magnífica estrutura arquitectónica. A conservação da fachada e dos materiais iniciais permitem realçar a sua beleza enquanto edifício e permitem também associá-lo à sua funcionalidade inicial, o que torna mais interessante a visita a este espaço.

A localização do edifício, a uniformização com o espaço envolvente e a beleza enquanto obra de arte permitem que esta requalificação seja reconhecida como uma das mais importantes no âmbito industrial.

3. CENTRAL TEJO – MUSEU DA ELECTRICIDADE

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL



Fig. 16 – Ortofotomapa, Central Tejo – Museu da electricidade.

Denominação: Central Tejo;

Localização: Av. De Brasília, Lisboa, Portugal;

Data de construção: 1914 – 1919 (a central foi sofrendo vários aumentos ao longo dos anos, tendo chegado ao seu aspecto actual em 1950);

Tipo de Propriedade: EDP – Electricidade de Portugal;

Fundadores: EDP;

Actividade Industrial: Central eléctrica;

Arquitectura: Desconhecidos;

Período de actividade: 1914 – 1975;

Ocupação antes da intervenção: Inactiva;

Património fixo e móvel do edifício: Dado que a central nunca passou por um processo de abandono, foi possível manter toda a maquinaria;

Estado de Conservação: Razoável.

3.1.1. VALOR PATRIMONIAL

A Central Tejo começou o seu início de vida, logo após o terreno onde se insere, ter sido conquistado ao rio. Assim e como forma de anular as antigas centrais mais pequenas, distribuídas pelas zonas urbanas, onde os ruídos das maquinarias incomodavam os moradores da envolvente, em 1914 deu-se início à construção do primeiro bloco, do que viria a ser hoje o reconhecido museu da electricidade. Ao longo dos seguintes anos foram várias as ampliações como forma de responder aos sucessivos aumentos de potência, que por sua vez exigiam novas máquinas. Por fim em 1950 chegou-se ao seu aspecto actual, conforme fig. 17, de onde podemos retirar que em todas as ampliações houve a preocupação de manter a mesma linguagem, escondendo as várias fases de crescimento a que esteve sujeita. (Medina, 2012)

Localizada numa zona estratégica, onde a proximidade com o rio lhe trazia grandes vantagens para a recepção do carvão, como é possível ver a partido da fig. 18, para a descarga das cinzas, resultantes da queima do carvão e para a disponibilidade de água para o arrefecimento das máquinas, a Central Tejo destaca-se como um notável exemplar de arquitectura do património industrial. Deve-se a este facto a sua classificação como imóvel de interesse público, desde 1986, pelo que dada a sua importância, a Camara Municipal de Lisboa, a Administração do Porto de Lisboa e o I.P.P.A.A. intervieram na sua transformação. (Leite, Central Tejo, 2014)



Fig. 17 – Vista exterior da Central Tejo, 1950.



Fig. 18 – Processo de descarregamento do carvão.

3.1.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS

No que toca às características espaciais desta Central Tejo, pode-se dizer que o seu interior era constituído maioritariamente por maquinaria, sendo a sua distribuição programática dividida em salas para caldeiras e salas para máquinas, onde como se pode comprovar a partir das figs. 19, 20 e 21 grande parte do espaço era preenchido por, onze caldeiras, cinco turbo-grupos alternadores, dez caldeiras Babcock & Wilcox (tecnologia britânica) e cinco grupos de geradores de varias potência e diversas marcas: Escher & Wiss, AEG, Stal-Asea e Escher Wiss-Thompson. Posteriormente foram construídos ainda dois sifões nas novas docas do circuito de refrigeração que traziam a água do rio ao interior da central. (Leite, Central Tejo, 2014)

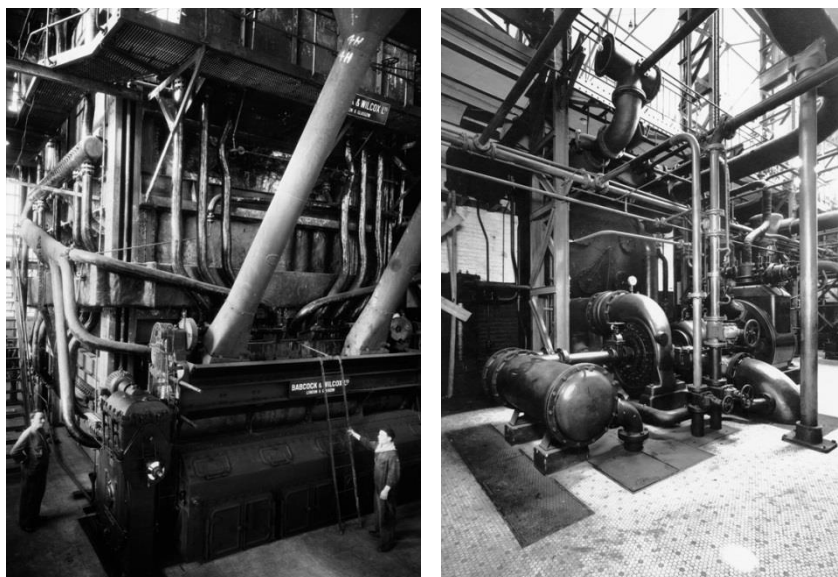


Fig. 19 e 20 – Maquinaria utilizada na Central Tejo, 1934.

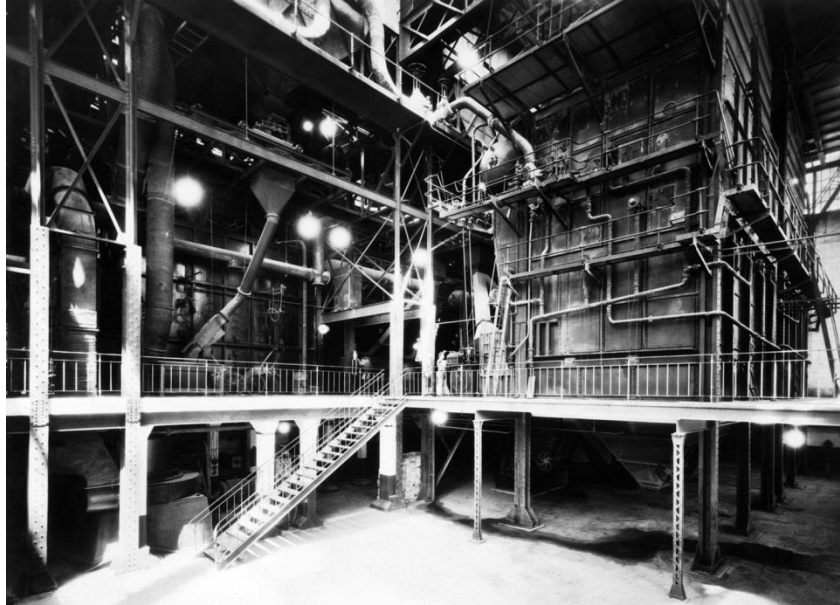


Fig. 21 – Maquinaria utilizada na Central Tejo, 1934.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Denominação: Museu da Electricidade;

Data da Intervenção: 2002 – 2005;

Tipo de utilização atribuída: Museu da Electricidade;

Promotor: Fundação EDP;

Arquitectura: Arq. Carlos Bonina Moreno.

3.2.1. CONCURSO / ABORDAGEM

Depois de 50 anos a produzir energia, embora os últimos vinte anos funcionando apenas como central de apoio ou de emergência, a Central Tejo produziu electricidade pela última vez em 1972 e fechou as suas portas em 1975. Após a sua desactivação a EDP enquanto proprietária deste edifício, teve a boa iniciativa de intervir desde logo, como forma de combater possíveis degradações, para que assim fosse possível a sua conversão em museus guardando todo o seu património no melhor estado. Como tal, as obras de intervenção centraram-se sobretudo na conservação do edifício, garantindo a sua integridade, mantendo-se a maioria do equipamento de produção de energia eléctrica existente. (Medina, 2012)

No decorrer deste projecto de reconversão ao cargo do arquitecto Carlos Bonina Moreno, em parceria com várias entidades e diversos empreiteiros, foram tidas em conta várias preocupações para que este edifício pudesse funcionar condignamente como museu. Como tal, foram substituídos pontuais vidros partidos, reparados telhados e pintadas as paredes e estruturas metálicas, mantendo o mais possível a integridade do edifício, mudando apenas a utilização dos espaços, outrora utilizados pelas maquinarias da central, para a reconversão em espaços museológicos ou culturais, como seria de esperar. (Medina, 2012)

3.2.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO EDIFÍCIO RESULTANTE

Como edifício resultante após as obras de reconversão e uma vez que o novo uso veio ao encontro da museificação das actividades originais do edifício, um dos objectivos foi o de manter todo o espólio móvel, como maquinaria pertencente à antiga Central Tejo. Como tal, todas as suas características espaciais foram mantidas, como forma de manter a mesma identidade e como forma de proporcionar actualmente ao visitante a real sensação do que foi a antiga central eléctrica de Lisboa. Aliada a esta vontade de preservar quase na integridade o edifício, foram também e continuam regularmente a ser feitas regulares vistorias, para que assim seja possível controlar e combater possíveis degradações provocadas quer pelo tempo, como pela proximidade do mar, que em muitos casos acaba por desencadear processos de corrosão.

3.2.3. REQUALIFICAÇÃO RESULTANTE APÓS INTERVENÇÃO

A Central Tejo, implantada no início do século XX na margem ribeirinha de Lisboa, assume-se assim como um exemplar do período industrial e moderno do país. Perante as suas características arquitectónicas e tendo em conta o seu valor identitário na cidade de Lisboa, justifica-se assim a vontade desde cedo de preservá-la, o que veio a dar lugar a um novo programa de uso, uma vez que foi convertida a museu e ao ganho de um carácter mais público, onde a então conhecida Central Tejo, hoje em dia pode ser visitada, com o objectivo de dar a conhecer os métodos de produção de electricidade.

4. BANKSIDE POWER STATION – TATE MODERN – LONDRES

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL



Fig. 5 – Ortofotomapa, Bankside Power Station – Tate Modern.

Denominação: Bankside Power Station;

Localização: Bairro de Southwark, Bankside, London SE11 9TG, Inglaterra;

Data de construção: 1947 – 1963;

Tipo de Propriedade: Estado.

Fundadores: City London;

Actividade Industrial: Central eléctrica;

Arquitectura: Sir Giles Gilbert Scott;

Período de actividade: 1949 – 1982;

Ocupação antes da intervenção: Abandono;

Património fixo e móvel do edifício: desconhecido;

Estado de Conservação: Parte razoável, parte em degradação.

4.1.1. VALOR PATRIMONIAL

O Tate modern, reconhecido pela sua característica chaminé de grandes dimensões com 99 metros de altura, distingue-se por ser um dos museus mais importantes da Grã-Bretanha e um dos maiores do mundo, que actualmente abriga parte da colecção da Tate Gallery dedicada à arte moderna e à arte contemporânea. Localizado na margem direita do Rio Tamisa, destaca-se sobretudo pela sua grande disponibilidade de área, cerca de 35.000 metros quadrados e pela sua boa localização em relação ao centro da cidade. (Fernández Galiano, 2000, pp. 26 - 28)

Como descrito anteriormente, a escala gigantesca deste edifício e a sua óptima localização, fazem desde edifício um exemplo impar, conferindo-lhe assim os elementos necessários para o desenvolvimento de um projecto que correspondessem às metas artísticas da instituição e que por conseguinte possibilitaram a conservação do mesmo. Entende-se portanto que o valor desde edifício nunca esteve associado a qualquer tipo de classificação patrimonial ou de beleza estética, mas sim às suas características intrínsecas, que sem dúvida o valorizaram e que lhe conferiram as condições para garantir a sua sobrevivência ao longo dos tempos. (Fernández Galiano, 2000, pp. 26 - 28)

4.1.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS

Segundo Luís Fernández Galiciano, este edifício constituído por uma colossal estrutura metálica forrada a tijolo maciço, conforme fig. 6, resulta da combinação dos desenhos dos rádios Art Déco, com a arquitectura modernista desenvolvida pelos prestigiados arquitectos Frank Lloyd Wright (1867 - 1959) e Willwm Marinus Dudok (1884 - 1974). Desta conjugação de estilos, o autor afirma que como resultado final, as fachadas desenvolvidas para este edificio industrial, acabaram por resultar numa imagem antiquada, vindo nos anos setenta a assumir-se como uma composição extravagante. (Fernández Galiano, 2000, p. 28)

Relativamente a sua organização programática, este central eléctrica, tal como foi construída, estava dividida em três faixas paralelas, assumindo cada uma delas uma função específica. A sala das caldeiras no lado norte, junto ao Rio Tamisa, a sala das turbinas no centro e por fim a sala dos transformadores, colmatando com a fachada sul, local onde se encontrava uma das partes mais impressionantes da antiga central, com três espaços cilíndricos, que albergavam os tanques de combustível, como é possível ver a partir das figs. 7 e 8. (Fernández Galiano, 2000, pp. 28 - 29)



Fig. 6 – Vista geral do edifício em 1985.



Fig. 7 – Vista geral da sala das turbinas.



Fig. 8 – Vista geral da sala das turbinas, 1995.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Denominação: Tate ModernBankside Power Station;

Data da Intervenção: 1994 – 2000;

Tipo de utilização atribuída: Museu de Arte Moderna.

Promotor: Tate Gallery;

Arquitetura: Jacques Herzog & Pierre De Meuron.

4.2.1. CONCURSO / ABORDAGEM

Perante o interesse por parte da Tate Gallery, em 1994 foi lançado um concurso internacional com o objectivo de reconverter a antiga central eléctrica em museu de arte moderna. Como seria de esperar, o concurso atraio participantes de todo o mundo, no entanto o vencedor foi o atelier de Herzog & De Meuron, na altura pequeno e pouco conhecido, mas que ganhou a confiança do júri pelo facto de manter todo o carácter essencial do edifício, nomeadamente as suas excelentes características espaciais. (Prat, 2002)

Perante o referido anteriormente, a estratégia de intervenção consistiu portanto em aceitar o poder físico da massa cerâmica da antiga central eléctrica, realçando a sua estrutura em vez de tentar minimizá-la. Como resultado obteve-se a autenticidade e a integridade do edifício original, sem que a harmonia entre o antigo e o novo passe despercebida. (Prat, 2002)

4.2.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO EDIFÍCIO RESULTANTE

Como afirma Luis Fernández Galiano, a atitude por parte dos arquitecto ao preservarem o carácter do edificio, foi vista como um acto de inteligência estratégica, como forma de valorizar o melhor do edifício. Pelo exterior, o edifício apresenta uma forma octogonal maciça, no entanto a enorme chaminé e os vãos verticais de grande dimensão trazem-lhe vida. Como se pode ver a partir da fig. 9, a alteração que mais chama à atenção é a nova estrutura em vidro de dois pisos, que tem como finalidade a introdução de luz natural nas galerias dos últimos pisos, albergando também uma cafetaria que oferece vários pontos de vista sobre a cidade. (Fernández Galiano, 2000, pp. 27 - 29)

Outra das grandes alterações foi a plataforma de entrada, que como se pode ver a partir das figs. 10 e 11, é uma pequena parte do pavimento que cobria toda a sala das turbinas. Actualmente, esta plataforma é uma ponte entre as alas norte e sul, cumprindo também um importante papel urbano entre o interior e o exterior, possibilitando ao visitante um atravessamento do edifício. A criação desta ponte, anulando o resto do piso, veio também permitir ao visitante ter uma visão mais ampla de todo o esplendor da extraordinária escala deste edifício. Os miradouros, concebidos em balanço interrompem a poderosa verticalidade da estrutura, com o objectivo de proporcionarem espaços de descanso e pontos de encontro que são privilegiados pela possibilidade de observação sobre a grande sala das turbinas. (Fernández Galiano, 2000, pp. 28 - 29)

Após a intervenção, o interior deste edifício destaca-se assim como sendo um interior articulado em vastos ambientes, dotados de uma relativa flexibilidade. É um museu dinâmico, onde surge um novo conceito de museu, onde para além das salas dedicadas às exposições periódicas e permanentes, existe também um auditório, restaurantes, biblioteca e livraria.



Fig. 9 – Vista exterior após intervenção.



Figs. 10 e 11 – Sala das turbinas após intervenção.

4.2.3. REQUALIFICAÇÃO RESULTANTE APÓS INTERVENÇÃO

Uma vez iniciadas as obras de recuperação desta antiga central eléctrica, para além do despertar para as novas potencialidades deste edifício, com a atribuição de uma nova função museológica, grande parte das zonas degradadas nas margens de Tamisa sofreram também intervenções de requalificação. (Fernández Galiano, 2000, p. 29)

Perante o descrito anteriormente, pode-se concluir que a Tate Modern, se destaca como o principal motor de mudança no distrito de Southwark, uma vez que veio dar uma nova roupagem a esta área, trazendo novos acessos, nomeadamente a nova de estação de metro e a nova ponte pedonal sobre o rio Tamisa, garantindo assim uma nova vida a este bairro, anteriormente deteriorado. (Fernández Galiano, 2000, p. 29)

Parte II

Capítulo III

CASO DE ESTUDO - ARMAZÉNS DE VINHO ABEL PEREIRA DA FONSECA

Ao se falar de património, de imediato é associado o seu potencial valor cultural, histórico e artístico, no entanto, e como forma de completar a amplitude deste conceito pode-se ainda juntar o seu valor de uso. Este, responsável pela possível integração e participação na actual sociedade garante também a sua continuidade no futuro, constituindo assim uma mais-valia para o desenvolvimento local.

Pretende-se assim com esta proposta de intervenção, reafirmar este conjunto edificado dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, tendo em conta as suas qualidades e importância que desempenha para com a população, para que assim seja possível uma reabilitação reafirmando o seu papel na urbe. Assim e para que a presente intervenção não seja vista como um fracasso, a proposta apresentada deve ir mais além do que o simples tratar das patologias presentes no edifício, contribuindo apenas para a sua imagem geral. Deve-se portanto apostar em funções activas para o edificado, contribuindo para a ideia futura de reabilitação deste local, dotando-o de serviços culturais importantes para a população, associados á história do edifício e não só, como forma de obrigar a memória a reajustar-se às necessidades da actualidade, colmatando fraquezas existentes pela ausência de espaços necessários numa vida contemporânea.



Fig. 27 – Ortofotomapa, zona Oriental de Lisboa.

1. JUSTIFICAÇÃO DA SELECÇÃO DO EDIFÍCIO

O motivo que justifica a selecção de um edifício segundo a temática do património industrial, deve-se acima de tudo à urgência que este assunto acarreta, uma vez que estas áreas ex-industriais se assumem como sendo a principal oportunidade de intervenção na cidade contemporânea. Estes aglomerados industriais, hoje em dia saturados e protagonistas da anulação da conexão entre vários centros urbanos, são também detentores de milhões de metros quadrados para os quais é urgente determinar uma finalidade. Nestas condições a possibilidade de reabilitar o interior de um tecido urbano torna-se impreterível, tanto ao nível urbanístico, como a nível económico e social, como forma de resolver o problema sociológico relativo à presença de áreas industriais no interior dos tecidos urbanos.

Assim sendo, entende-se que a importância deste assunto cada vez mais se irá tornar incontornável, para que o natural crescimento das nossas cidades não deixe esquecido nem entregues ao abandono as nossas construções do passado. Surge assim a necessidade urgente de rever todos os conceitos relativos a esta área, tendo em conta o papel social que estas desempenham para uma cidade, pois a não preservação destes monumentos poderá ser sinonimo da eliminação das nossas referências, eliminando assim vestígios históricos, sociais e culturais.

Demonstrado o meu interesse nesta temática, os principais pontos de selecção do edifício a intervir – Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca – foram:

- Estar desactiva, onde se mantém aberta uma pequena tasca no edifício principal, virado para o Largo do Poço do Bispo, que tende a sobreviver com forma de comprovar o valor social que tem para a comunidade;
- Constituir um imóvel com interesse público e plástico;
- A sua localização, localizando-se num local da cidade que está a ganhar valor;
- Apresentar potencialidades económicas, por ser portador de uma grande área disponível de espaço livre coberto, podendo ser aproveitado para espaços polivalentes ou até mesmo para a criação de espaços abertos.

Aliado a estas valências atrás descritas, à ainda que referir o seu enorme valor enquanto elemento caracterizador desta zona pela sua história e importância social. Trata-se portanto de uma firma de grande importância no mercado da importação e exportação de vinhos, responsável pela sua maior parte em Lisboa, pelo que interveio directamente com a história da cidade. Quem não se Lembra dos famosos vinhos de Abel Pereira da Fonseca!

2. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO ORIGINAL



Fig. 28 – Ortofotomapa, armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca.

Denominação original: Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca S.A.R.L.

Localização: Praça David Leandro da Silva, tornejando com a rua Amorim.

Data de construção: 1916 - 1942

Tipo de Propriedade: Privada.

Fundadores: Abel Pereira da Fonseca e o seu sócio Francisco Assis.

Actividade Industrial: Grande entreposto e indústria de tratamento e transformação de vinhos, licores e azeites. Início da indústria alimentar.

Projectista: Manuel Joaquim Norte Júnior e desconhecidos.

Período de actividade: 1907 – 1993.

Ocupação actual: Utilização de um dos espaços para tasca. Os restantes permanecem ao abandono.

Património fixo e móvel do edifício: desconhecido / furtado.

Interesse Patrimonial: Classificado como edifício de interesse Municipal.

Estado de Conservação: Parte razoável, parte em degradação.

Obra: Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 18813 - Processo 1085-DAG-PG-1917.

2.1. VALOR PATRIMONIAL

Estes armazéns de vinho, outrora pertencentes à firma A.P.F. começaram por se instalar numa pequena casa, com frente para o largo do Poço do Bispo. No entanto com o decorrer dos anos e como forma de responder às necessidades de mais espaço, estas instalações foram obrigadas a crescer associadas ao avanço da frente ribeirinha, entre a década de 20 e a década de 40. Assim os primeiros crescimentos dos armazéns fizeram-se ao longo da Rua Amorim, vindo mais tarde a estender-se para Sul, até à Rua Pereira Henriques, onde colmata este conjunto de dez armazéns, com um brasão com elementos decorativos salientes em argamassa, simbolizando o ramo comercial da empresa, conforme fig. 215. (Barbosa, 2011)

O edifício com maior qualidade arquitectónica, com frente para a Praça David Leandro da Silva, é um Projecto do arquitecto Manuel Joaquim Norte Júnior (1878 - 1962), datado de 1917, período de grande eclectismo, onde as tendências da Arte Nova e dos “Neo” (românico, árabe) se faziam sentir. (Carvalho, 2008) Neste exemplar é surpreendente a vivacidade e o investimentos num projecto, onde a sua função seria comercial e onde se estão bem presentes tanto o período temporal, como a sua função, numa grande composição de fachadas alusivas ao labor da firma, onde estão referenciados cachos de uva, folhas de parra, os toneis de vinho, nos grande janelões, a fragata e o rio. No entanto e ainda que portadores de linguagem diferentes, segundo Deolinda Folgado, todo o conjunto edificado é portador de valor patrimonial, uma vez que:

“ É com uma visão de conjunto que se devem entender os Armazéns Abel Pereira da Fonseca. Só assim, se compreendem as várias actividades desenvolvidas, desde a contentorização de milhares de litros de vinho até aos últimos vestígios das máquinas utilizadas para o respectivo tratamento. Se o edifício de Norte Júnior é o que apresenta maior valor arquitectónico. Os restantes destacam-se pela sua importância funcional e por alguns elementos da arquitectura dos grandes hangares, tão significantes para a história de toda a ribeirinha Zona Oriental.”
(Folgado & Custódio, 1999, p. 157)

Perante esta breve descrição da importância patrimonial do conjunto edificado pertencente à firma A.P.F. é importante ainda referir a importância deste edifício no bairro em que se encontra e na cidade de Lisboa. Conforme descrito pelo IHRU esta firma foi a primeira empresa portuguesa a integrar numa mesma companhia os diversos segmentos do vinho. Consegui assim desempenhar um papel activo no dia-a-dia da população da cidade de Lisboa, uma vez que a maior parte deste bem de consumo chegava à população a partir

desta empresa, detentora das famosas lojas Val do Rio, que serviam a população por todos os bairros da cidade. Todo este valor histórico e social foi assim conseguido por esta firma, que ainda hoje continua bem presente na nossa população, sobretudo na memória de quem trabalhou neste espaço, nestas redes de distribuição, nos habitantes da zona que sempre ali o conheceram e em toda a população que de uma forma ou de outra frequentaram as instalações, uma vez que nesta época eram estas as lojas que desempenhavam o papel dos nossos supermercados hoje em dia. (Sanguinhal, s/d)

Por todas estas características valorativas enquanto património e dado que este edifício e a sua história, constituem uma forte identidade do território onde se encontra, marcada pelas memórias das pessoas que sempre ali o conheceram, independentemente dos transtornos que este património pode causar futuramente, permanecer, de uma forma ou de outra, destaca-se como sendo uma forte opção para a maior parte dos edifícios industriais e singularmente para o caso individual dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca.

2.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS

Numa análise superficial e conforme referido anteriormente, o edifício principal da autoria de Norte Júnior, sem dúvida que “salta” à atenção pela sua grande qualidade arquitectónica e pelas soluções peliculares adoptadas pelo arquitecto, onde reuniu a preocupação estética com a própria funcionalidade do edifício. No entanto e numa análise mais cuidada, rapidamente se chega à conclusão que todo o conjunto é portador de valor patrimonial, quer exterior como interior, sem esquecer os próprios equipamentos directamente relacionados com as actividades industriais.

Quanto aos espaços interiores, hoje abandonados, ao longo dos anos vieram a ser palco de diversas funções bastante diferentes das originais, pelo que foram sendo criadas várias estruturas provisórias, em madeira, e por vezes em betão, sem serem minimamente pensadas, o que conduziu em diversas situações a uma perda de qualidade e escala do espaço em questão. Como forma de exposição da importância patrimonial destes espaços interiores, nada melhor que as descrições feitas por Deolinda Folgado, onde de uma forma sistemática refere que:

“Do interior dos armazéns destaca-se a galeria em betão, espaço onde inicialmente se depositavam pipas e garrafões, convertendo-se mais tarde, em

área da administração, dos escritórios e do laboratório. Em termos funcionais a estrutura mais monumental e importante, que subsiste das actividades de armazenamento e tratamento dos vinhos, é o conjunto das cento e setenta cubas (capacidade superior a vinte milhões de litros) e dos mecanismos de trasfega e filtragem. O painel de controlo Daubron (Bordéus) (...), "caracterizado pelos seus múltiplos mostradores e respectivos filtros de tratamento.", (...) "bem como o filtro primitivo de placas." (...) "Todas estas infra-estruturas in situ são uma evidência da importância da casa Abel Pereira da Fonseca dentro do universo do tratamento e armazenamento de vinhos, bem como um testemunho impar das tecnologias aplicadas à vinicultura." (Folgado & Custódio, 1999, p. 157;158)

"A firma APF instalou diversas linhas de enchimento e de lavagem para garrafas e garrafões, linhas de estabilização e filtragem, gaseificação, além de dispor de uma grande produção de pipas e toneis nas suas oficinas de tanoaria. Esta grande casa de armazenamento ultrapassava a lógica dos depósitos, criando mecanismos industriais de tratamento e embalagem." (Folgado & Custódio, 1999, p. 158)

Perante as presentes descrições feitas por Deolinda Folgado em "Caminho do Oriente – Guia do Património Industrial", imediatamente se compreende a importância da preservação de toda a maquinaria existente neste edifício. Assim e correspondendo esta maquinaria aos instrumentos de trabalho outrora utilizados nestes armazéns, intitulam-se como sendo tão importante a sua preservação, como a preservação do edifício, uma vez que é a partir destas que é possível um melhor entendimento dos métodos de trabalho dos nosso antepassados e por isso, portadores de memórias de trabalho humano.

Tendo em conta todas estas considerações e uma vez que o desaparecimento da maior parte do património móvel destes edifícios acontece logo após o seu abandono é urgente o desenvolvimento de um conjunto de políticas, que vise o quanto antes a manutenção e a atribuição de um novo uso aos edifícios. Esta pequena medida, rapidamente se transforma em um enorme contributo para a preservação de todas as memórias do edifício, pois estando estes edifícios abandonados, para além de todas as degradações e desaparecimentos após a sua desactivação, estão ainda sujeito a roubos, como aconteceu recentemente nestes armazéns de vinho e onde tive a oportunidade de ver o antes e o depois, onde se acabaram por perder todas as máquinas descritas por Deolinda Folgado, corrimões, elevadores, entre outros elementos ainda presentes no edifício e que tivessem algum valor para o mercado negro da venda do ferro.

3. CONTEXTO HISTÓRICO – CULTURAL DE BRAÇO DE PRATA

A zona Oriental de Lisboa, mais concretamente Braço de Prata, teve o seu grande período de mutação logo após o terramoto de 1755, que veio a dar origem ao abandono de muitas quintas nobres, que vieram a ser ocupadas pelas primeiras fábricas, como se pode ver a partir da fig. 29. Assim sendo é a partir do desenvolvimento manufactureiro (século XVIII), que esta zona Oriental de Lisboa, outrora portadora de um tecido rural, composto essencialmente por conventos e quintas sofre uma mutação ao nível da malha urbana, que sem dúvida alguma marcaram uma época que deve ser preservada, para que não se perca a história e a identidade industrial de Lisboa. As condições para o crescimento da indústria neste local eram favoráveis, pelo que desde logo se tende a intensificar, devido à proximidade com o rio, (área estratégica onde as trocas comerciais podiam ter lugar), e à implantação do caminho-de-ferro - 1856, que partia da Estação de Santa Apolónia e seguia para Leste e para Norte, centrando assim naquela área as condições propícias para o crescimento a nível industrial de toda esta área Oriental de Lisboa. (Folgado & Custódio, 1999, pp. 12 - 15)

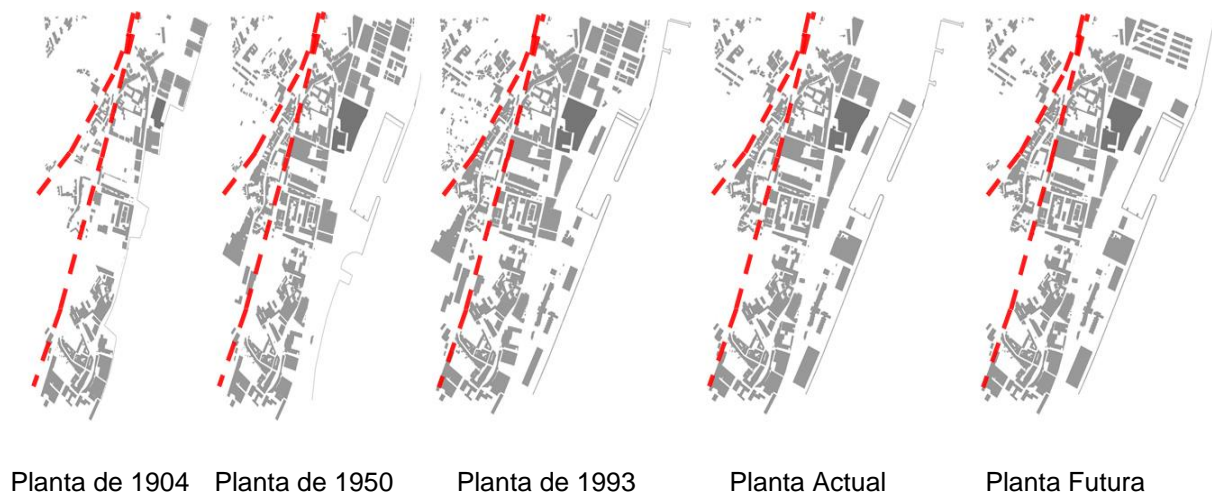


Fig. 29 – Evolução da área de Braço de Prata.

Como descrito anteriormente a boa localização de Lisboa (zona Oriental), era o grande factor para este desenvolvimento industrial em expansão até à década de 50 do século XIX. Perante esta nova realidade urbana, surgiram diversos interesses comerciais, dos quais a necessidade de uma maior área para a construção de fábricas levou à conquista de terrenos ao tejo, através de aterros sucessivos preenchendo os recortes da linha de costa, para que

em troca dos antigos cais, docas e praias, fosse possível ganhar espaço para esta nova construção de fábricas e naturalmente equipamentos de habitação para albergar a mão-de-obra, que ainda hoje se encontram presentes na paisagem de Oriental de Lisboa, desde oficinas, manufacturas, fabricas, chaminés, fornos, bairros operários, entre outros. (Folgado & Custódio, 1999, pp. 17 - 20)

A zona oriental de Lisboa, hoje em dia cada vez mais objecto de requalificação, como forma de aproveitar as suas potencialidades, tem vindo a ser alvo de grandes projectos, reconhecidos como potenciais motores de desenvolvimento, nomeadamente os planos de pormenor da Matinha e dos jardins do Braço de Prata, que vem no decorrer da extensão do Parque das Nações a Sul. Este mais uma vez vem a servir-nos de prova que esta zona industrial, neste momento deixada ao abandono, tem imensos potenciais quando associada aos novos usos e por isso deve ser recuperada. Esta recuperação referida anteriormente assenta em cinco pontos essenciais, que são eles a habitação, o comércio, serviços, equipamentos e espaços verdes.

Relativamente á área que circunscreve o conjunto de edifícios a intervir – Armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca – apresenta graves problemas no espaço público, no edificado, na rede viária, entre outros. Como tem vindo a ser referido ao longo do trabalho e sendo esta uma das muitas áreas outrora industrializadas de Lisboa, encontra-se bastante degradada e em condições de abandono, como tal e como forma de valorizar todo o perímetro em redor da área de intervenção, é necessário delinear estratégias como forma de “travar” o abandono do local, (de certa forma um pouco á semelhança do que hoje se encontra) transformando-a numa nova centralidade da cidade de Lisboa.

Posto o descrito anteriormente e feita uma análise do local em redor do edifício a intervir, quer a nível morfológico, tipológico e histórico, pode-se constatar que grande parte destes espaços encontram-se degradados, o que por sua vez vem anular a atractividade do local. Este ambiente de abandono com início na década de setenta, altura em que toda a área Oriental de Lisboa entrou em declínio, dando-se o fim da vivência industrial dos últimos dois séculos, devia-se ter dado desde logo início a uma nova fase, uma fase de reconversão de espaços e de conservação para evitar o elevado estado de abandono que hoje sentimos nesta zona. (Folgado & Custódio, 1999, pp. 20 - 22)

4. HISTORIA E EVOLUÇÃO DO CONJUNTO DOS ARMAZÉNS ABEL PEREIRA DA FONSECA

Abel Pereira da Fonseca (1876 – 1955), um beirão nascido em Almeida – Guarda, fig. 30, como muitos da sua geração, perante as dificuldades que se faziam sentir no campo, com 13 anos resolveu migrar para Lisboa com o objectivo de conseguir um melhor nível de vida. (Barbosa, 2011, p. 27) Como tal, começou por se empregar no comércio, até que em 1906, com algumas economias e em parceria com o seu sócio Francisco Assis, criou a “Abel Pereira da Fonseca & Companhia”, com os seus primitivos armazéns em Xabregas, na Rua da Manutenção do Estado, que rapidamente se tornaram obsoletos, dado o défice de espaço provocado pelo rápido crescimento da empresa. (Leite, Sociedade Comercial Abel Pereira d Fonseca, 2011)



Fig. 30 – Abel Pereira da

Assim, e como forma de responder ao sucesso que se fazia sentir nesta empresa, em 1908 dá-se então a mudança das instalações destes primitivos armazéns, para a Praça David Leandro da Silva, ao Poço do Bispo - Freguesia de Marvila. É então nesta zona ribeirinha oriental de Lisboa, que esta empresa passa a vigorar como edifício de gaveto, num local onde se começava a sentir o impacto do desenvolvimento industrial, e onde ainda hoje, nesta pequena praça, intitulada outrora de Largo de D. Luiz como se pode ver na fig. 31, nos deparamos com um lugar marcado pela sua história, em que para além das peças de mobiliário urbano ainda ali existentes, como o urinol público metálico (semelhante ao podemos encontrar no Cais do Sodré) e o chafariz, podemos ainda contemplar dois grandes exemplos de uma época industrial. Refiro-me então aos armazéns de vinho José Domingos Barreiros e aos armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca, os quais, hoje, apenas nos é possível contemplar como sendo um pedaço do nosso património entregue ao abandono e á continua degradação. (Leite, Sociedade Comercial Abel Pereira d Fonseca, 2011)

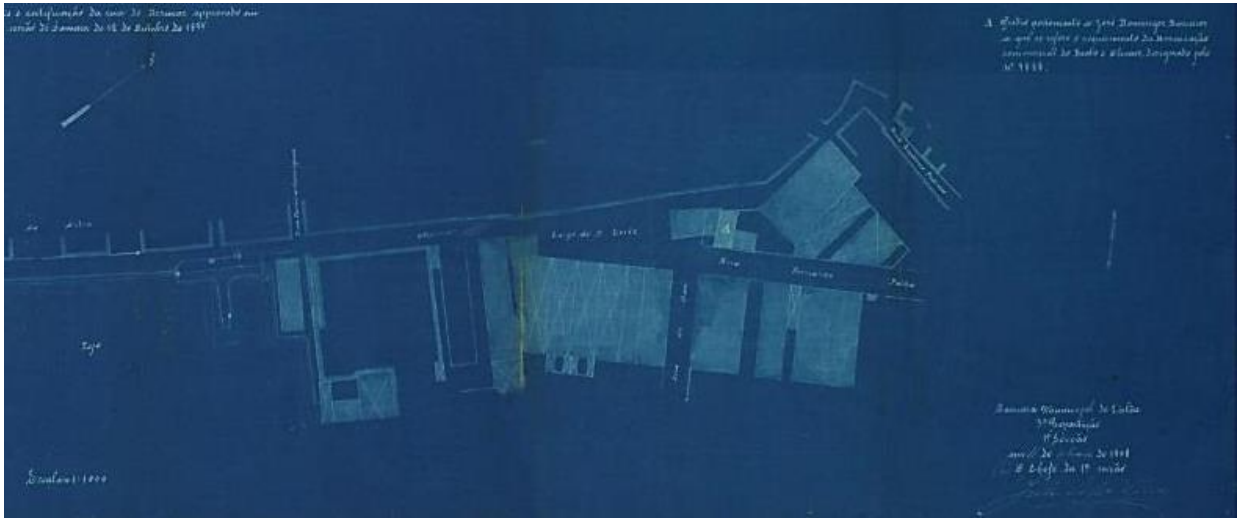


Fig. 31 – Planta do alargamento e rectificação da Rua do Açúcar aprovada em sessão de camara de 12 de Outubro de 1899.

É então nestes armazéns, adquiridos aos herdeiros de Manuel da Costa Cabaço, na altura com uma linguagem simples, como é possível ver a partir da fig. 32 e da fig. 33, que esta firma desde cedo se diferencia das demais, pelo facto de ser a primeira empresa vinícola a abraçar os diversos segmentos do comercio do vinho (produção, armazenamentos e venda). Esta, estrategicamente ladeada pelo Rio Tejo, como podemos ver na fig. 34, possibilitava as melhores condições quer para o descarregamento do vinho, na sua maioria proveniente da margem esquerda do rio, como para o carregamento das embarcações, que por sua vez o levavam a bordo dos navios exportadores. (Barbosa, 2011, pp. 28 - 29) Era então a estes armazéns que chegavam os vinhos e produtos adquiridos por intermédio de agências de distribuição, – espalhadas pelo Porto, Vila Nova de Gaia, Leiria, Runa, Torres Vedras, Outeiro da Cabeça, Bombarral, Sanguinhal, Cartaxo e Torres Novas – (Santos, 2013) o que levou a que estas instalações fossem na altura apelidadas pelo nome informal de “Catedral do vinho”, dada a enorme capacidade de armazenamento, que rapidamente assumiram um papel fundamental na entrada e distribuição do vinho na cidade de Lisboa.

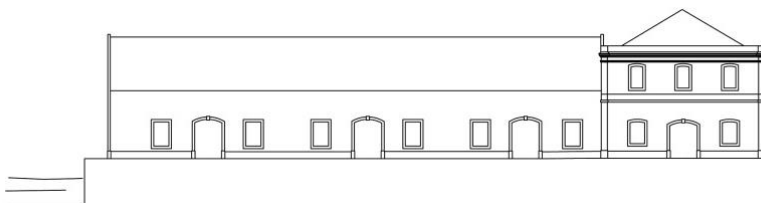


Fig. 32 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo, em 1908.

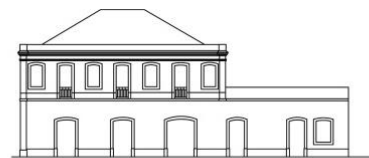


Fig. 33 – Alçado Oeste – Frente largo do Poço do Bispo, segundo anexo, em 1908.

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

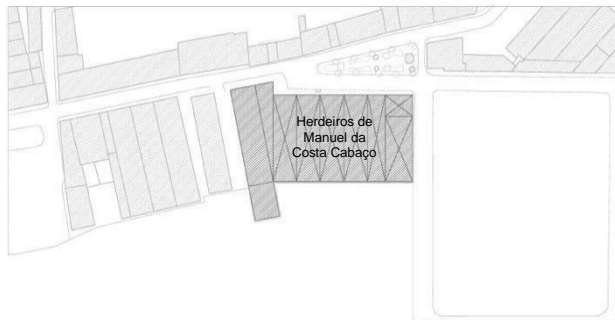


Fig. 34 – Reconstituição da planta de 1910, segundo cartografia de Silva Pinto.

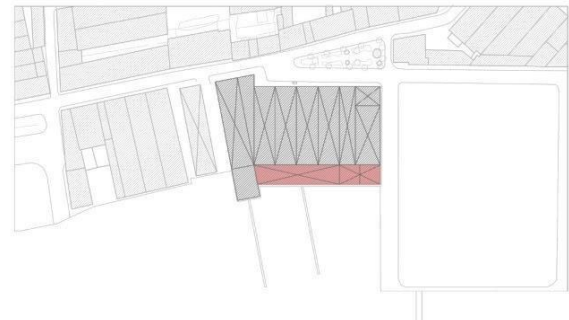


Fig. 35 – Reconstituição da planta de 1910, segundo.

Como referido anteriormente, era a estes armazéns que chegava a maior parte do vinho que dava entrada na cidade de Lisboa, assim e perante o contínuo crescimento da empresa, Abel Pereira da Fonseca resolve em 1910 realizar as primeiras obras de ampliação, com o objectivo de estender o corpo dos armazéns já existentes para o Rio Tejo, como se pode ver na fig. 35. Assim e tendo por base a fig. 36 e a fig. 35, podemos dizer que este projecto foi uma peça fundamental para o futuro desenvolvimento dos armazéns, uma vez que este veio a assumir a largura total dos dois armazéns já existentes e a encara-la como um todo, o que conduziu á criação de uma malha de pilares ao centro, como forma de dar lugar a dois armazéns ladeados e interligados entre si, como podemos ver no anexo III.

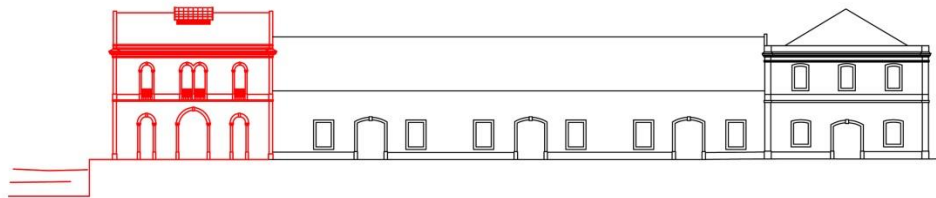


Fig. 36 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo, em 1910.

Mais tarde, ainda no ano de 1910 dá entrada na câmara um novo projecto para outro edifício, que mais uma vez, como se pode ver pela fig. 37 vem perlongar os armazéns já existentes para o Rio Tejo. Este novo corpo, dado a sua proximidade com o rio, como demonstrado na fig. 39 e na fig. 40, e uma vez que a zona não sofreu qualquer tipo de intervenção a nível de aterros, assentou numa infra-estrutura em arco na qual entrava a água, como forma de colocar o edifício ao nível da cota de rua, como se pode ver a partir do anexo III. Como se pode ver a partir das fis. 37 e 38, a forte importância do rio, para o transporte da maioria das mercadorias e dos produtos que dava entrada em Lisboa já se fazia sentir, o que legou A.P.F. a desenvolver o seu cais privativo, onde numa primeira fase ladeava o edifício com frente para a Rua Amorim, passando em 1916, após as obras de aterros a estender-se para o rio, no prolongamento dos armazéns principais, conforme fig. 38.

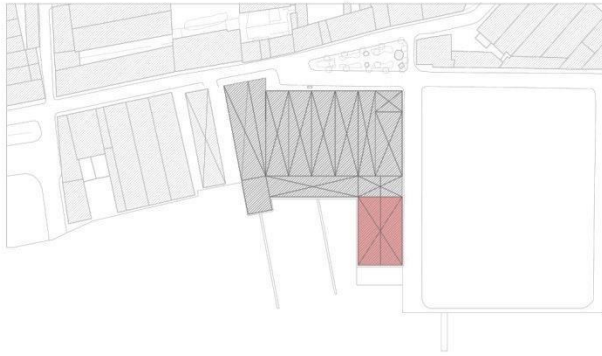


Fig. 37 – Reconstituição da planta de 1910, segundo cartografia de Silva Pinto, anexo IV.

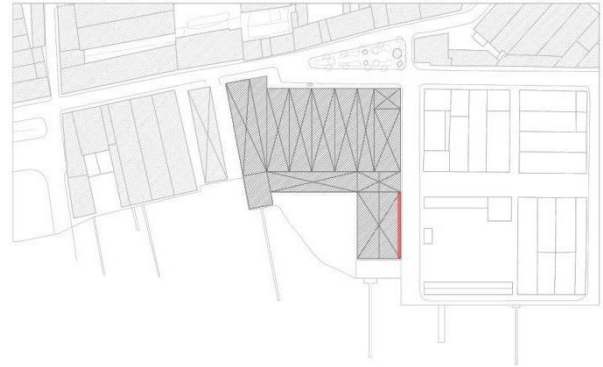


Fig. 38 – Reconstituição da planta de 1916, segundo anexo IV.

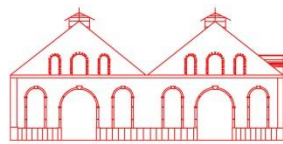


Fig. 39 – Alçado Este – Frente Rio, segundo anexo III, em 1910.

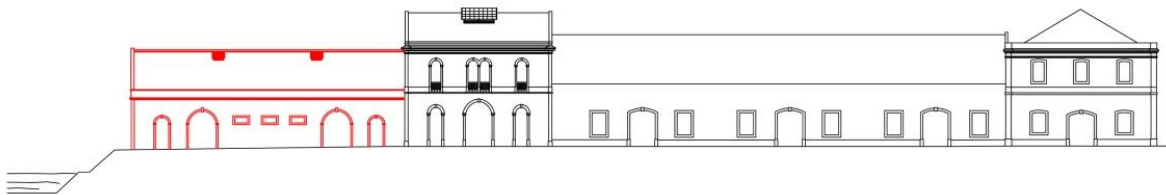


Fig. 40 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1910.

Foi também nesta época que Abel Pereira da Fonseca adquiriu algumas das quintas que ainda hoje pertencem à família. Este, movido pela vontade de comercializar o seu próprio vinho, desde cedo demonstrou um especial interesse pela zona do Bombarral, uma vez que era nesta que os terrenos vinícolas detinham o estatuto de monocultura e empregavam a maior parte da população. Assim, é após a implantação da República, altura em que várias propriedades foram vendidas em hasta pública, quer por dificuldades económicas, causadas pela mudança de regime, sentidas pela classe média, como pela vontade de transformação da riqueza imobiliária em valores monetários, por parte da classe nobre ou cidadãos abastados, que Abel Pereira da Fonseca em 1911, demonstrando a sua grande capacidade de empreendedorismo e visão comercial, aproveitou a proximidade que o caminho-de-ferro do oeste lhe oferecia em relação aos transportes e a Lisboa e comprou a Quinta das Cerejeiras, à Companhia Geral de Crédito Predial Português, que por sua vez a detinha por acção judicial de hipoteca ao vinicultor Emílio Augusto da Faria Estácio. (Barbosa, 2011, pp. 28 - 30)

Abel Pereira da Fonseca no início do século XX, destacava-se assim como sendo um notável viticultor e empresário. Este, detentor de várias propriedades vinícolas na região do Bombarral, fundou a “Companhia Agrícola do Sanguinhal”, como forma de possibilitar uma melhor gestão das suas propriedades (Quinta das Cerejeiras e Quinta do Sanguinhal, localizadas na região do Bombarral, e a Quinta de S. Francisco, em Outeiro da Cabeça), que mais tarde se viriam a expandir para outros concelhos, como Cadaval, Alenquer e Torres Vedras, como se pode ver nos anexos IV. (Santos, 2013)

Nesta época, o clima era de contínuo crescimento, o que por sua vez exigia também uma constante expansão, quer a nível de área de armazéns, como de redes de distribuição. Assim, e como forma de mais uma vez monopolizar o mercado do vinho, Abel Pereira da Fonseca começou por abrir várias sucursais na cidade. Estas, inicialmente destinadas á venda de vinho “José Maria dos Santos”, na altura intitulado de “o rei do vinho”, mais tarde vieram a dar lugar aos estabelecimentos “val do Rio”. Vivia-se portanto anos de profunda expansão nesta empresa, em que o seu crescimento e sucesso como se pode ver a partir da evolução em planta, desde sempre esteve aliado ao alargamento e expansão da frente ribeirinha. Assim, é então em 1916, uma vez feitas as obras de aterros como nos mostra a fig. 38, que Abel Pereira da Fonseca vê reunidas as condições para a construção de um novo armazém frente rio, de maiores dimensões como podemos ver na fig. 41, sem que este estivesse assente em água.

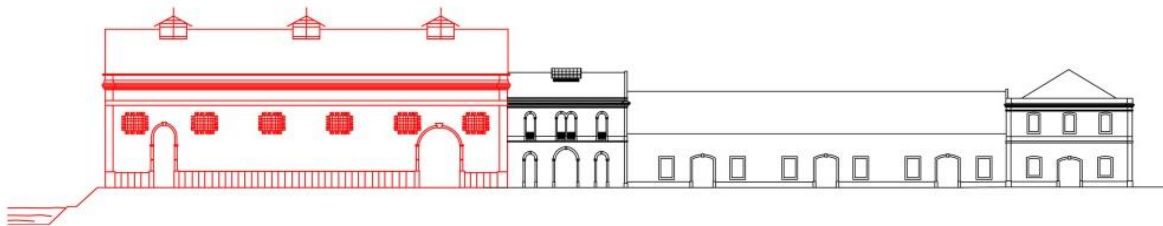


Fig. 41 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1916.

Concluídas estas obras de ampliação e perante o aumento do capital social, dá-se início a uma segunda fase de desenvolvimento desta firma, que marcada pela entrada do novo sócio gerente, vem a sofrer algumas mudanças na designação comercial. Como tal, é então em 1918, com a entrada de Marcelino Nunes Correia (1884 - 1949), nascido em Pedrógão Grande – Leiria, passa a ser classificada como sociedade por cotas, e lhe é dado o nome de “Abel Pereira da Fonseca, Lda”, como se pode ver na fig. 42, que mais tarde vem novamente a ser alterada para “Abel Pereira da Fonseca & C^a, Lda” á qual, como forma de expansão das suas casas de vinho é incorporada a organização “Fonseca & Correia”. (Perdigão, 2000)

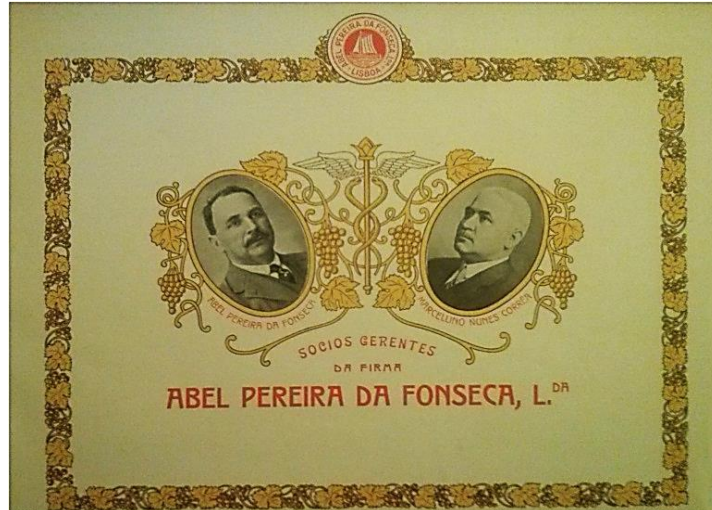


Fig. 42 – Sócios gerentes da firma Abel Pereira da Fonseca, Lda 1918.

É também no ano de 1918, que se procede á remodelação das tabernas (inicialmente casas destinadas á venda de vinho José Maria dos Santos), e que se dá início à construção de um dos projectos mais significativos, quer em termos de área de intervenção como se pode ver na fig. 43, como em termos de arquitectura da história desta firma, como é possível concluir a partir da fig. 45. Este, da autoria de um dos arquitectos mais relevantes da nossa história portuguesa, de seu nome Manuel Joaquim Norte Júnior, esteve em construção entre 1916 e 1917 e à semelhança de outros projectos do mesmo arquitecto, em nada passa despercebido dada a sua enorme ornamentação característica deste período de grande eclectismo. Assim e como forma de responder às necessidades da altura, é então projectado um corpo, com uma brutal capacidade de armazenamento de vinho (cerca de cinquenta mil hectolitros), que mais uma vez, veio a colocar esta firma em posição de destaque, sob a restante concorrência.

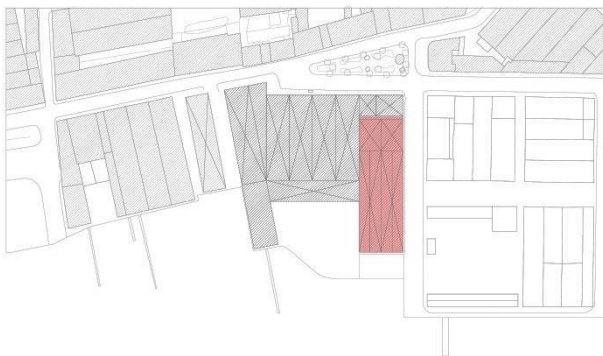


Fig. 43 – Reconstituição da planta de 1916, segundo cartografia de Silva Pinto, anexo IV.

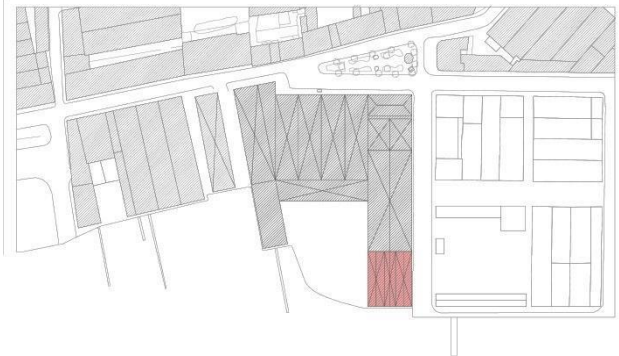


Fig. 44 – Reconstituição da planta de 1921, segundo anexo VI.

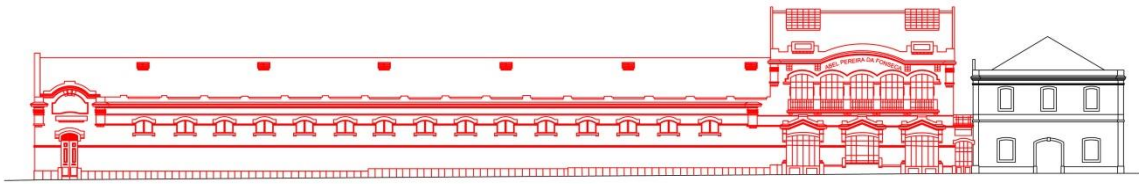


Fig. 45 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1916.

Como se pode concluir a partir da fig. 43, á semelhança do que aconteceu nos anteriores projectos, a junção dos dois edifícios virados para o largo do poço do Bispo, é novamente tida em conta pelo arquitecto Norte Júnior, o que o levou a projectar um edifício simétrico ao nível da planta, de quatro águas, novamente com uma malha de pilares ao centro da estrutura.

Mais tarde, como se pode ver a partir da fig. 46 e da fig. 47, dá-se então inicio a construção do edifício de gaveto virado para o largo do poço do bispo, sendo que a fachada anterior sofre algumas alterações, ao nível da eliminação das duas portas e da janela no piso térreo. É também alterado o frontão por cima dos janelões no primeiro piso e é criado um novo frontão no armazém mais baixo, como se pode ver na fig. 46, a vermelho. Com a construção destes armazéns, assistimos assim a uma das grandes obras deste arquitecto, que ainda que desta época, hoje em dia apenas nos reste o último edifício a ser construído (edifício de gaveto), como se pode ver na fig. 46 e na fig. 47, facilmente e passados quase 100 anos desde a sua construção, se conclui que este se destaca como sendo uma enorme referencia do património industrial da cidade de Lisboa, e que representa a enorme perda que foi a demolição dos restantes armazéns projectados por este prestigiado arquitecto.

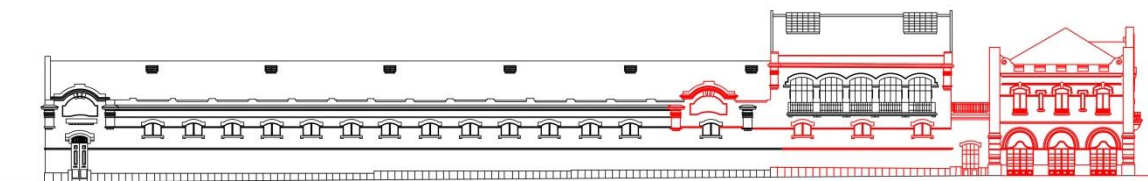


Fig. 46 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1917.

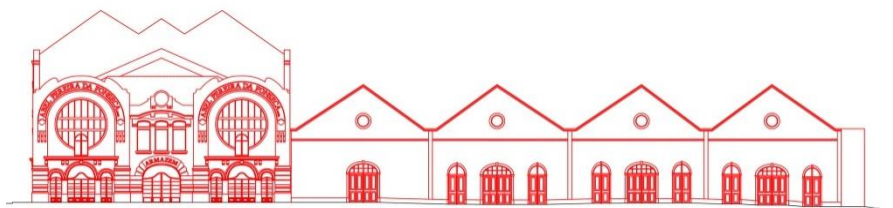


Fig. 47 – Alçado Oeste – Largo do Poço do Bispo, segundo anexo IV, em 1917.

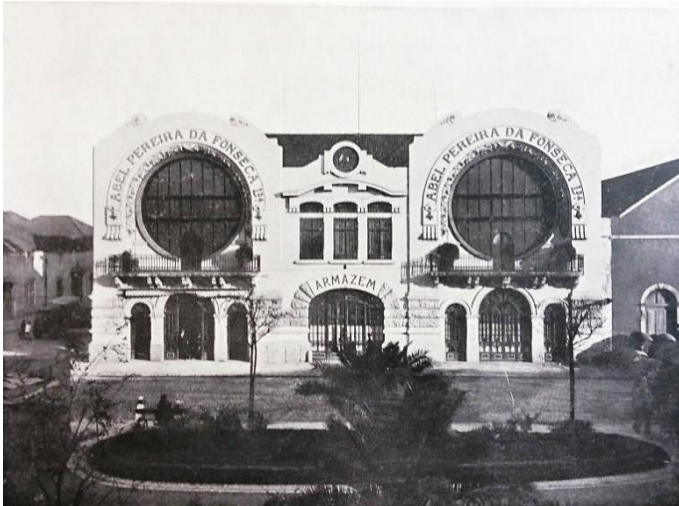


Fig. 48 – Poço do Bispo – fachada do armazém principal em 1919.



Fig. 49 – Frontão – fachada do armazém principal.

Como se pode ver a partir das figs. 48 e 49, a fachada principal, virada para o largo do Poço do Bispo, teve uma especial atenção por parte do arquitecto em simbolizar a função do edifício através de um cuidado desenho de fachadas, nas quais são representados motivos alusivos ao labor da firma, como os tonéis de vinho nos grandes janelões circulares, os cachos de uvas, as folhas de parra, e ainda o destaque para a importância do rio, uma vez que era a partir deste que chegavam a os produtos que abasteciam a cidade, destinando o centro da fachada principal ao logotipo da empresa composto por uma fragata e pelo rio.

Por fim, é então no final do ano de 1917, que se dá a ultima intervenção feita pelo arquitecto Norte Júnior e que se dão como concluídas as obras de ampliação destes armazéns. Este com as suas últimas alterações de projecto no armazém central, marcadas pela redução de cinco para quatro janelões no primeiro piso e pela redução de três para duas janelas no piso terreno, como se pode ver no alçado da Rua Amorim, representado na fig. 50, a vermelho, destaca-se assim como o maior armazém de vinhos de Portugal, assinado por um dos grandes nomes da história da arquitectura Portuguesa. Assim e tendo em conta todo o percurso desta empresa, foi também nesta época que foram registadas as primeiras fotografias, quer interiores, como exteriores deste edifício, como se pode ver na página seguinte, nas figs. 51, 52, 53, 54, 55 e 56.

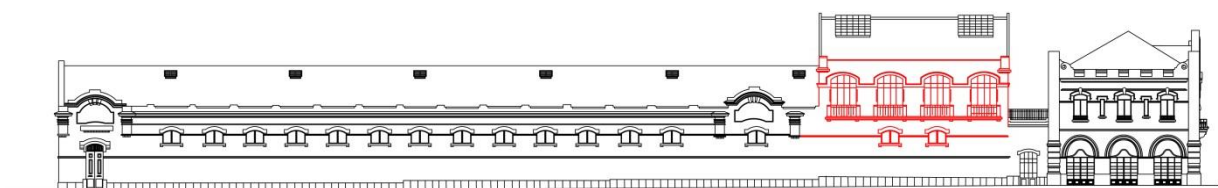


Fig. 50 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1917.



Fig. 51 – Poço do Bispo - armazéns em 1919.



Fig. 52 – Poço do Bispo – Rua Amorim em 1919.



Fig. 53 – Poço do Bispo – Vista parcial interior do armazém principal em 1919.



Fig. 54 – Poço do Bispo – Vista parcial do armazém principal em 1919.

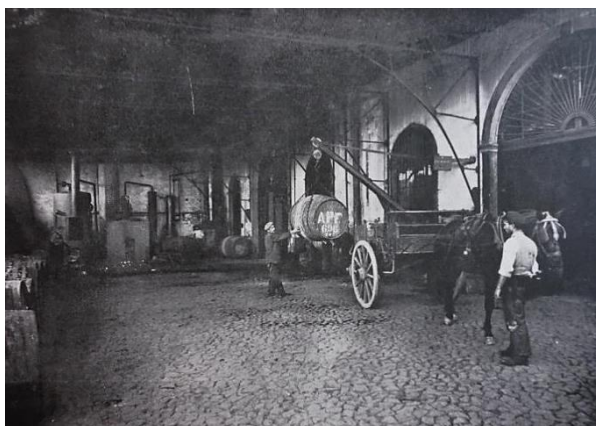


Fig. 55 – Poço do Bispo – Pátio do armazém em 1919.



Fig. 56 – Poço do Bispo – Secção de tanoaria em 1919.

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Perante este clima de crescimento, em 1921 Abel Pereira da Fonseca sente novamente a necessidade de amplificar os seus armazéns, que mais uma vez crescem associados ao avanço da frente ribeirinha. Assim, e como forma de manter o estatuto de maior empresa de comercialização de vinhos em Portugal, é edificado um novo armazém, que mais uma vez vêm estipular o limite de extensão na Rua Amorim e marcar o limite da frente ribeirinha como se pode ver em planta, na fig. 44. Consiste portanto, num edifício de quatro águas, composto por dois pisos, onde a métrica e a composição do projecto anterior, foram tidos como especial atenção, para que assim fosse mantida a mesma linguagem e características arquitectónicas, tal como se pode observar a partir dos alçados representados na fig. 57 e na fig. 58.

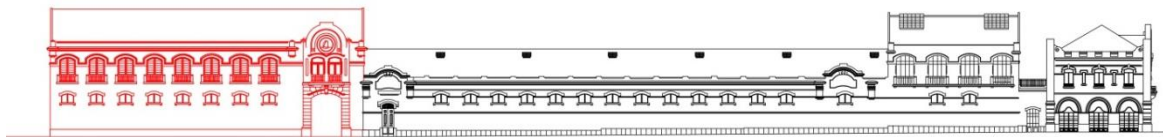


Fig. 57 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1921.

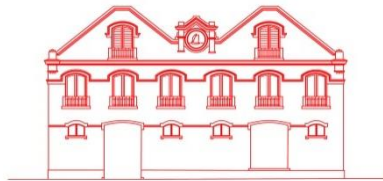


Fig. 58 – Alçado Este – Frente Rio, segundo anexo IV, em 1921.

Posteriormente, este novo armazém sofre algumas alterações ao nível da sua estrutura. Como tal e como é possível ver a partir dos alçados representados nas figs. 59 e 60, e pela fotografia da época presente na fig. 61, que possibilitou a recriação dos mesmos, podemos constatar que esta intervenção rege-se pela anulação da laje existente entre pisos, para vir a dar lugar a uma nova, á altura do antigo tecto do primeiro piso. Com esta intervenção é conseguido o aumento do pé direito do piso térreo (pela junção dos dois anteriores), que por sua vez vêm conduzir ao aumento da altura do edifício, sem que para isso este perde-se a sua linguagem e as suas linhas principais.

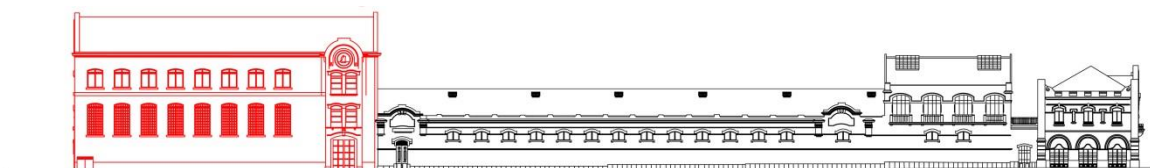


Fig. 59 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1922.



Fig. 60 – Alçado Este – Frente Rio, segundo anexo IV, em 1922.



Fig. 61 – Instalações da firma Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca em 1923.

Mais tarde, como se pode comprovar a partir da planta representada na fig. 62 e a partir das fotografias apresentadas nas fig. 64 e fig. 65, Abel Pereira da Fonseca vesse novamente na necessidade de aumentar a capacidade dos seus armazéns. Como tal, em 1930 dá-se início á construção destes novos armazéns, que crescem segundo o prolongamento dos três armazéns já construídos, com frente para o largo do Poço do Bispo. Mais uma vez, como se pode observar a partir da fig. 66, tal como aconteceu anteriormente, as características do armazém anterior, são tidas em conta no desenho de fachada deste novo corpo.

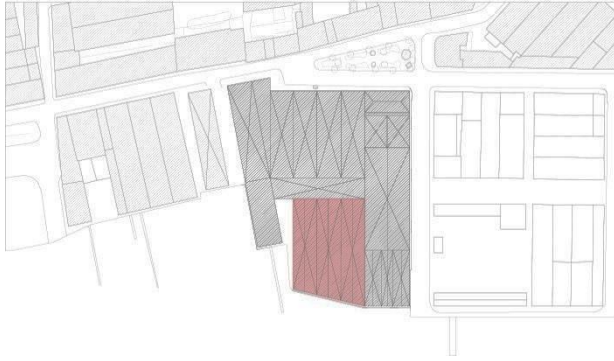


Fig. 62 – Reconstituição da planta de 1930, segundo cartografia de Silva Pinto, anexo IV.

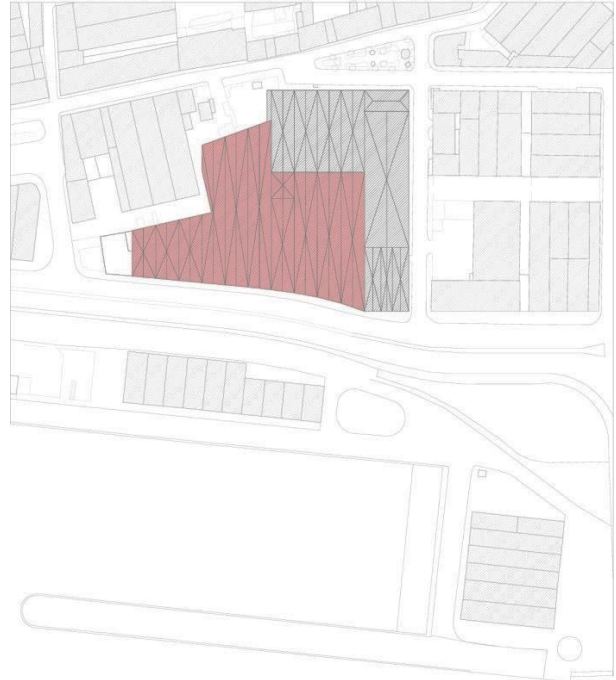


Fig. 63 – Reconstituição da planta de 1942, segundo anexo IV.



Fig. 64 – Panorâmica sobre a doca do Poço do Bispo, em 1938.



Fig. 65 – Doca do Poço do Bispo, em 1938.

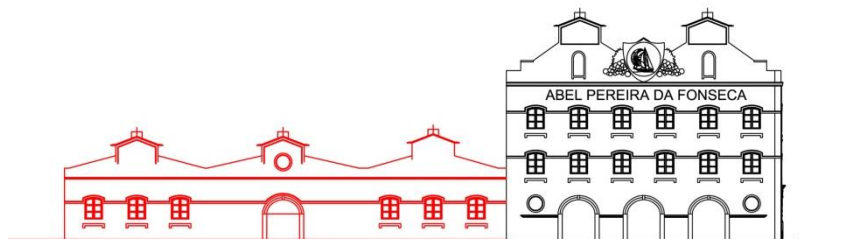


Fig. 66 – Alçado Este – Frente Rio em 1930.

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Em 1942, a casa A.P.F. inseria-se no universo das grandes áreas de comércio dos inícios do século XX, pelo que à semelhança dos grandes armazéns de retalho, que inicialmente escoavam os produtos da indústria têxtil, foram também criados grandes armazéns para o armazenamento dos produtos alimentares e seus derivados. Assim e uma vez que os tempos continuavam favoráveis a esta firma, a falta de espaço de armazenamento volta a estar presente, que aliada ao avanço da frente ribeirinha, acaba por conduzir no mesmo ano ao início da última grande obra de ampliação desta firma, tal como se pode observar na fig. 63. Neste ano dá-se também a última mudança de designação desta empresa, passando assim a sociedade anónima de responsabilidade, designada de “Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.”, como se pode ver segundo as inscrições presentes nos alçados representados nas figs. 67, 68 e 69.



Fig. 67 – Alçado Oeste – Largo do Poço do Bispo, segundo anexo II, em 1942.

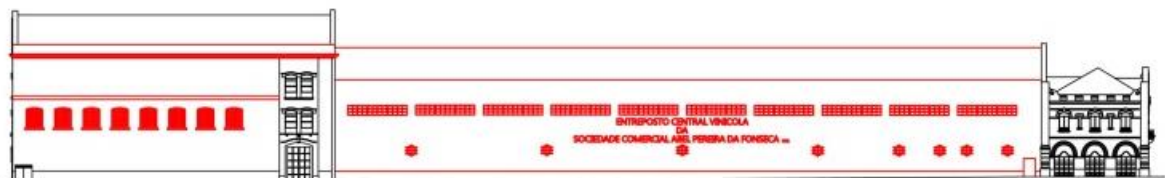


Fig. 68 – Alçado Norte – Rua Amorim, segundo anexo IV, em 1942.

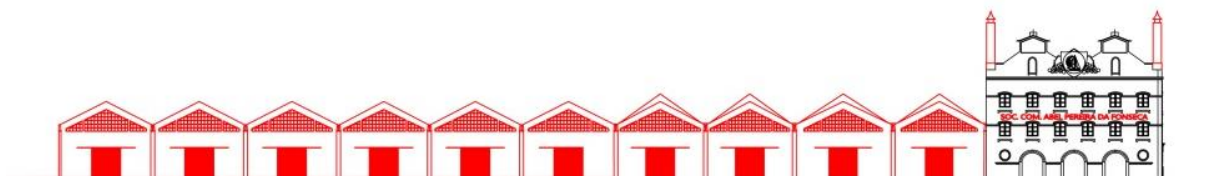


Fig. 69 – Alçado Este – Frente Rio, segundo fotografia anexo IV, em 1942.

Assim, e como se pode ver a vermelho nos alçados presentes nas figs. 67, 68 e 69, para além da construção dos novos armazéns, precedeu-se também á demolição do corpo central, que veio a dar lugar a um novo edifício de dois pisos, conforme fig. 70, destinado unicamente ao armazenamento de vinho, onde o piso térreo e o primeiro piso eram na sua maioria preenchidos por cento e setenta cubas, com capacidade para mais de vinte milhões de litros. Quanto ao edifício que funcionava como gaveto com frente para o Rio Tejo, sofre também algumas alterações quer ao nível ornamental, como de fecho de vãos, conforme se pode ver a partir dos alçados representados nas figs. 68 e 69, e tratando-se de um armazém composto por uma galeria de betão, que inicialmente era destinada ao armazenamento de pipas e garrações de vinho, como é possível ver a partir da figs. 71, 72 e 73, muda de função com a construção do novo corpo central, vindo assim a abrigar toda a área de administração, escritórios e laboratórios.

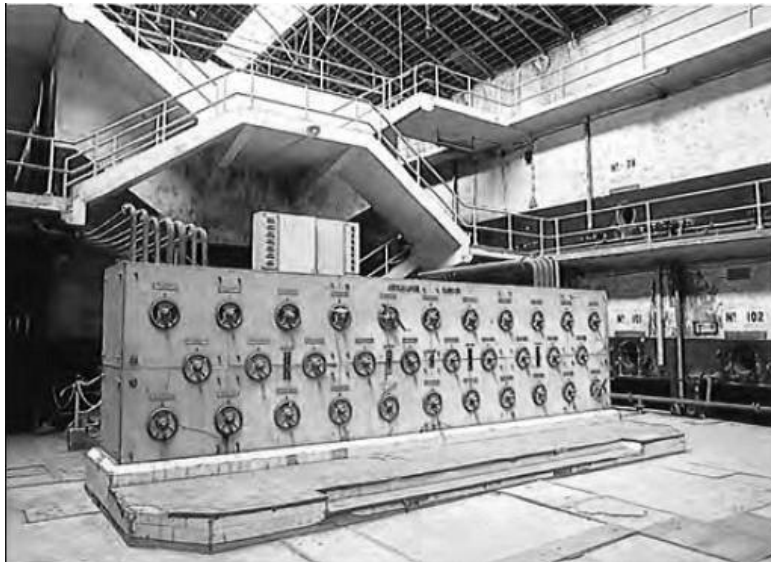


Fig. 70 – Painel de controlo Daubron (destruído) e galerias de depósito, em 1942.



Fig. 71 – Galeria edifício de escritórios, em 1942.



Fig. 72 – Piso 0 galeria central edifício de escritórios, em 1942.



Fig. 73 – Galeria edifício de escritórios, em 1942.

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Mais tarde, a então “Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.”, já com as suas ultimas obras de ampliação finalizadas, conforme é possível ver nas figs. 74, 75 e 76, passa a ser gerida por Marcelino Nunes Correia, pelos seus filhos, Manuel Nunes Corrêa e António Nunes Corrêa e por António Pereira da Silva. Abel Pereira da Fonseca decide então dedicar-se apenas á produção de vinho no Bombarral. Como tal, em 1947 vende a sua posição accionista á família Nunes Correia, a qual ficou detentora da totalidade das acções e muda-se definitivamente com o objectivo de transformar a “companhia Agrícola do Sanguinhal” em sociedade por quotas, detidas na totalidade pelo sócio fundador e pelos seus filhos, que acabou por passar de geração em geração até aos dias de hoje. Assim é no Bombarral, mais especificamente na quinta do sanguinhal e na quinta das cerejeiras, que ainda hoje podemos contemplar a herança que Abel Pereira da Fonseca nos deixou, hoje detida pelos bisnetos, Carlos João Pereira da Fonseca e por Ana Pereira da Fonseca Reis, que têm como missão a tarefa de continuar com a produção de vinho. (Leite, Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, 2011)



Fig. 74 – Armazéns da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L., em 1942.



Fig. 75 – Armazéns da Soc. Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L., em 1945.



Fig. 76 – Armazéns da Soc. Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L., em 1945.

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Esta nova fase de crescimento desta empresa, como se pode comprovar a partir da fig. 77, destaca-se como sendo uma das épocas mais gloriosas, em que são construídas oficinas, armazéns, depósitos e casas para o pessoal. Assistimos portanto ao crescimento de uma unidade fabril – habitacional, pois para além de dispor deste conjunto edificado destinado à actividade da empresa, incluía ainda uma Vila Operária para os empregados, como se pode ver nas figs. 78, 79, 80, 81 e 82.

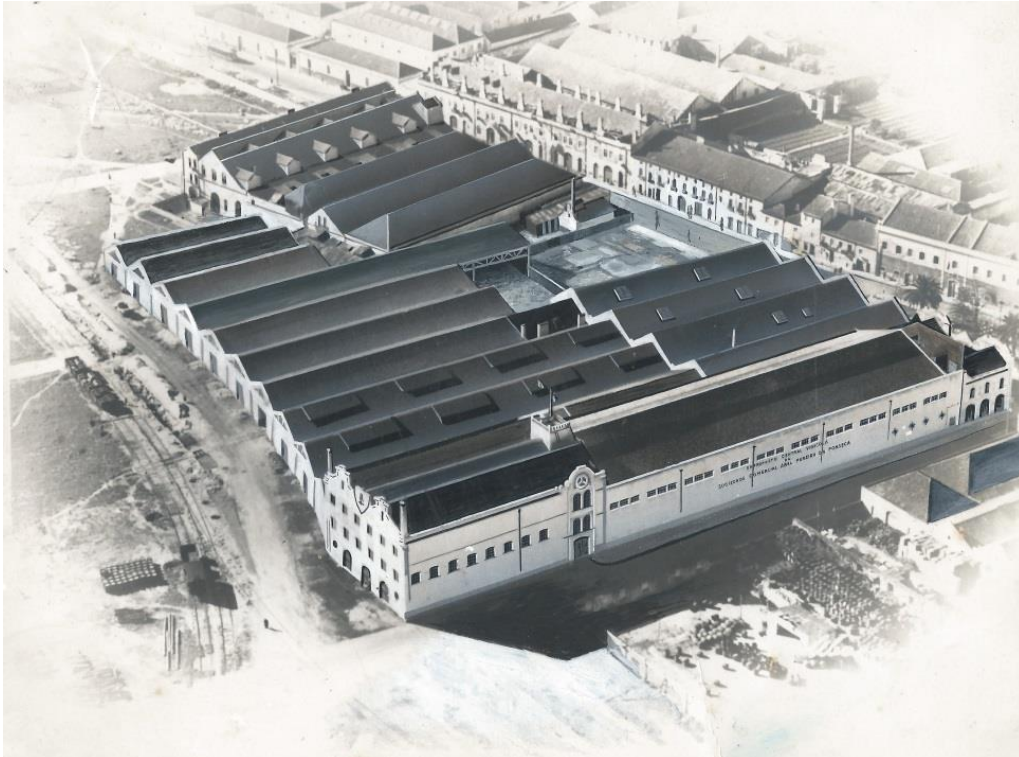


Fig. 77 – Vista geral do império pertencente à “Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.”, 1950.



Fig. 78 – Vila Operária, pertencente à firma Abel Pereira da Fonseca, 1945.



Fig. 79 – Vila Operária, pertencente à firma Abel Pereira da Fonseca, 1945.



Fig. 80 – Vila Operária, pertencente à firma Abel Pereira da Fonseca, 1945.



Fig. 81 – Vila Operária, pertencente à firma Abel Pereira da Fonseca, 1945.



Fig. 82 – Vila Operária, pertencente à firma Abel Pereira da Fonseca, 1945.

Nesta época, o clima de crescimento desta grande empresa era notável, dispondo mesmo de uma estrutura de circulação para a entrada e escoamento dos seus produtos, uma vez que as regulares cargas e descargas das pipas de vinho aconteciam no cais do Poço do Bispo, como se pode ver nas figs. 83 e 84. (Leite, Sociedade Comercial Abel Pereira d Fonseca, 2011) Com o chegar destes barcos transportadores o cais enchia-se de pipas, que roladas pelo pontão, conforme figs. 85, 86 e 87, seguiam até as enormes estruturas de armazenamento, onde eram empilhadas, como é possível ver a partir das fotografias da época presentes nas figs. 88, 89 e 90, para posteriormente serem distribuídas pelas várias lojas Val do Rio da cidade. Todo este processo de descarga a que a chegada destes barcos ao Poço do Bispo acarretava, conduziu à criação de um provérbio, que caracterizava a actividade e que se espalhou por toda a zona do Beato e Marvila.

“Já cheira a carvalho das aduelas e a vinho de armazém”. (Araújo, 1938, p. 76)



Fig. 83 – Pipas de vinho a bordo das fragatas, junto ao cais do Poço do Bispo, s/d.



Fig. 84 – Pipas de vinho a bordo das fragatas, junto ao cais do Poço do Bispo, s/d.



Fig. 85 – Descarregamento de pipas de vinho e outras mercadorias, junto ao cais do Poço do Bispo, 1960.



Fig. 86 – Pipas de vinho roladas, junto ao cais do Poço do Bispo, 1960.



Fig. 87 – Pipas de vinho roladas, junto ao cais do Poço do Bispo, 1952.



Fig. 88 – Armazenamento das pipas, s/d.



Fig. 89 – Armazenamento das pipas, s/d.

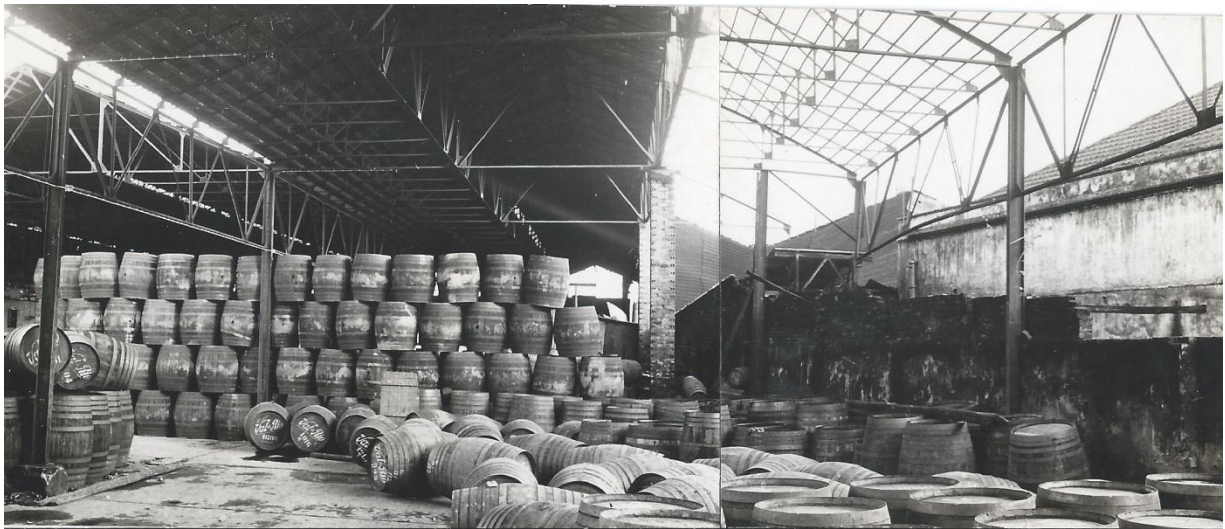


Fig. 90 – Armazenamento das pipas – Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, s/d.

Perante todo este clima de crescimento e expansão, em 1961 a “Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.”, empregava 1.200 funcionários e em 1974, vem a sofrer as ultimas alterações até aos dias de hoje, presentes a vermelho nos alçados representados nas figs. 91, 92 e 93. Neste ano Manuel Rodrigues dos Santos e Alcino Rodrigues Pinhão passaram também a ser os novos proprietários, no entanto é com a entrada destes novos sócios que a firma sofre então um processo de decadência descendo em 1982 para a segunda maior empresa de comercialização de vinhos em Portugal, até que em 1993 cessou as suas actividades, cedendo o espaço dos armazéns em 1998 à Câmara Municipal de Lisboa, para actividades culturais e turísticas em articulação com a EXPO 98 e a AMBELIS - música ao vivo, arte pública, exposições, passagem de modelos, divulgação gastronómica,

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho entre outros, integrados no âmbito do projecto "Caminho do Oriente", de Sarmento de Matos, como nos mostram as figs. 94 e 95. (Sipa, 2011)

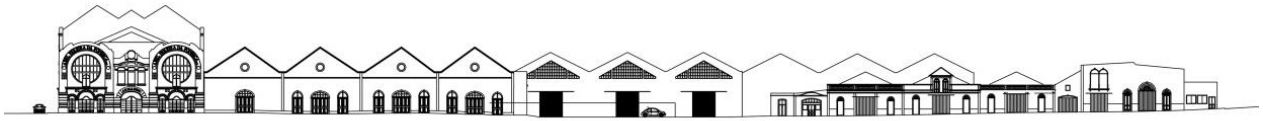


Fig. 91 – Alçado Oeste – Largo do Poço do Bispo, actualmente.

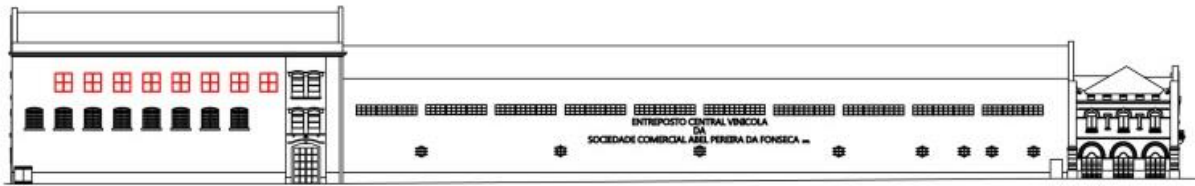


Fig. 92 – Alçado Norte – Rua Amorim, actualmente.



Fig. 93 – Alçado Este – Frente Rio, actualmente.



Figs. 94 e 95 – Edifício da antiga “Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.”, em 1998, integrado no plano de recuperação do “Caminho do Oriente”.

4.1. ESTABELECIMENTOS VAL DO RIO

Nos dias de hoje não é muito usual entrarmos num café e ver alguém ao final da tarde beber um copo de vinho, no entanto na época de Abel Pereira da Fonseca, apelidado na altura de “rei das tabernas” dado o seu enorme sucesso, era uma situação plenamente normal. Na altura, o consumo de vinho estava bastante presente no dia-a-dia da população, o que tornava estas tabernas locais de convívio, sem que as pessoas que as frequentassem ficassem com o “rótulo” de pessoa indesejada pelo consumo desta bebida com tanta tradição nas culturas europeias e ocidentais. (Barbosa, 2011, p. 29)

Estas casas inicialmente designadas por tabernas eram estabelecimentos que vendiam vinhos e carvão, que segundo Carlos Pereira da Fonseca se destacavam como locais pouco aconselhados para senhoras, não apenas por questões sociais e de aparência, mas sim pela falta de condições de higiene. Eram então espaços comerciais, que acabavam por afastar as donas de casa, uma vez que os seus pavimentos eram em terra batida cobertos de fuligem - pó negro proveniente do carvão. (Barbosa, 2011, pp. 29 - 30)

É então perante este clima de descontentamento, que Abel Pereira da Fonseca resolveu inovar com o objectivo de captar a atenção por parte do público-alvo feminino e cria então famosos Estabelecimentos Val do Rio – maior rede de estabelecimentos de venda ao público do país. (Barbosa, 2011, pp. 32 - 34) Assim mandou colocar pavimentos em pedra, balcões de mármore e prateleiras fixas nas paredes, onde dispunham as garrafas dos vários vinhos, azeites e vinagres. Afastou também a venda do carvão destas lojas e em pouco tempo estes estabelecimentos, como podemos ver nas figs. 96 e 97, representavam uma versão modernas das antigas tabernas, ganharam fama e sucesso e tornaram espaços mais limpos e higiénicos, onde para além da venda do vinho ao balcão se passaram a vender outros produtos da sua produção. (Pereira, 2011)



Fig. 96 – Estabelecimento Val do Rio, no Poço do Bispo – 1928.



Fig. 97 – Estabelecimento Val do Rio em Lisboa.

Como descrito anteriormente, os estabelecimentos Val do Rio foram também uma das grandes inovações de Abel Pereira da Fonseca. Estes tendo sido associados á firma “Abel Pereira da Fonseca & Companhia”, por volta de 1910, desempenhavam um papel intenso no abastecimento da cidade desde o início do século XX, na medida em que funcionavam como pequenos estabelecimentos armazenistas, reguladores e estabilizadores de preços, onde chegavam os diversos artigos directamente dos produtores, possibilitando a garantia da qualidade, da sanidade, como os melhores preços, conquistando assim o seu público-alvo. (Pereira, 2011)

Como já tivemos oportunidade de ver, Abel Pereira da Fonseca no início do século XX era um grande empresário com um espírito inovador, que procurava ir ao encontro da satisfação do cliente, para que assim o pudesse conquistar. (Pereira, 2011) Para além dos melhoramentos das instalações Abel Pereira da Fonseca, apostava também no marketing das suas casas, através de panfletos publicitários, como podemos ver nas figs. 98 e 99, ou através dos jornais publicitários, publicados pela primeira vez em Julho de 1948, como se pode ver nos “anexos 1.1. publicidade”. Estes eram enviados por correio para casa dos clientes, com o objectivo de divulgar os produtos, os preços e onde vinha também sempre também uma pequena curiosidade ou até mesmo uma receita, quase a semelhança do que acontece nos dias de hoje com o jornal “Dica da Semana”. (Leite, Sociedade Comercial Abel Pereira d Fonseca, 2011)



Fig. 98 – Cartaz publicitário das lojas Val do Rio, em 1911.



Fig. 99 – Cartaz publicitário da Soc. C. Abel Pereira da Fonseca e dos Estabelecimentos Val do Rio, em 1949.

Nesta época, nem mesmo Fernando Pessoa (1888 - 1935), poeta, filósofo e escritor português ficava indiferente a estas casas e como tal, era na Rua dos Sapateiros, quase a chegar ao Rossio, que “Era comum Fernando Pessoa, enquanto se encontrava a trabalhar, levantar-se, pegar no chapéu, ajeitar os óculos e ir até ao “Abel”. Esta simples acção de Pessoa, que se tornou um hábito, intrigou um colega de trabalho do poeta, Luiz Pedro Moitinho de Almeida (segundo Fernando Pessoa - Empregado de Escritório, do João Rui de Sousa). Esse mesmo colega apercebeu-se, algum tempo depois, que as idas ao “Abel” eram, nada mais, nada menos, que uma ida ao depósito mais próximo da casa Abel Pereira da Fonseca para tomar um copo de vinho”, como nos mostra a fig. 100. (Sanguinhal, s/d)



Fig. 100 – Fernando Pessoa, numa das suas habituais idas ao “Abel”.

Com o natural crescimento destas casas, associado ao espírito empreendedor de Abel Pereira da Fonseca em 1928 havia cerca de 50 casas abertas, aumentando em 1937 para cerca de 100 estabelecimentos, que numerados internamente se espalhavam por todo o conselho de Lisboa. Ao longo dos anos algumas destas lojas foram fechando, vindo assim a dar lugar a novas, que assumiam o número das antigas, mas agora numa outra localização da cidade, conforme se pode ver a partir da Tabela 1 e 2, segundo dados fornecidos pelo senhor Mira, trabalhador nesta firma desde 1965, pela Dona Ana Bela, trabalhadora nesta firma deste 1979 e segundo anexo III – Documentos Relevantes (factura da época). Neste ano A.P.F., fundador deste império vinícola abandonou também este negócio e a sociedade para se dedicar apenas á produção de vinho no Bombarral. Estes estabelecimentos continuaram então por muitos anos a servir como minimercados de bairro, onde se vendia um pouco de tudo, até que na década de oitenta, em conjunto com a “Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L.”, se dá o fecho por completo desta firma. (Barbosa, 2011, p. 37)

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Sucursal	Rua	Freguesia	Sucursal Substituída
Loja 1		Pontinha	
Loja 2	Rua do Crucifixo, nº 108 - 110	São Nicolau	
Loja 3	Rua da Esperança	Estrela	Sim
Loja 4	Rua S. Domingos de Benfica, nº 2-B	São Domingos de Benfica	
Loja 5	Rua de S. Bento	Campo de Ourique	Sim
Loja 6	Rua de S. Bento	Campo de Ourique	Sim
Loja 7	Rua Silva Carvalho	Campo de Ourique	Sim
Loja 8	Rua General Taborga	Campolide	Sim
Loja 9	Rua de Santa Marta, nº 17 – B e C	Coração de Jesus	
Loja 10	Rua Presidente Arriaga	Estrela	Sim
Loja 11	Rua Primeiro de Maio	Alcântara	
Loja 12	Calçada da Ajuda	Ajuda	
Loja 13	Rua de Belém	Santa Maria de Belém	
Loja 14	Calçada do Garcia, nº 44 - 46	Santa Justa	
Loja 15	Rua da Beneficência	Avenidas Novas	
Loja 16	Largo do Mindelo	Mindelo	
Loja 17	Rua Augusto Gil, nº 22 - A	Areeiro	
Loja 18	Rua da Alegria, nº 14 e 14 – A	Santo António	
Loja 19	Rua Barão Saborosa	Areeiro	
Loja 20	Rua Município, lote 4	Brandoa	
Loja 21	Rua da Graça, nº 69 e 69 – A	São Vicente	
Loja 22	Rua António Pedro	São Jorge de Arroios	
Loja 23	Rua Ferreira Borges, nº 42	Campo de Ourique	
Loja 24	Rua Andrade, nº 67 a nº 71	Anjos	
Loja 25			
Loja 26	Rua de S. Nicolau, nº 4 a nº 10	São Nicolau	
Loja 27	Alameda do Beato	Beato	
Loja 28	Rua Buenos Aires	Lapa	
Loja 29	Rua da Escola Politécnica	São Mamede	Sim
Loja 30	Praça Duque de Saldanha, nº 16	São Jorge de Arroios	
Loja 31			
Loja 32	Estrada de Benfica, nº 624	São Domingos de Benfica	
Loja 33	Calçada da Estrela	Estrela	
Loja 34	Praça da Figueira	Santa Justa	
Loja 35	Rua de S. José, nº 82	São José	
Loja 36	Praça David Leandro da Silva, nº 1 a 7	Marvila	
Loja 37	Largo de Santos o Velho	Santos-o-Velho	
Loja 38	Avenida dos Combatentes da Grande Guerra	Algés	
Loja 39	Rua Vieira Lusitano, nº 8 - A	Damaia	
Loja 40	Rua Manuel Múrias, nº 2 Charquinho	Benfica	
Loja 41	Rua dos Sapateiros	São Nicolau	
Loja 42	Rua Cruz St ^a Apolónia, nº 124	Santa Cruz	
Loja 43	Rua D. João	Príncipe Real	
Loja 44	Rua Poço dos Negros, nº 173	Santa Catarina	
Loja 45	Rua Barão de Saborosa, nº 1	Areeiro	
Loja 46	Rua Morais Soares, nº 82 – F	São João	
Loja 47	Rua dos Sapateiros	São Nicolau	
Loja 48	Largo 25 de Abril, nº 9 - 11	Algés	
Loja 49	Rua Conde Valbom	Nossa Senhora de Fátima	
Loja 50	Largo do Campo Pequeno	Campo Pequeno	

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Loja 51	Calçada de Santo André, nº 94	São Vicente	
Loja 52	Rua do Lumiar, nº 79 – A e 79 - B	Lumiar	
Loja 53	Largo Dinis Alexandre, nº 28	Carreço	
Loja 54	Rua Vieira da Silva	Picoas	
Loja 55	Av. Santos Matos, nº 9	Amadora	
Loja 56	Rua do Campo Grande	Campo Grande	
Loja 57	Rua Açores, 26 - B	Olival Basto	
Loja 58			
Loja 59	Largo Marquês do Alegreto	São Cristóvão	
Loja 60	Rua dos Remédios, nº 11	Alfama	
Loja 61	Rua de S. Tomé	Santiago	
Loja 62	Rua da Madalena, nº 95	Santa Maria Maior	
Loja 63	Av. Almirante Reis	Areeiro	
Loja 64	Largo Dona Estefânia, nº 6 – A, 6 - C	Arroios	
Loja 65	Rua S. Marçal	Mercês	
Loja 66	Rua dos Anjos, nº 2 - C	Anjos	
Loja 67	Rua da Bela Vista, nº 12 a 16	Lapa	
Loja 68	Calçada do Combro	Santa Catarina	
Loja 69	Rua Diário de Notícias, nº 55	Encarnação	
Loja 70	Rua de S. Paulo, nº 67	São Paulo	
Loja 71	Largo do Rato, nº 3 - A	Campo de Ourique	
Loja 72			
Loja 73			
Loja 74	Rua Prior do Crato, nº 122 – 124	Prazeres	
Loja 75	Rua do Faial	Arco Cego	
Loja 76	Rua Braamcamp Campo	Santo António	
Loja 77	Rua do Arco Cego	Arco Cego	
Loja 78	Rua da Esperança	Santos-o-Velho	
Loja 79			
Loja 80	Rua Cesário Verde	Penha de França	
Loja 81	Rua Luciano Cordeira	Coração de Jesus	
Loja 82	Rua Rebelo da Silva, nº 23 – 25	São Jorge de Arroios	
Loja 83			
Loja 84			
Loja 85	Rua António Augusto Aguiar	Avenidas Novas	
Loja 86			
Loja 87	Rua do Faial	Arco Cego	
Loja 88			
Loja 89			
Loja 90	Rua do Arsenal	São Nicolau	
Loja 91	Rua Luís de Camões	Algés	
Loja 92	Rua do Arsenal	São Nicolau	
Loja 93	Av. 5 de Outubro	São Sebastião da Pedreira	
Loja 94			
Loja 95	Rua Almeida e Sousa, nº 34 – A	Santo Condestável	
Loja 96	Rua Forno do Tijolo, nº 28	Anjos	
Loja 97			
Loja 98	Av. de Roma	Alvalade	
Loja 99	Rua Luís Augusto Palmeirim, nº 6 - C	São João de Brito	
Loja 100	Av. João XXI	Areeiro	

Tabela 1 – Sucursais – Lojas Val do Rio em 1965.

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Sucursal	Rua da nova sucursal	Freguesia da nova sucursal
Loja 3	Rua Irene Lisboa, lote 308	Brandoa
Loja 5	Praça David Leandro da Silva, nº 4	Marvila
Loja 6	Rua Actriz Palmira Bastos, lote 41, r/c	Chelas
Loja 7	Rua Casa do Povo, nº 84 - B	Corroios
Loja 8	Av. Padre Himalaia, nº 12	Damaia
Loja 10	Rua Cidade Coimbra, nº 2 - A	Corroios
Loja 29	Rua do Sol á Graça, nº 67	Graça

Tabela 2 – Sucursais – Lojas Val do Rio, que vieram a ocupar a numeração interna após 1965.

5. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO / ANÁLISE DAS PATOLOGIAS EXISTENTES

O reconhecimento e a contemplação da totalidade dos armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca, não é possível num primeiro contacto directo com o local. Sendo que estes ocupam parte de um quarteirão, dos vários pontos de visualização do construído, o observador tem apenas a percepção de partes do edificado destes armazéns, pelo que a sua totalidade apenas se torna possível compreender após uma análise mais detalhada do local.

Posto o descrito anteriormente, tem-se como objectivo o recolher de informação, para um melhor entendimento das principais características de construção do espaço habitado, do seu estado físico e da sua relação directa com a identidade do lugar. Pretende-se assim clarificar aspectos não perceptíveis num primeiro contacto, tanto a nível do exterior dos armazéns, como do seu interior, sendo que para isso foi feito um levantamento fotográfico, tendo por base a fig. 101, onde debatido com uma breve análise da sua composição, das patologias e das possíveis soluções se pretende esclarecer o caminho correcto a tomar.

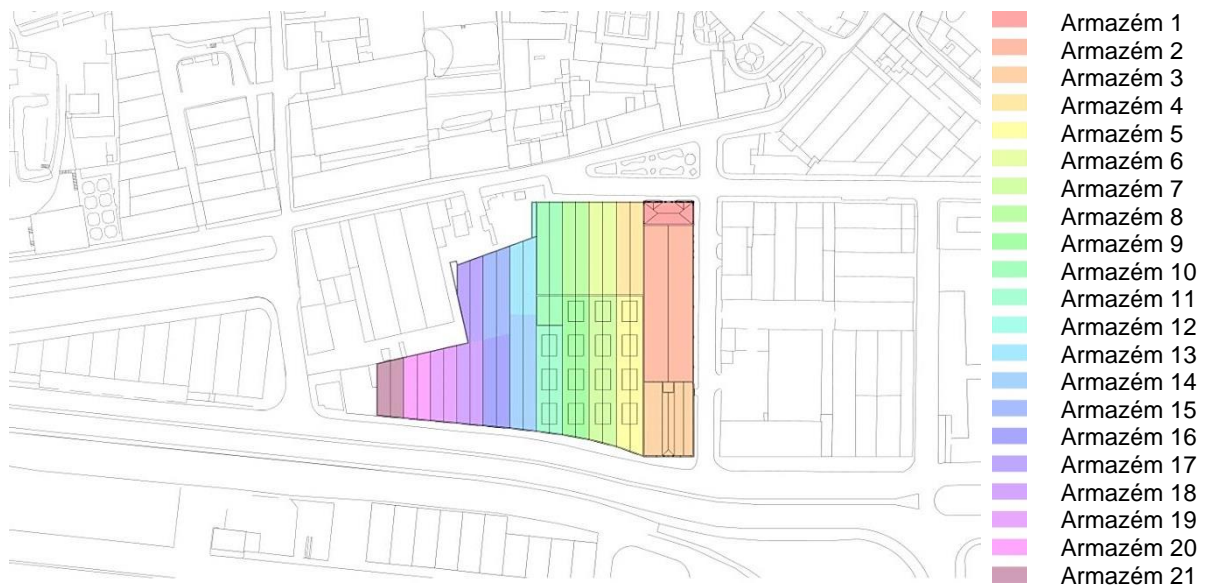


Fig. 101 – Levantamento esquemático do existente.

5.1. INTERIOR

Para o desenvolvimento do projecto de reabilitação, a metodologia de análise in situ, iniciou-se pelo reconhecimento dos armazéns de vinho A.P.F., no seu estado actual. Como tal e como se pode ver em baixo, foi organizado em forma de uma tabela sistemática, todos os elementos recolhidos, que se demonstraram como relevantes para a desenvolvimento do presente trabalho.

No interior, como é possível ver a partir do levantamento fotográfico que se segue, foram várias as modificações arquitectónicas feitas nestes armazéns de vinho, que acabaram por deixar marcas perceptíveis na configuração espacial actual, remetendo-nos para a contextualização do que ali existia. A demolição de parte das estruturas interiores e o desaparecimento da quase totalidade da maquinaria existente outrora neste conjunto, deu também lugar a uma alteração de escala e a uma imagem vazia enquanto memória da história industrial, conduzindo a espaços interiores fora de escala, repletos de marcas que nos remetem para um sentimento de memória do que ali outrora existiu.

Desta análise surge assim um conjunto de informações que permitem confrontar as futuras intervenções a serem analisadas na fase de projecto, que tendo por base a fig. 101, resulta de uma caracterização global dos armazéns, onde debatida com um levantamento fotográfico e após a consulta de informações recolhidas, em instâncias de arquivos municipais, em bibliografia consultada e em testemunhos orais é possível perceber as suas características formais e espaciais, a sua estrutura e materiais de construção, tornando assim possível a classificação interior, das paredes, tectos, e pavimentos, ao nível da sua estrutura/ materiais, causas e patologias e de possíveis propostas de reabilitação / produtos indicados.

Áreas	Estrutura / Materiais	Causas / Patologias	Proposta de Reabilitação / Produtos Indicados.
Paredes	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura em betão, rebocado e pintado nos armazéns 1. - Alvenaria de pedra nos restantes armazéns, sendo que os mais antigos, com frente para o largo do Poço do Bispo, apresentam restos de paredes em tijolo burro. 	<p>Causas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Humidade / infiltrações de água. <p>Efeitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deterioração das argamassas de revestimento; - Empolamento e detioração da pintura; - Insalubridade em algumas divisórias, principalmente no armazém 3; - Perda de resistência nas pinturas, destacando-se da parede; - Formação de bolor e mofo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reparação e aplicação de novo reboco nas zonas degradadas; - Aplicação de impermeabilizantes: <ul style="list-style-type: none"> • Internos - Argamassas impermeáveis.
Tectos	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura em betão, rebocado e pintado. - Em algumas divisórias do armazém 3 tectos em barotes de madeira e tabique. 	<p>Causas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Humidade / infiltrações de água. <p>Efeitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deterioração de acabamentos como tectos falsos presentes no armazém 3; - Empolamento e detioração da pintura; - Insalubridade em algumas divisórias, principalmente no armazém 3, dado o elevado nível de degradação; - Formação de bolor e mofo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reparação e aplicação de novo reboco nas zonas degradadas; - Remoção dos tectos falsos, uma vez que onde existem encontram-se em mau estado e aplicação de novos.
Pavimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura em betão, revestido a betonilha, normalmente empregue em indústrias de baixa e média qualidade, como forma de revestimento final. - Em algumas divisórias do armazém 3, nomeadamente no 2 piso, existem pavimentos forrados a alcatifa, como revestimento final. 	<p>Causas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Humidade / infiltrações de água; - Desgaste superficial. <p>Efeitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deterioração de acabamentos como alcatifas e pisos; - Destacamento de pisos de alta resistência; - Insalubridade em algumas divisórias, principalmente no armazém 3, dado o elevado nível de degradação dos pavimentos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Remoção da camada superficial para que possa ser acrescentada uma nova camada regularizadora de forma a nivelar o pavimento e a reparar as zonas em mau estado; - Aplicação de um revestimento final.

Tabela 3 – Levantamento da estrutura/ estado, patologias e soluções - interior.

Piso 0

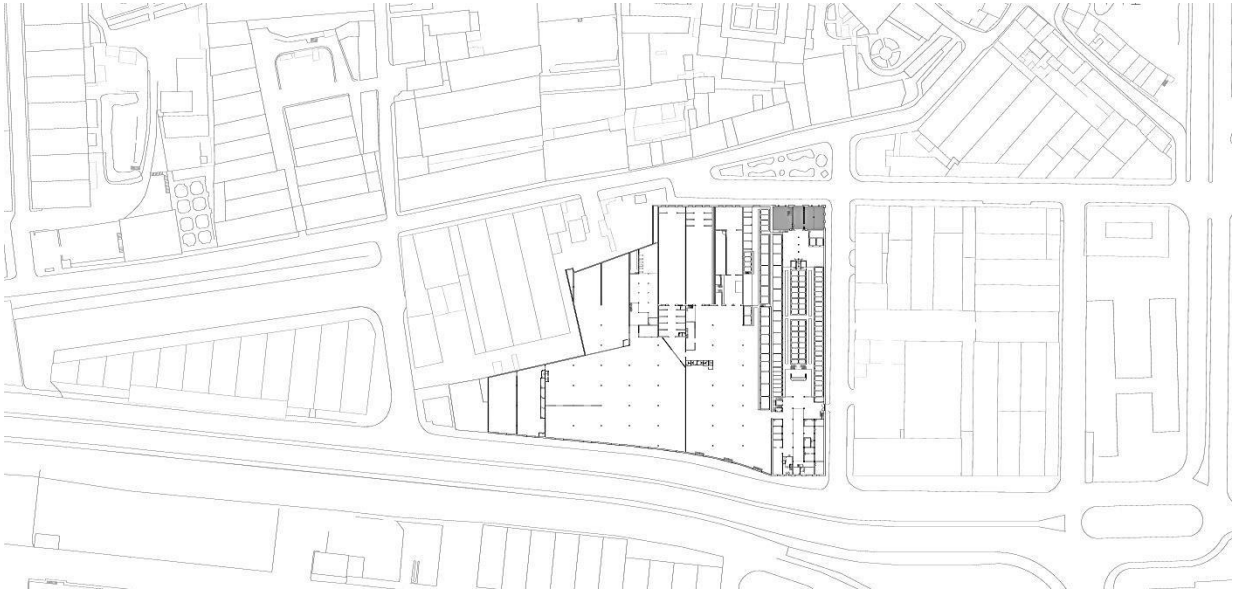


Fig. 102 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 1.



Localização	Armazém 1
Número de pisos	2
Piso	Piso 0
Uso	Taberna/Lojas
Uso actual	Taberna
Estado de conservação	Razoável
Área	60m ²

Fig. 103 – Taberna.



Fig. 104 – Entrada taberna.

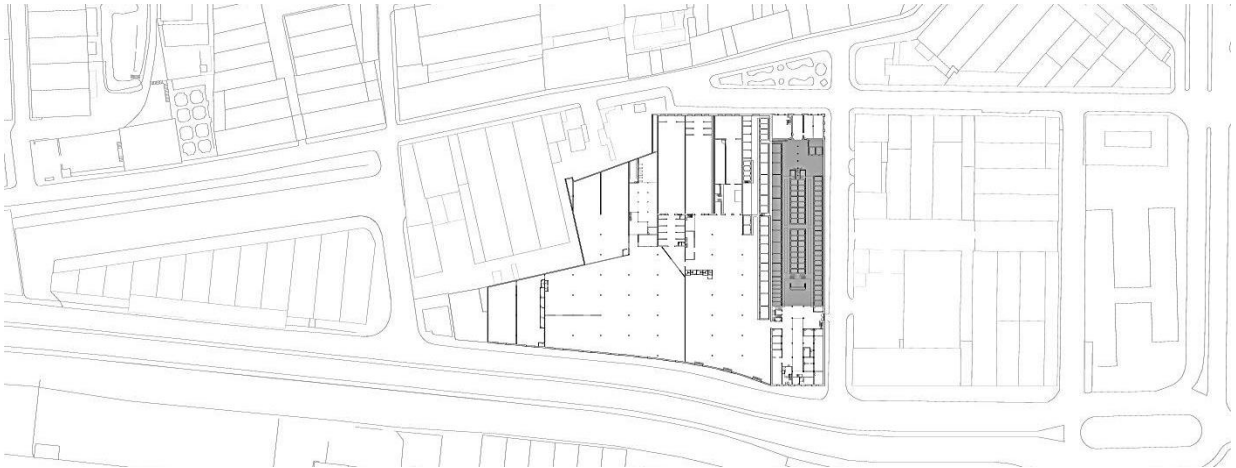


Fig. 105 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 2.



Fig. 106 – Entrada Oeste.

Localização	Armazém 2
Número de pisos	2
Piso	Piso 0
Uso	Armazém de vinho
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	2125m ²



Fig. 107 – Antiga ligação entre armazéns.



Fig. 108 – Galerias de cubas.



Fig. 109 – Galeria de cubas.



Fig. 110 – Entrada Norte.

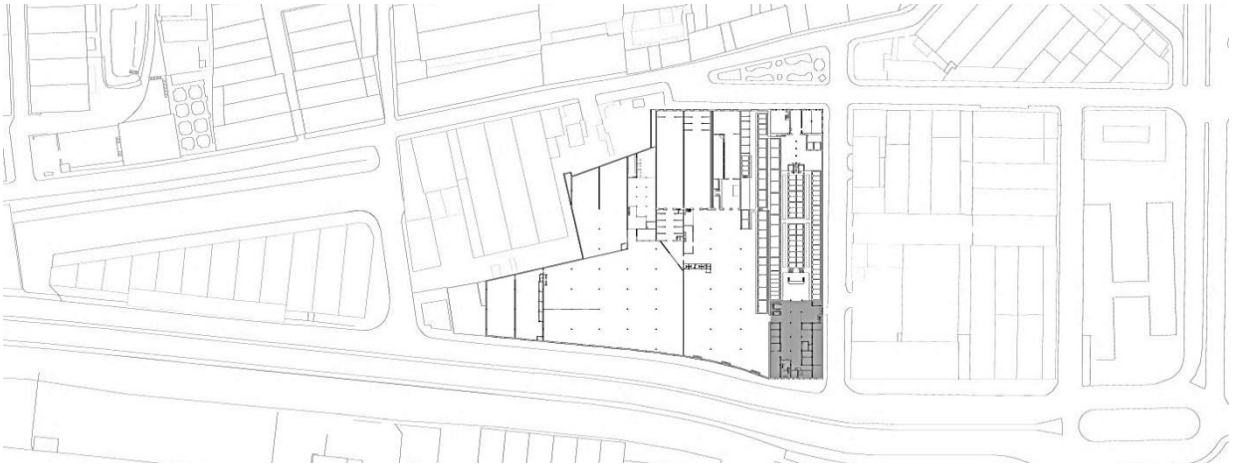


Fig. 111 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 3.



Fig. 112 – Entrada Norte.

Localização	Armazém 3
Número de pisos	3
Piso	Piso 0
Uso	Armazém / Instalações sanitárias / Posto médico / Secção do pessoal / Máquinas
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	982m ²



Fig. 113 – Galerias.



Fig. 114 – Átrio central.



Fig. 115 – Instalações sanitárias.



Fig. 116 – Entrada Este.

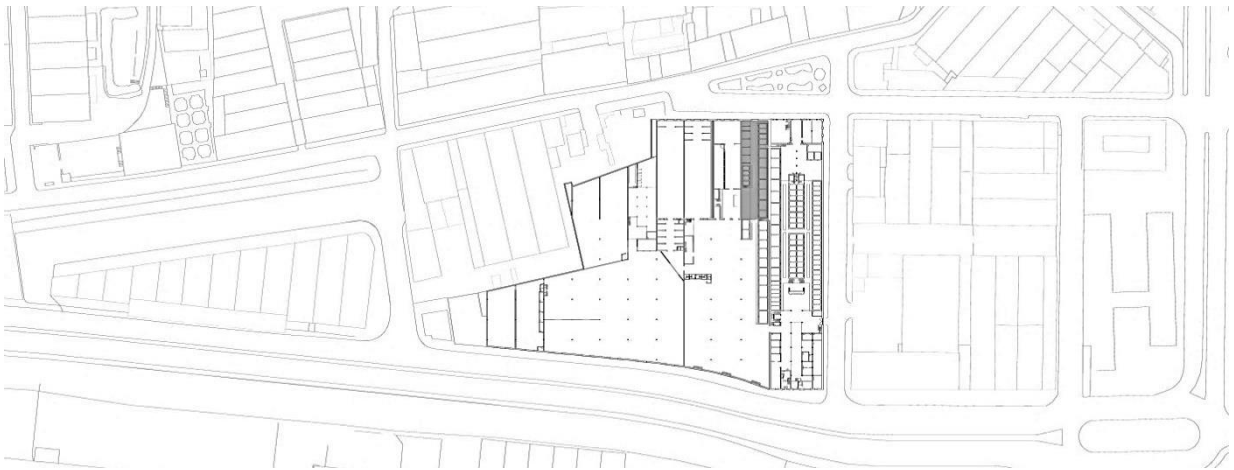


Fig. 117 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 4.



Localização	Armazém 4
Número de pisos	2
Piso	Piso 0
Uso	Armazém de vinho
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	650m ²

Fig. 118 – Galeria de Cubas.



Fig. 119 – Galeria de Cubas.



Fig. 120 – Galeria de Cubas.



Fig. 121 – Galeria de Cubas.

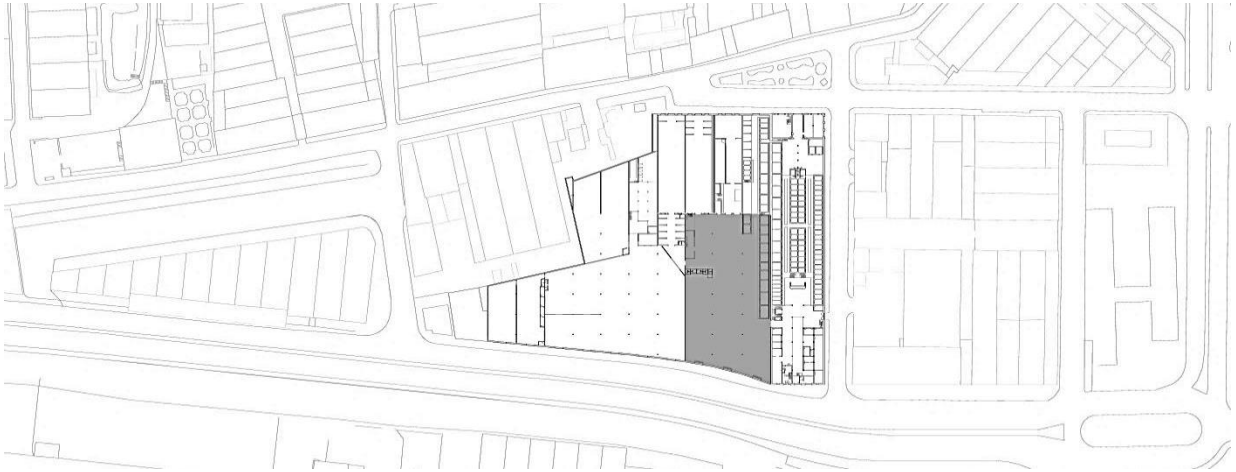


Fig. 122 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 5,7 e 9.



Fig. 123 – Armazém 5.

Localização	Armazéns 5/7/9
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazéns
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Mau
Área	3270m ²



Fig. 124 – Armazém 7.



Fig. 125 – Armazém 7.



Fig. 126 – Armazém 7 e 9.



Fig. 127 – Instalações sanitárias Armazém 9.

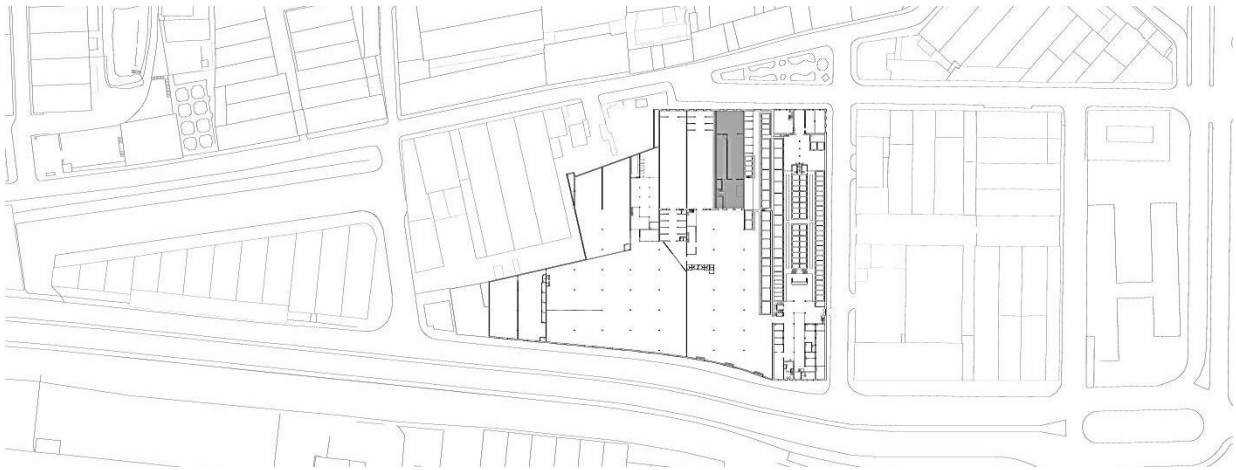


Fig. 128 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 6.



Fig. 129 – Entrada armazém 6.

Localização	Armazéns 6
Número de pisos	2
Piso	Piso 0
Uso	Armazém
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	650m ²



Fig. 130 – Entrada Largo.



Fig. 131 – Armazém 6.



Fig. 132 – Armazém 6.

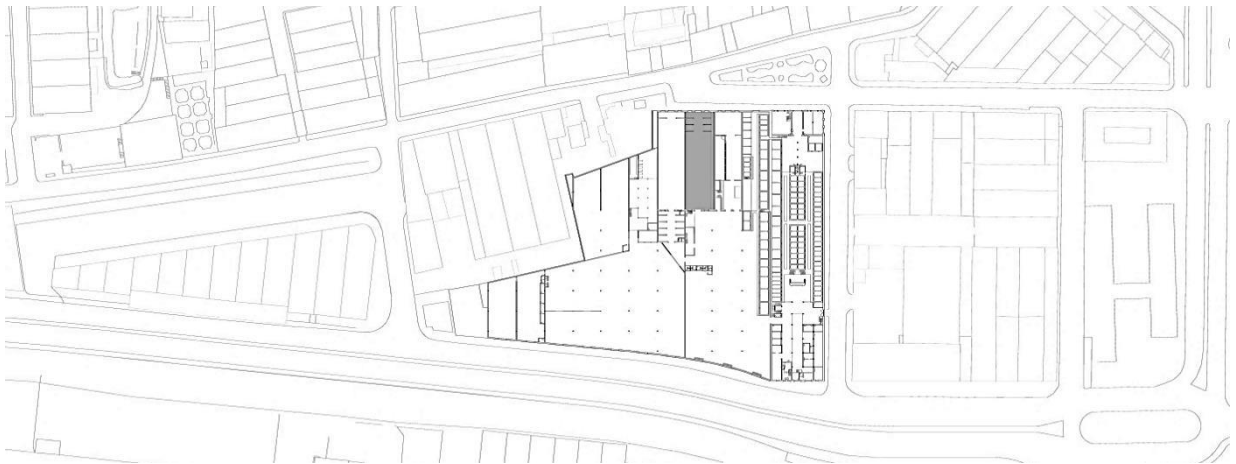


Fig. 133 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 8.



Fig. 134 – Entrada este, armazém 8.

Localização	Armazéns 8
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazém
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	635m ²



Fig. 135 – Entrada este, armazém 8.



Fig. 136 – Entrada oeste, armazém 8.



Fig. 137 – Entrada oeste, armazém 8.

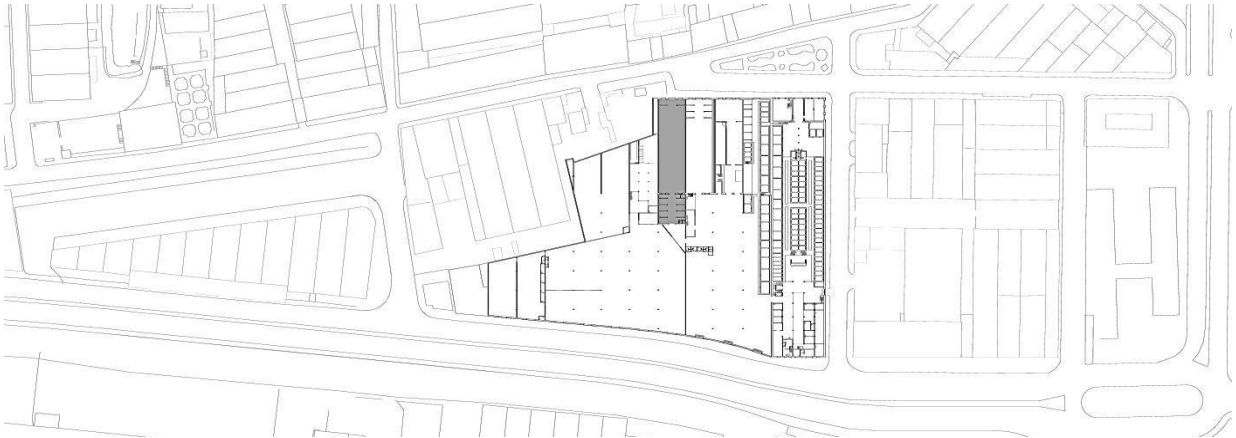


Fig. 138 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 10.



Fig. 139 – Entrada este, armazém 10.

Localização	Armazéns 10
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazém
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	856m ²



Fig. 140 – Entrada este, armazém 10.



Fig. 141 – Entrada Oeste, armazém 10.



Fig. 142 – Instalações sanitárias.

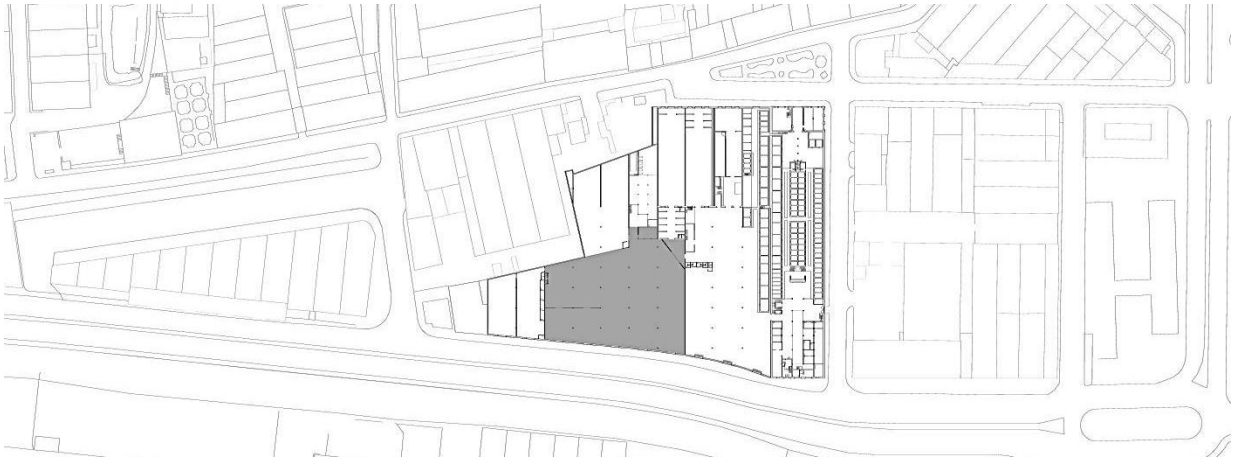


Fig. 143 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 11, 14, 16, 18 e 19.



Localização	Armazéns 11/14/16/18/19
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazéns
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Mau
Área	3400m ²

Fig. 144 – Armazéns 14, 16, 18 e 19.



Fig. 145 – Panorâmica dos armazéns 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 19.



Fig. 146 – Panorâmica dos armazéns 11, 14, 16, 18 e 19.

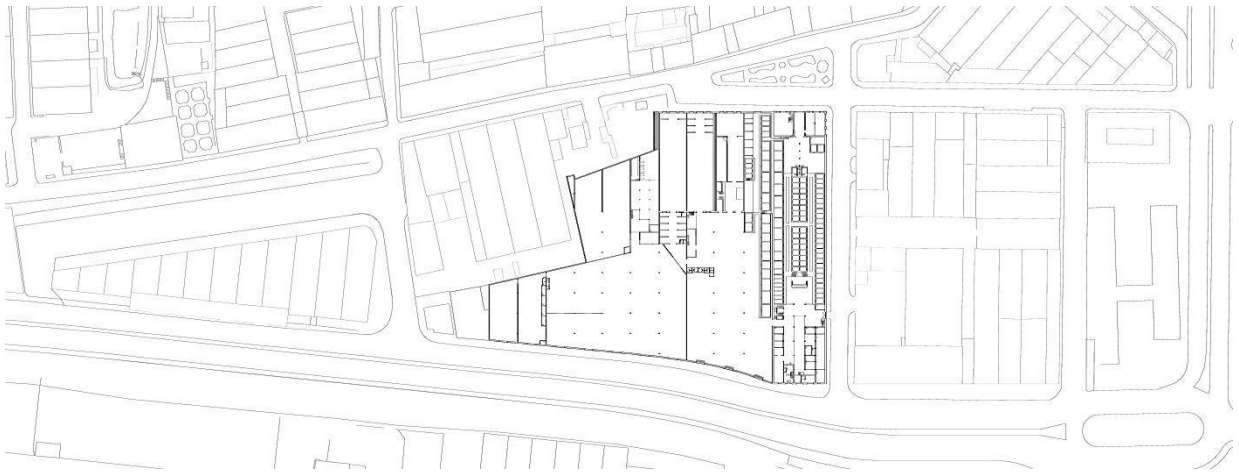


Fig. 147 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 12.

Localização	Armazéns 12
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazém
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Mau
Área	38,5m ²

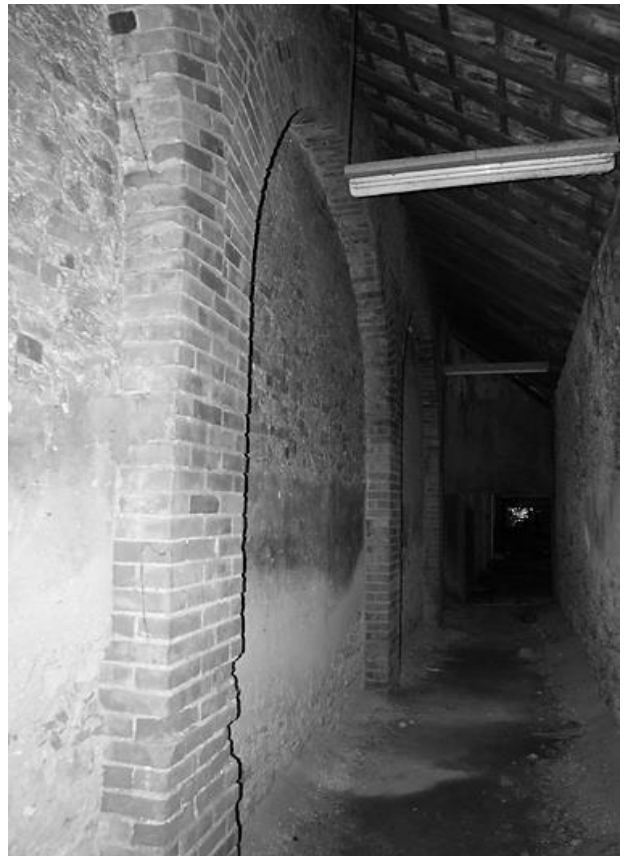


Fig. 148 – Armazém 12.

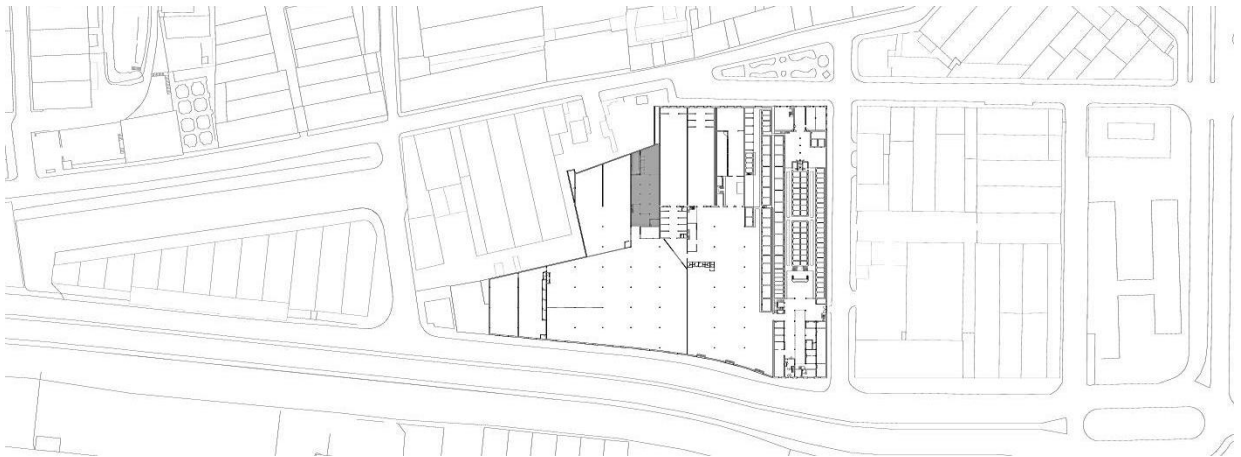


Fig. 149 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazém 13.



Localização	Armazéns 13
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazém
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Mau
Área	540m ²

Fig. 150 – Armazém 13.



Fig. 151 – Armazém 13.



Fig. 152 – Armazém 13.

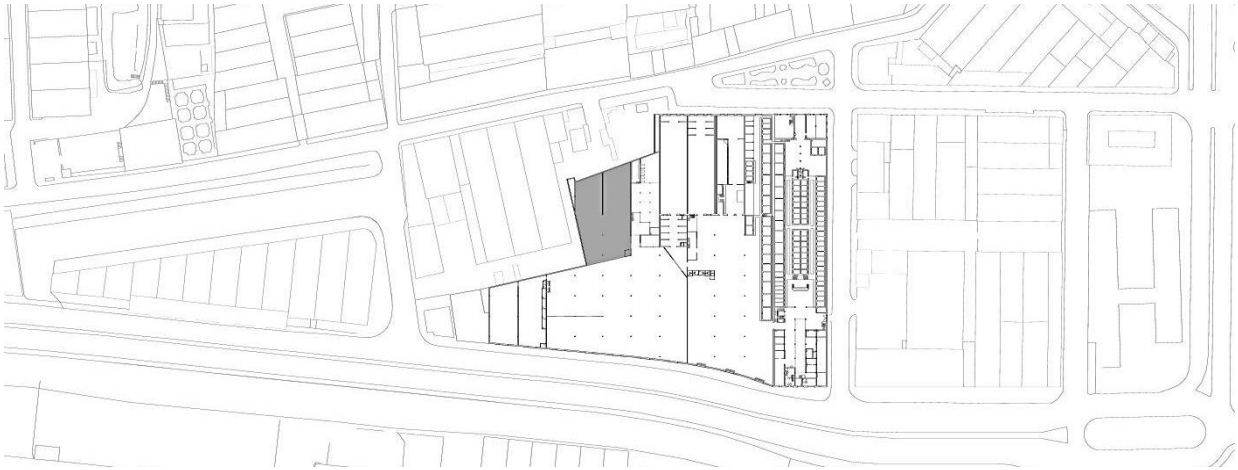


Fig. 153 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 15 e 17.



Fig. 154 – Armazém 15 e 17.

Localização	Armazéns 15/17
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazém
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Mau
Área	1130,5m ²



Fig. 155 – Armazém 15 e 17.



Fig. 156 – Armazém 15 e 17.

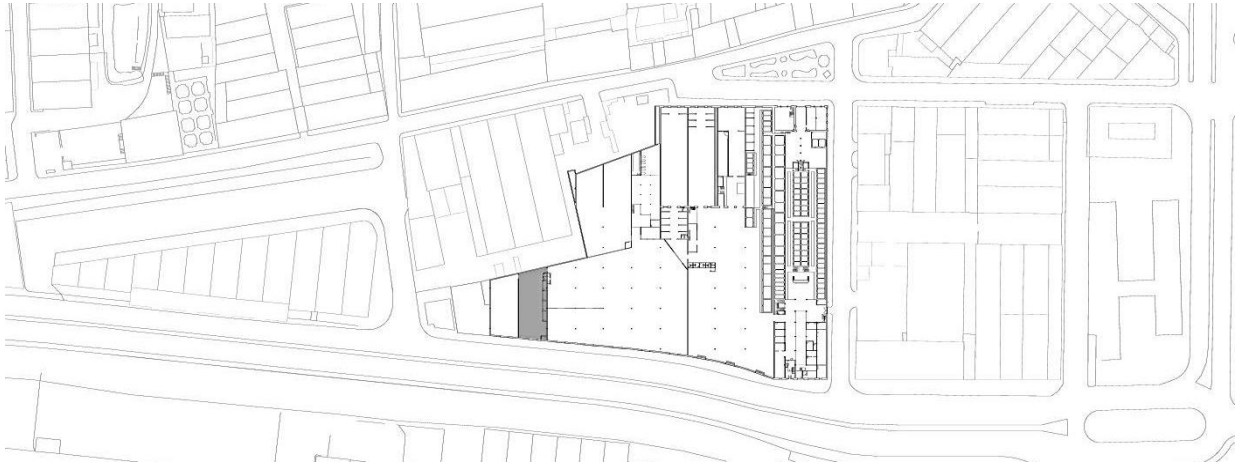


Fig. 157 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 20.



Fig. 158 – Armazém 20.

Localização	Armazéns 20
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazém
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Mau
Área	463m ²



Fig. 159 – Armazém 20.



Fig. 160 – Armazém 20.

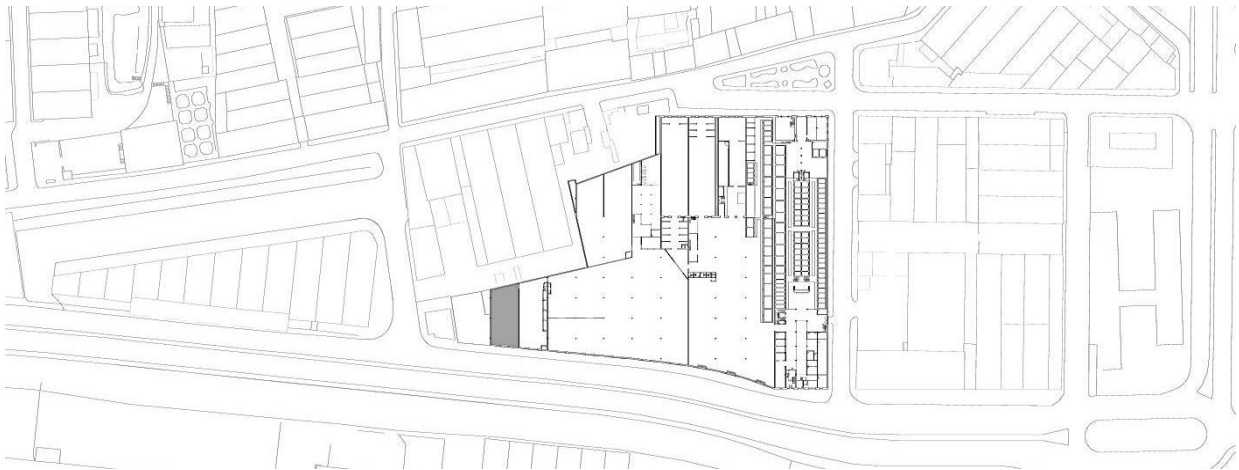


Fig. 161 – Planta de levantamento fotográfico piso térreo – Armazéns 20.

Localização	Armazéns 21
Número de pisos	1
Piso	Piso 0
Uso	Armazém
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Mau
Área	400m ²



Fig. 162 – Armazém 21.

Piso intermédio

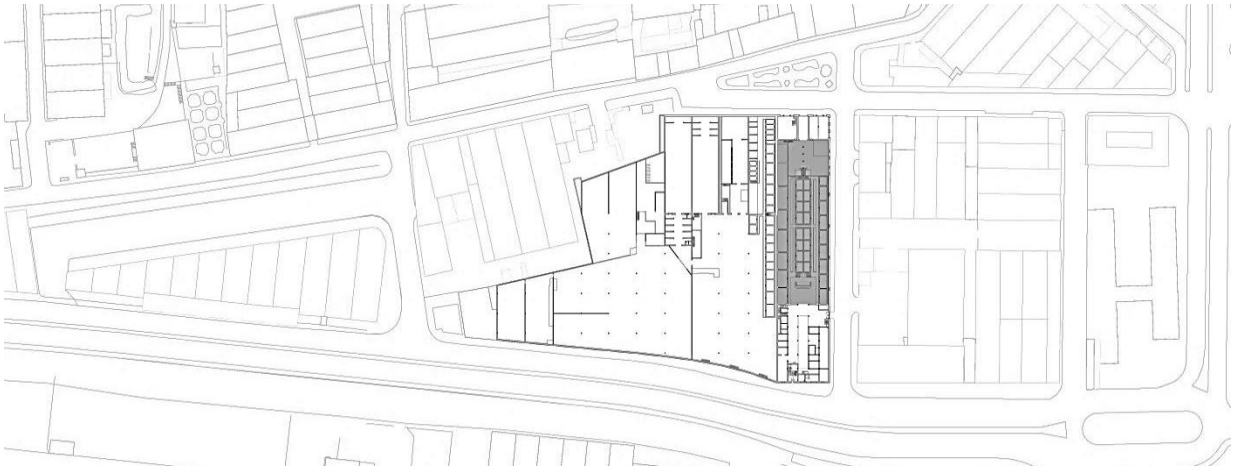


Fig. 163 – Planta de levantamento fotográfico piso intermédio – Armazém 2.



Fig. 164 – Vista para a entrada Norte.

Localização	Armazém 2
Número de pisos	2
Piso	Piso intermédio
Uso	Armazém de vinho
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	2125m ²



Fig. 165 – Cuba de vinho.



Fig. 166 – Corredores de armazenamento.



Fig. 167 – Patologia presente na laje.

Piso 1

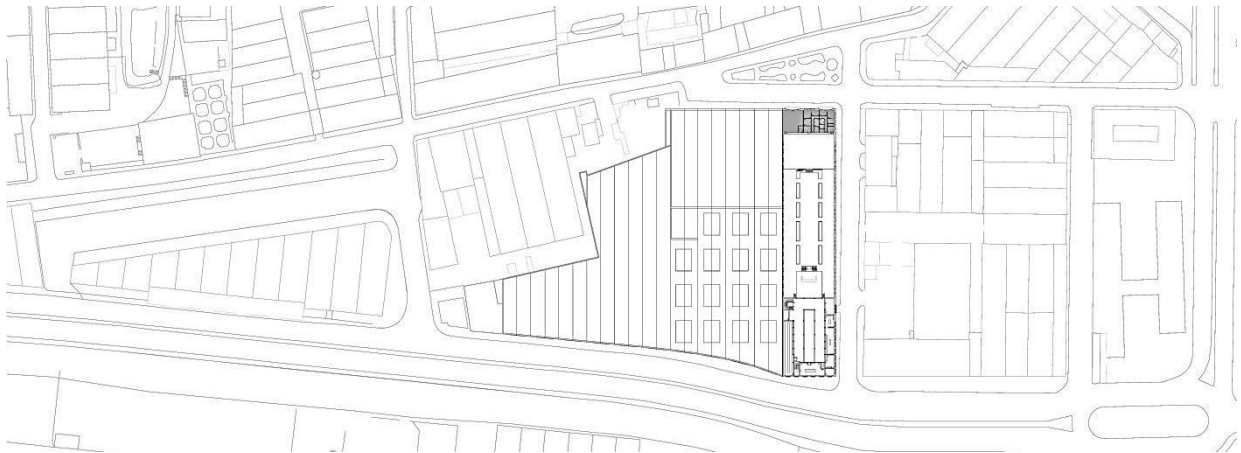


Fig. 168 – Planta de levantamento fotográfico piso 1 – Armazém 1.

Localização	Armazém 1
Número de pisos	2
Piso	Piso 1
Uso	Salas de refeições Bar Cozinhas
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	60 m ²

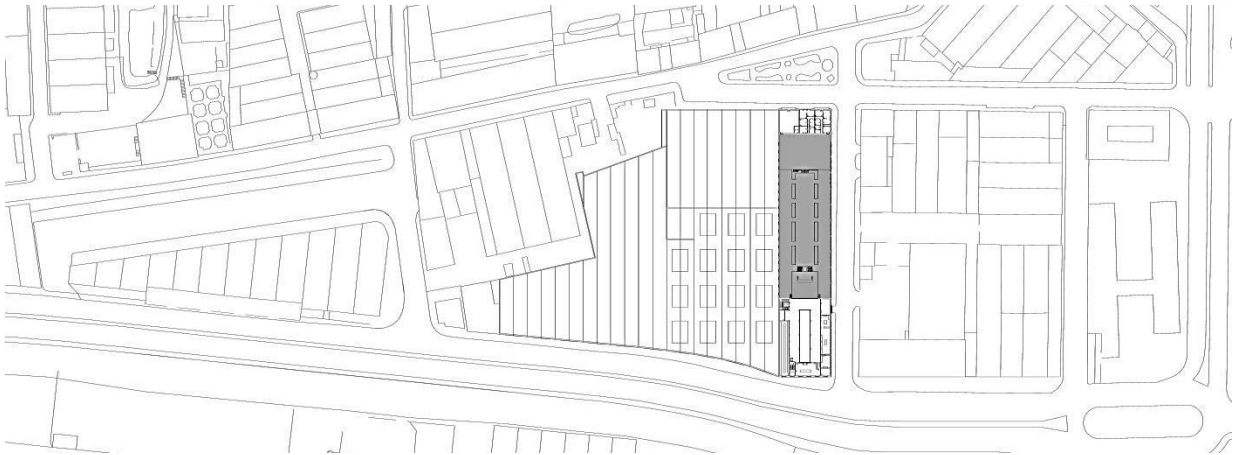


Fig. 169 – Planta de levantamento fotográfico piso 1 – Armazém 2.



Fig. 170 – Vista para o armazém 1.

Localização	Armazém 2
Número de pisos	2
Piso	Piso 1
Uso	Armazém de vinho
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	2125m ²



Fig. 171 – Vista para o armazém 1.



Fig. 172 – Desfasamento entre os pisos.



Fig. 173 – Vista para o armazém 3.



Fig. 174 – Entrada de ar das cubas.

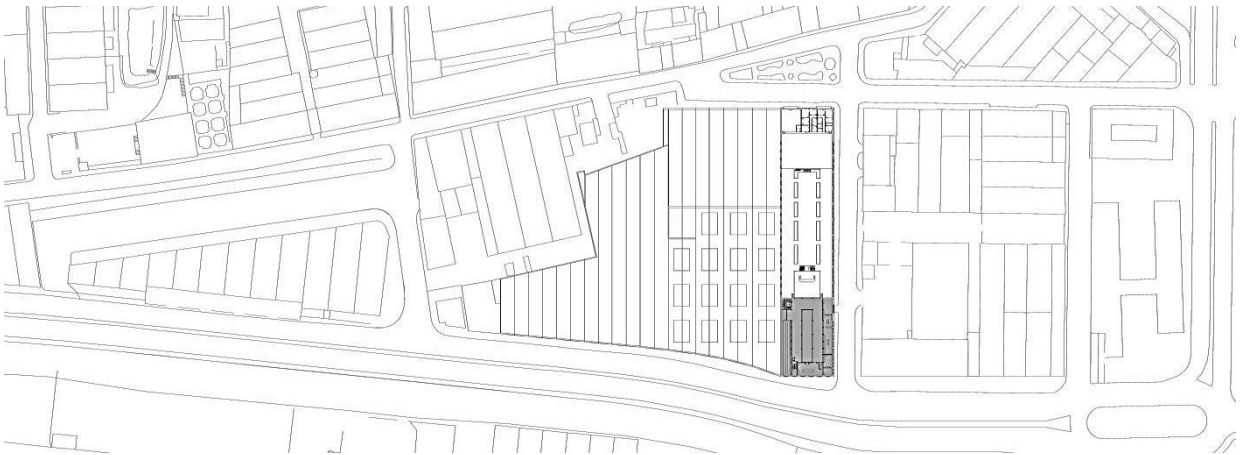


Fig. 175 – Planta de levantamento fotográfico piso 1 – Armazém 3.



Fig. 176 – Vista para o armazém 2.

Localização	Armazém 3
Número de pisos	2
Piso	Piso 1
Uso	Secção de rótulos / Laboratório / Sala de Reuniões / Arquivo.
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	982m ²



Fig. 177 – Ligação entre o armazém 3 e 2.



Fig. 178 – Galeria armazém 3.



Fig. 179 – Galeria armazém 3.



Fig. 180 – Galeria armazém 3.



Fig. 181 – Sala de Rótulos.



Fig. 182 – Laboratório.



Fig. 183 – Sala de Reuniões.



Fig. 184 – Sala de Reuniões.



Fig. 185 – Núcleo de escada entrada Este.



Fig. 186 – Arquivo.



Fig. 187 – Núcleo de escada/ antigo elevador.

Piso 2

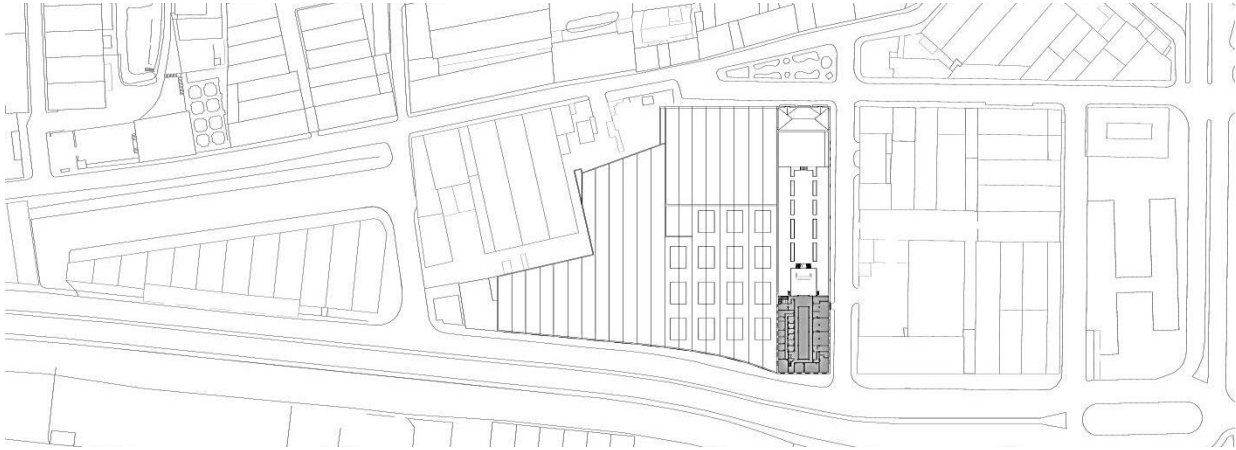


Fig. 188 – Planta de levantamento fotográfico piso 2 – Armazém 3.



Fig. 189 – Vista para o armazém 2.

Localização	Armazém 3
Número de pisos	2
Piso	Piso 2
Uso	Arquivo / contabilidade / Tesouraria / Secção de Exportação / Gabinetes / Gerência / Sala de Reuniões.
Uso actual	Abandono
Estado de conservação	Razoável
Área	982m ²



Fig. 190 – Vista para o armazém 2.



Fig. 191 – Galeria armazém 3.



Fig. 192 – Galeria armazém 3.



Figs. 193, 194, 195 e 196 – Corredores de circulação entre gabinetes.



Fig. 197 – Arquivo.



Fig. 198 – Secção de contabilidade.



Fig. 199 – Secção de facturação.



Fig. 200 – Tesouraria.



Fig. 201 – Secção de Exportação.



Fig. 202 – Secção de Vendas.



Fig. 203 – Núcleo de escadas / antigo elevador.



Fig. 204 – Entrada para os gabinetes.



Fig. 205 – Gabinete.

5.2. EXTERIOR

Os armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca, destacam-se pela sua própria identidade, uma vez que se assumem como um exemplo representativo da tipologia de edifício industrial do início do século XX, enquanto armazéns de vinhos, onde a forte componente ecléctica da arte nova se fez sentir. Representam assim um valor simbólico impar, pela sua expressividade e pelo seu carácter, que de uma forma subtil conduz a identificação rápida e eficaz na paisagem do meio urbano onde se insere e onde mantem ainda uma forte relação de proximidade com a população.

Apesar da sua variedade edificatória, de onde se depreende facilmente quatro tipos de linguagem arquitectónica, que por sua vez nos remetem para diferentes épocas de construção, devido às tecnologias e os sistemas construtivos empregues, o entendimento e a análise destes armazéns deve ser feito enquanto conjunto, para que assim se possa entender as várias actividades desenvolvidas por esta firma. Deste cruzar de várias épocas de construção, é possível também perceber a natural evolução dos sistemas construtivos e as novas preocupações com a ventilação pela cobertura em lanternim, o aproveitamento da iluminação zenital e as estruturas metálicas, que se destacam como elementos visíveis e marcantes na imagem destas adições, originando novos ritmos e módulos entre partes constituintes do todo, com semelhança na tipologia da repetição dos vãos e na acentuação da versatilidade.

Á semelhança do que foi feito numa primeira instância, aquando a análise dos espaços interiores dos armazéns de vinho Abel Pereira da Fonseca, optou-se também por um reconhecimento dos armazéns in situ, como forma de compreender o seu estado actual. Como tal e como se pode ver em baixo, foi organizado em forma de uma tabela sistemática, todos os elementos recolhidos, que se demonstraram como relevantes para a desenvolvimento do presente trabalho.

Esta análise, resulta portanto de uma caracterização global dos armazéns, onde debatida com um levantamento fotográfico por rua e após a consulta de informações recolhidas, em instâncias de arquivos municipais, em bibliografia consultada e em testemunhos orais é possível perceber as suas características formais, a sua estrutura e materiais de construção, tornando assim possível a classificação exterior, das fundações, paredes, vãos, cornijas, socos, cunhais e coberturas, ao nível da sua estrutura/ materiais, causas e patologias e de possíveis propostas de reabilitação / produtos indicados.

Áreas	Estrutura / Materiais	Patologias / Estado	Proposta de Reabilitação / Produtos Indicados.
Fundações	- Construção em betão e alvenaria.	Causas: - Humidade ascendente. Efeitos: - Deterioração das argamassas de revestimento das sapatas da parede; - Ataque às armaduras, com comportamento estrutural, podendo a longo prazo entrar em estado de ruína.	- Impermeabilizações flexíveis, utilizando membranas ou mantas impermeáveis.
Paredes	- Construção em betão, com uma especial ornamentação no que toca aos armazéns 1 e 3, em que são utilizados motivos alusivos ao labor da firma, (cachos de uvas, folhas de parra, fragatas e o rio). Reboco: - Argamassa de cimento; Pintura: - Tinta plástica de cor branca, cinzenta e azul.	Causas: - Humidade / infiltrações de água. Efeitos: - Apresentação de destacamentos, empolamentos e manchas; - Deterioração das argamassas de revestimento; - Empolamento e deterioração da pintura; - Perda de resistência nas pinturas, destacando-se da parede;	- Picar e refazer com argamassa semelhante à original, à base de cal hidráulica natural, para que não se corra o risco de incompatibilidades. - Aplicação de nova pintura com uma tinta à base de silicatos.
Vãos	Cantarias: - Em pedra. Caixilharia: - Em madeira pintada. Bandeiras: - Em madeira e vidro. Varandas: - Em pedra. Gradeamento das varandas: - Em ferro pintado a vermelho. Portas: - De vidro com armação em ferro pintado de vermelho. - Em madeira	Causas: - Humidade / acção do tempo. Efeitos: - Sujidade nas cantarias e apresentação de algumas fissuras; - Madeira apodrecida e com tinta destacada; - Madeira com tinta destacada; - Sujidade nas pedras das varandas com indícios de fissuração; - Oxidação / ferrugem nos gradeamentos; - Oxidação / ferrugem nas armações das portas; - Madeira apodrecida e com tinta destacada nas portas.	- Limpeza geral e protecção da pedra com preenchimento das fendas e fissuras; - Substituição da caixilharia, quando não seja possível o seu aproveitamento, por nova, também em madeira, com desenho igual às existentes. - Recuperação das bandeiras existentes; - Limpeza geral das varandas e protecção da pedra com preenchimento das fendas; - Lixar e aplicar nova tinta anti – oxidante nos gradeamentos; - Lixar e aplicar nova tinta anti – oxidante nas armações das portas; - Lixar e aplicar nova tinta nas portas de madeira;
Cornijas	- Em pedra	- Apresentação de sujidade com indícios de fungos e com algumas falhas.	- Completar as falhas detectadas.

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

Soco	- Em pedra aparelhada.	- Muito adulterado (na fachada principal dado o elevado grau de erosão em alguns casos já se procedeu á substituição por pedra nova).	- Reparar e em alguns casos após análise proceder-se á sua substituição.
Cunhal	- Em pedra aparelhada / bojardada na parte inferior do edifício; - Acima do limite do cunhal em pedra, têm-se até a cobertura a continuação em alvenaria de pedra, rebocado e pintado.	- Apresentação de sujidade, fissurações e juntas deterioradas.	- Limpeza geral e protecção da pedra com preenchimento de juntas e fissuras.
Cobertura	- Em madeira, com o sistema tradicional de asnas; - Em ferro pintado.	- Eventual apodrecimento de alguns barrotes de suporte / ripas. - Telhas partidas, elevada porosidade, ataques de fungos e manchas.	- Substituição quer dos barrotes, quer das ripas em mau estado; - Lixar as estruturas em ferro de suporte aos telhados e proceder-se a nova pintura; - Aplicação de uma placa de gesso cartonado como acabamento interior, com introdução de isolamento térmico à base de poliestireno expandido; - Substituição de todo os telhados a manter por novas telhas dado o seu mau estado e idade.

Tabela 4 – Levantamento da estrutura/ estado, patologias e soluções - exterior.



Fig. 206 – Planta de levantamento fotográfico – Rua do Açúcar.



Fig. 207 – Armazéns com frente para a Praça David Leandro da Silva.



Fig. 208 – Armazéns ladeados aos anteriores.

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho



Fig. 209 – Planta de levantamento fotográfico – Rua Amorim.



Fig. 210 – Vista geral da Rua Amorim.



Fig. 211 – Edifício dedicado aos escritórios.



Fig. 212 – Armazéns.



Fig. 213 – Planta de levantamento fotográfico – Rua Cintura do Porto.



Fig. 214 – Vista geral da Rua Cintura do Porto.



Fig. 215 – Edifício de escritórios.



Fig. 216 – Pormenor no último armazém da Rua Cintura do Porto.



Fig. 217 – Planta de levantamento fotográfico – Rua Pereira Henriques.

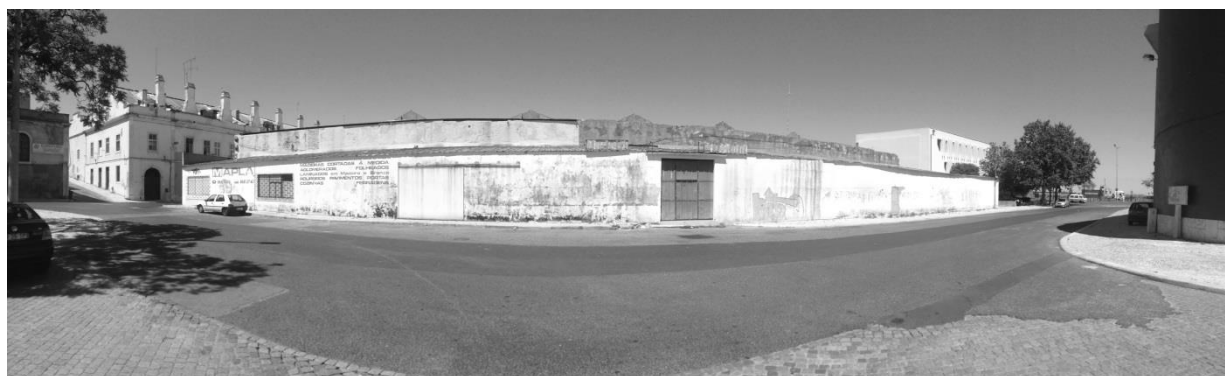


Fig. 218 – Vista geral da Rua Pereira Henriques.

Capítulo IV

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O património industrial, à semelhança de qualquer património arquitectónico, para além dos seus valores históricos e culturais contempla também valor pela sua versatilidade e características espaciais. Este valor, presente na concepção do edifício, torna-o assim capaz de se adaptar a vários usos, fazendo com que a sua linguagem arquitectónica se molde a variados programas, onde a sua clara predominância ao nível das fachadas se mantém. Desta forma a integração e a participação deste património industrial na vida contemporânea é possível, garantindo assim a sua continuidade no futuro, onde num saudável diálogo com as vivências da sociedade actual e com as exigências da nossa contemporaneidade se distingue na urbe de uma forma impar, contribuindo para o desenvolvimento local.

“É surpreendente a vivacidade e o investimento projectual num programa meramente utilitário e comercial, mais ainda pela qualidade com que Norte Júnior sintetiza o período temporal e a função, com referência aos tonéis de vinho dos grandes janelões circulares, simples e simultaneamente muito ornamentados nos seus simbólicos cachos e uvas. É bem equilibrada a harmonia destes grandes vãos/tonéis, não só com os vãos curvos do piso térreo, como com os restantes vãos do piso superior, que espelham bem uma modernidade algo ecléctica bem cara a este período temporal. Na fachada virada à rua Amorim, este eclectismo pode fazer lembrar algumas incursões “neo-românicas” no dimensionamento e expressão de alguns vãos.” (Carvalho, 2008)

Posto o descrito anteriormente, tem-se como objectivo reabilitar o conjunto edificado dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, localizados no Poço do Bispo, para que assim o seu papel na urbe possa voltar a ser reafirmado, exaltando toda a sua qualidade arquitectónica e a sua imagem pública e urbana. Esta reabilitação, encarada como a forma de voltar a integrar estes armazéns no contínuo desenvolvimento da cidade, deve ter portanto uma abordagem com vista para o futuro, onde seja proposto um programa que aposte numa função activa do edificado e não passado apenas pela conservação de eventuais patologias somadas ao longo dos tempos. Desta forma e aliado a satisfação das necessidades de serviços para a zona em questão, obrigamos também a memória a reajustar-se às naturais obrigações que nos são impostas pelos actuais tempos, no que diz respeito aos usos e serviços necessários para a sociedade.

1. PROGRAMA

Numa análise detalhada ao contexto histórico destes armazéns, percebe-se que mais importante do que o valor que estes desempenham para o bairro onde se encontra, é o valor histórico e social que contêm para toda a sociedade de Lisboa. O facto de se tratar de uma das primeiras empresas portuguesas a integrar na mesma companhia os diversos segmentos do vinho, elevou-a para uma posição de destaque na cidade de Lisboa. Tratava-se portanto de uma firma de grande importância no mercado da importação e exportação de vinhos, que aliada a uma rede de distribuição, as chamadas Lojas val do Rio, fazia chegar à população a maior parte deste bem de consumo.

Posto o descrito anteriormente e tendo em conta a importância que este conjunto edificado outrora teve na sociedade de Lisboa, tem-se como objectivo a sua reconversão para Museu do Vinho. Assim e como forma de reintegrar este lugar à muito esquecido na malha urbana, pretende-se dota-lo de serviços de carácter cultural e de lazer, capazes de criarem novas centralidades e motivos de interesse, para que assim possa satisfazer as necessidades dos centros habitacionais em redor, garantindo a sua continuidade de existência no futuro.

A proposta de intervenção procura assim museificar algo tão nosso, atribuindo-lhe simultaneamente funções de carácter lúdico e cultural, todas elas capazes de funcionar de forma independente, como forma de colmatar a sua ausência actualmente. Assim sendo o conjunto edificado proposto é composto pelos seguintes núcleos: Café/ Bar, Museu, Wine Bar, Loja, Armazéns de Vinho, Auditório, Centros de exposições, *Ateliers* de trabalho, Biblioteca, Café de apoio ao parque, Parque, Ginásio e Cilos de estacionamento.

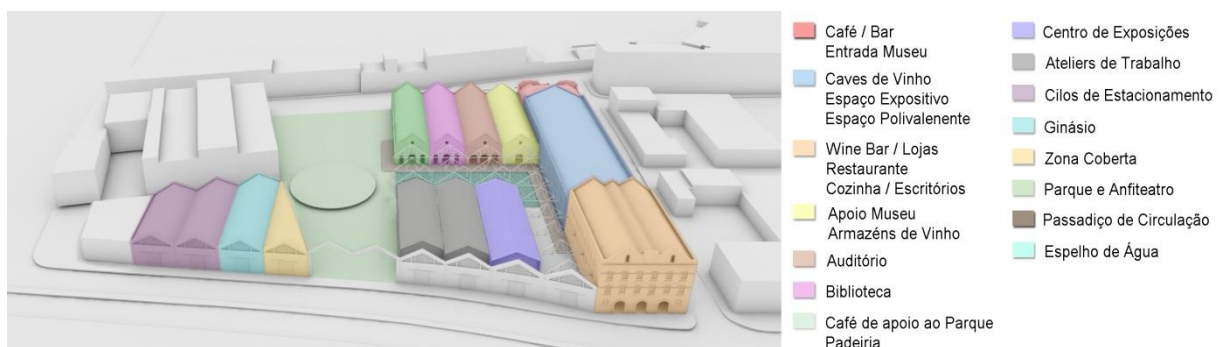


Fig. 219 – Esquema do programa para a proposta de intervenção.

2. MEMÓRIA DESCRITIVA

Num primeiro contacto com a área de intervenção, tinha-se como objectivo apenas intervir no conjunto dos três armazéns ao longo da Rua Amorim, no entanto e após uma análise mais detalhada ao conjunto, foi concluído que a proposta de intervenção devia ser vista como um todo, pelo que os dez armazéns localizados lateralmente deviam ser também objecto de análise e intervenção. É certo que enquanto características arquitectónicas esta segunda área de intervenção apresenta menos importância, no entanto ao se falar dos Armazéns de Vinho A.P.F., devem-se entender como uma visão de conjunto, como forma de compreender toda a história e desenvolvimento desta firma.

Conforme se pode ver ao longo do capítulo anterior, o volume de negócio destes armazéns foi crescendo de uma forma progressiva, levando a que o crescimento das suas estruturas cresce-se associado ao avanço da frente ribeirinha, passando muitas vezes ao lado o estudo da prévia da melhor forma de o fazer. Desta forma e tendo como objectivo voltar a reafirmar o conjunto dos armazéns na urbe, é necessário pensar numa forma de ocupação mais racional, com o intuito de desmacificar o grande aglomerado de armazéns existente actualmente. Posto o descrito anteriormente e conforme se demonstra no diagrama da fig. 220, pretende-se com a proposta de intervenção construir um sistema organizado de espaços públicos, acessíveis a partir do parque, onde este se assume como o elemento central, presursor e cativador, da afluência da população pela Rua do Açúcar, Rua Cintura do Porto e Rua Pereira Henriques.

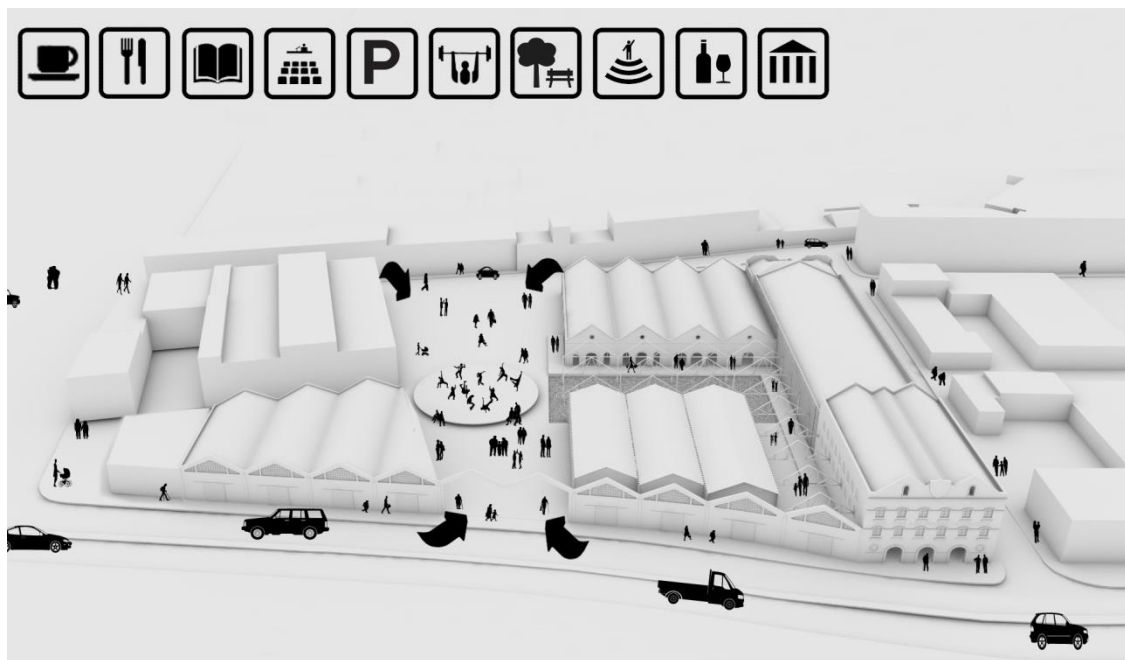


Fig. 220 – Diagrama esquemático do objectivo da proposta.

2.1. CAFÉ / BAR

Instalado no piso térreo e em parte do primeiro piso, o café/ bar desenvolve-se no edifício de maior valor arquitectónico, contíguo às instalações dedicadas ao Museu do Vinho. Como era objectivo desde o primeiro contacto com as instalações, o convívio quase directo entre estes dois serviços, como forma de cativar as pessoas a visitarem o museu, foi conseguido, através da comunicação num primeiro contacto, visual, que acaba por permitir a sua ligação física, quer ao nível do piso térreo como do piso superior.

No que toca à sua distribuição, o espaço encontra-se dividido em dois pisos: No primeiro nível, acessível a partir da cota de rua, e estrategicamente localizado em frente ao Largo David Leandro da Silva, conta-se com um pequeno café, que faz uso das instalações sanitárias do armazém que o ladeia. Já no piso de cima, o espaço foi organizado de forma a poder receber eventuais pequenos concertos e dar lugar a pequenas tertúlias, onde o público poderá disfrutar de uma vista sobre as cubas de envelhecimento do agora Museu do Vinho.

2.2. MUSEU DO VINHO

O Museu do Vinho, compreendido entre os dois edifícios de maior valor arquitectónico do conjunto dos armazéns, conforme se pode ver a partir da fig. 221, tem o seu principal acesso através da entrada central do Edifício projectado por Norte Júnior. Este espaço central, que proponho na minha proposta de intervenção como corredor de entrada para o Museu do Vinho, onde poderão ser expostas informações acerca do seu período de actividade, funciona assim como uma antecâmara daquilo que poderemos ver num segundo momento.

Uma vez no edifício central, é possível disfrutar do agora enorme pé direito que se tem dedicado ao espaço de recepção, possível após a anulação da laje existente, adicionada numa das várias intervenções feitas ao longo dos anos. Com esta acção foi possível voltar a dar a este espaço a escala que se pretendia, proporcionando-nos uma vista geral das cubas de armazenamento, conforme fig. 222, devolvendo a monumentalidade à escada central do espaço, que acabava por ser anulada quer pela compressão do espaço, provocando um ambiente de sufoco, como pela estrutura de pilares que se desenvolviam ao meio da escada.

Neste armazém agora dedicado ao Museu do Vinho, foram também anuladas as cubas de armazenamento de vinho quer a este como a oeste, ficando apenas a bateria central de cubas, criando assim as condições pretendidas de ambos os lados. A oeste dedicado à

Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho

recepção, loby e circulação vertical feita a partir do café / bar e dos escritórios, localizados no piso 1 do edifício à direita e a este dedicado a uma zona de provas de vinho, onde os visitantes após percorrerem o piso térreo dedicado ao armazenamento e envelhecimento de vinhos, terão a oportunidade de disfrutar dos vinhos correntes e em envelhecimento nas cubas. Ao nível intermédio, foi pensado dar um novo uso às cubas de vinho, onde mantendo a sua estrutura base, foi criado um percurso, como forma de proporcionar ao visitante a experiencia de se sentir dentro de uma cuba, percorrendo-as por pequenas passagens, onde terá uma exposição permanente da história da firma. Por fim, no piso superior dedicado ao espaço multiusos, é oferecido ao visitante uma nova experiencia, uma vez que foi optado a colocação de um pavimento em vidro, como forma de iluminar os espaços expositivos, proporcionando ao visitante uma vista sobre a bateria de cubas de uma outra perspectiva, conforme fig. 223.

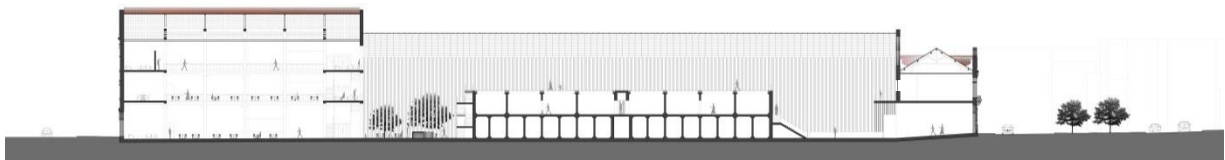


Fig. 221 – Corte técnico, restaurante, museu e café / bar.

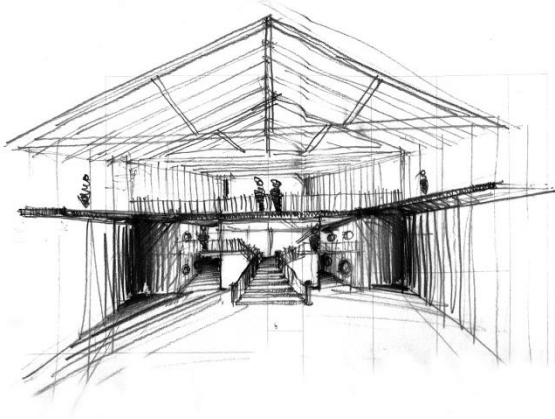


Fig. 222 – Esquiço de apoio, estudo do espaço pretendido.

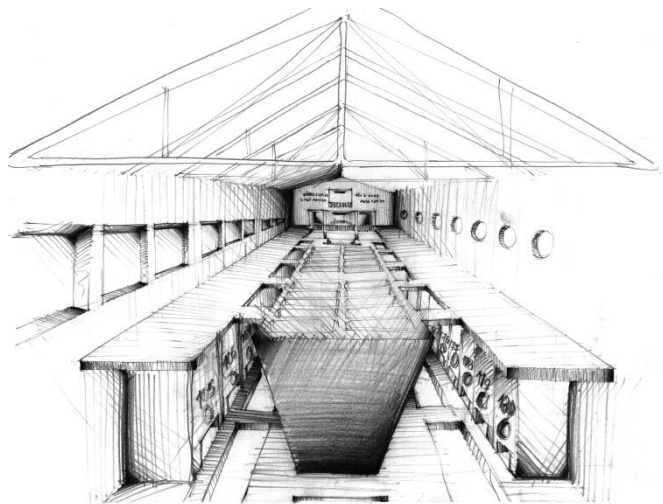


Fig. 223 – Esquiço de apoio, estudo do espaço pretendido.

2.3. WINE BAR

O wine bar, desenvolvido no piso térreo do edifício, com frente para a Rua Cintura do Porto, conta com entrada pela Rua Amorim e pelo interior do complexo A.P.F. A sua localização, no piso inferior ao restaurante, ladeado pela loja e pelo espaço de provas de vinho, deve-se essencialmente ao facto tentar centrar e compatibilizar numa mesma área os espaços. Desta forma proporciona-se ao visitante uma experiência coerente, onde após a prova de vinhos poderá passar pela loja para adquirir o vinho que gostou, ou até mesmo fazê-lo após uma experiência no wine bar ou no restaurante.

No que toca à intervenção enquanto projecto, optou-se por demolir todas as estruturas adicionadas ao longo dos anos, sem projecto e sem o mínimo de cuidado, devolvendo novamente as potencialidades originais do edifício. Desta forma e como se pode ver a partir da fig. 221, os serviços dedicados ao wine bar, instalações sanitárias e escada de incêndio, são desenvolvidos numa das extremidades, libertando o resto do espaço como forma de possibilitar uma leitura ampla, onde o jogo de compressão/ explosão com o triplo pé direito resulta eficazmente.

2.4. LOJA

Instalada em frente ao wine bar e ladeada pelo espaço de provas de vinhos do Museu, a loja localiza-se desta forma num sítio estratégico, onde o visitante poderá adquirir os produtos após uma boa experiência de prova. Dado que se localiza em frente ao espaço dedicado ao wine bar, as intervenções a nível estrutural resumiram-se às mesmas, mais uma vez com o objectivo de eliminar estruturas acrescentadas ao longo dos anos, que acabavam por tirar expressão ao triplo pé direito existente ao centro do edifício.

2.5. RESTAURANTE

O restaurante, instalado no piso superior aos dois anteriores espaços, à semelhança daquilo que aconteceu com o café / bar deve em primeiro lugar a sua localização como forma de proporcionar ao cliente uma visão geral sobre os armazéns de vinho. Desta forma é proporcionado ao cliente uma experiência única, que mais uma vez funciona como uma condicionante favorável à visita do espaço dedicado ao Museu. A semelhança dos espaços

anteriormente descritos, a coerência da localização do restaurante foi também tida em conta, sendo tidos como factores a imediação do wine bar e da loja no piso inferior.

No que toca à sua distribuição, foi optado por instalar neste piso apenas os serviços indispensáveis, como forma de libertar espaço dedicado às salas de refeições. Desta forma, à semelhança do que aconteceu no piso inferior a localização dos serviços de copa, as instalações sanitárias e as circulações verticais desenvolvem-se na extremidade virada a sul. A cozinha, sendo que se trata de um espaço com necessidade de uma grande área foi optado localiza-la no segundo piso, dedicado apenas aos serviços internos. Desta forma foi então possível organizar as salas de refeições em torno do varandim de triplo pé direito, como é possível ver a partir do corte representado na fig. 221, deixando as salas à direita, outrora ocupadas pelos laboratórios disponíveis para salas de grupos, e a sala de reuniões e bar privativo, localizada com frente para a Rua Cintura do Porto, disponível para a sala de refeições vip.

2.6. AUDITÓRIO

O auditório, visto como um elemento constituinte de um conjunto de espaços públicos, que se desenvolvem no interior do espaço outrora confinado aos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca, pretende colmatar fraquezas a nível de espaços de apoio à população inexistentes actualmente. Localizado num dos armazéns com frente para a Praça Davide Leandro da Silva, conforme fig. 224, e uma vez que se encontra ladeado pela biblioteca, o funcionamento deste espaço funciona de forma dependente da mesma, sendo no entanto possível utilizar o espaço de forma independente para situações de maior afluência.

A pertinência deste espaço surge assim como forma de dar à população um local capaz de receber eventuais apresentações de trabalhos, palestras ou até de pequenos eventos dirigidos ao público da junta de Freguesia de Marvila.

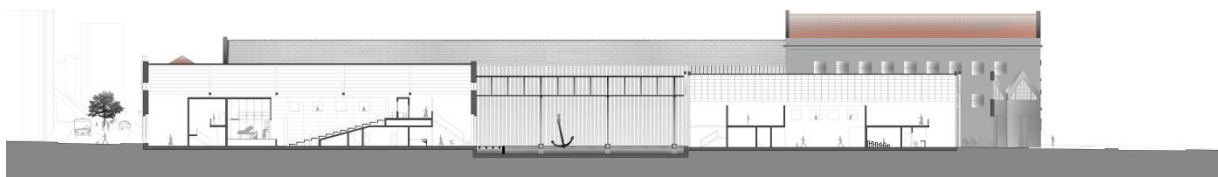


Fig. 224 – Corte técnico, Auditório, espelho de água e Centro de Exposições.

No que toca à distribuição programática e espacial, este espaço conta com todos os requisitos mínimos necessários para o seu bom funcionamento. Desta forma o auditório conta com uma recepção / bilheteira, instalações sanitárias, salas técnicas de apoio ao palco, plateia com capacidade para 124 espectadores, sendo dois destinados a pessoas com dificuldades motoras, palco composto por todos os elementos necessários para o seu correcto funcionamento e nas suas traseiras salas de ensaio. Dado tratar-se de um programa com necessidades de uma grande área de intervenção, e dado a extensidade do armazém a intervir, foi optado projectar um corredor de circulação de ambos os lados, como forma de permitir a iluminação natural ao espaço, conforme se pode ver a partir das figs. 225 e 226.

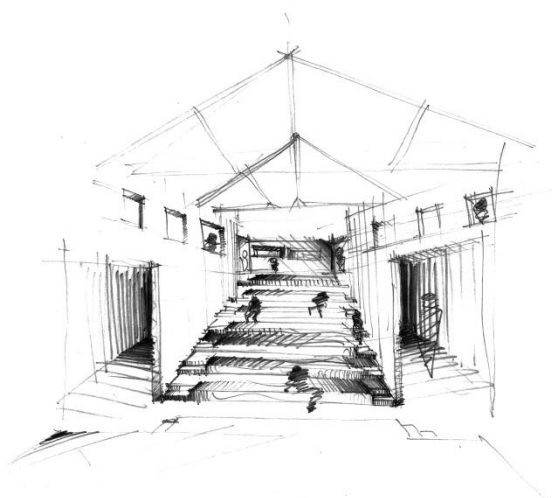


Fig. 225 – Esquízo de apoio, estudo do espaço pretendido.

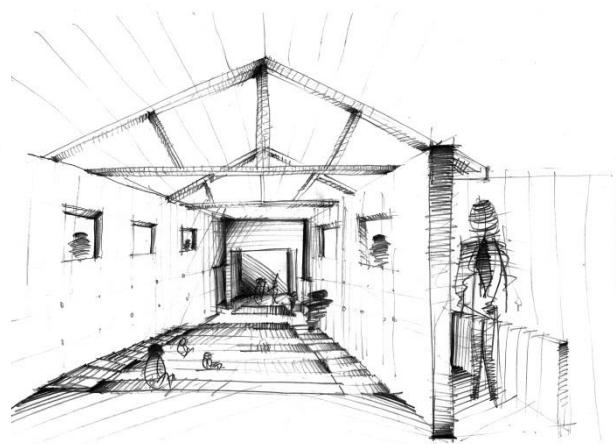


Fig. 226 – Esquízo de apoio, estudo do espaço pretendido.

2.7. CENTRO DE EXPOSIÇÕES

O Centro de exposições, localizado em frente ao auditório como é possível ver a partir do corte representado na fig. 224, destina-se à apresentação e exposição de trabalhos produzidos nos *ateliers* de trabalho pertencente ao núcleo dos Armazéns A.P.F., como de trabalhos de entidades exteriores. Tendo em conta que o espaço compreendido entre o auditório e o centro de exposições, é destinado ao passadiço de circulação e acesso aos serviços propostos, e a um pequeno espelho de água, como forma de criar uma analogia com o que foi outrora o local foi, uma vez que era ali que se desenvolvia o cais privativo de A.P.F., foi optado por criar o acesso a este espaço a partir da Rua de Cintura ao Porto.

2.8. BIBLIOTECA

A biblioteca à semelhança da distribuição do auditório, rege-se pelas mesmas normas, como tal é também optado por centrar todos os serviços e espaços ao centro do armazém, deixando assim duas grandes galerias de circulação como forma de permitir a iluminação natural. Com entrada quer pela Praça David Leandro da Silva, como pelo passadiço de circulação no interior do espaço A.P.F., a biblioteca tem como objectivo servir a população das áreas envolventes. No que toca aos serviços disponíveis, conta assim ao nível do piso térreo com espaços dedicados à sua administração e arquivo, zona de leitura informal e periódicos junto ao atrium de entrada, instalações sanitárias, secção de leitura para adultos e secção infantil. Já no piso superior, funcionando como *mezzanine*, conforme fig. 227, mais uma vez como forma de permitir a iluminação natural ao piso térreo desenvolvem-se tanto a secção para adultos, como a secção para as crianças.

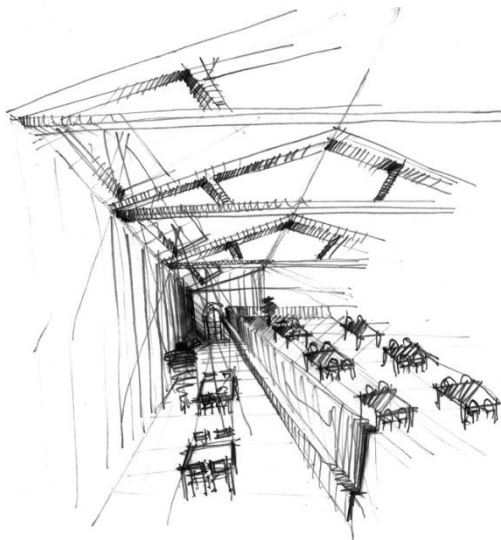


Fig. 227 – Esquiço de apoio, estudo do espaço pretendido.

2.9. ATELIERS DE TRABALHO

Ladeados pelo centro de exposições, desenvolvem-se dois espaços dedicados a *ateliers* de trabalho, com o objectivo de oferecerem a população ou até mesmo a pequenas empresas do sector artístico infra – estruturas para porem em prática os seus projectos. À semelhança do que acontece com o centro de exposições, estes ateliers são também ladeados a norte pelo espelho de água, pelo que a entrada a estes espaços é feita a partir da Rua Cintura do Porto. Quanto ao programa proposto, foi optado pela criação de um programa aberto, com uma zona central de instalações sanitárias e arrumos.

2.10. CAFÉ DE APOIO AO PARQUE / PADEIRIA

O café de apoio ao parque, localizado no último armazém com frente para a Praça do Poço do Bispo, ocupa um dos armazéns em que a método construtivo da sua parede lateral exterior é constituída por uma estrutura em arco de tijolo burro. Nesta base e sendo que este armazém é ladeado pelo Parque A.P.F., foi optado pelo aproveitamento destas arcadas, como forma de trazer iluminação ao interior do café à padaria.

Quanto aos serviços propostos, optou-se por localizar as instalações sanitárias ao centro do armazém, dando assim lugar a oeste à padaria, detentora de um espaço de venda ao público e de todos os serviços necessários para o seu fabrico próprio no piso superior. Já a Este, não se tratando de um serviço de carácter tão urbano, localiza-se o café, que portador de pequenos espaços de convívio ao nível do piso inferior, superior e de uma pequena esplanada pretende criar um espaço agradável de convívio com o parque A.B.F., e com o espelho de água proposto.

2.11. GINÁSIO

Localizado ao lado dos armazéns dedicados ao estacionamento automóvel e com frente para o Parque Abel Pereira da Fonseca, o ginásio encontra-se assim num local onde a proximidade a estes dois serviços se destaca como uma mais-valia. Desta forma pretende-se com a criação deste serviço, trazer a esta área uma função mais lúdica, onde a população poderá usufruir no piso inferior de um espaço dedicado à musculação e à prática de actividades cardio e a um piso superior a pequenas aulas de grupo.

CONCLUSÃO

Este trabalho de investigação, desenvolvido em torno da temática do património industrial, tem como principal objectivo encontrar alternativas às intervenções de carácter capitalista, que hoje em dia preencher as nossas cidades. Pretende-se portanto provar que é possível salvaguardar os valores patrimoniais e históricos relativos aos edifícios de tipologia industrial, sem que para isso os novos usos atribuídos sejam prejudicados. É certo que a conservação deste tipo de património, ao contrário do que acontece em edifícios mais pequenos, torna-se na maior parte das vezes complicada pelas suas grandes dimensões, o que implica, salvo raras excepções, que este tipo de património tenha poucas hipóteses de sobreviver, a não ser que seja encontrado um uso multifuncional, com um programa adequado, capaz de englobar toda a área de intervenção.

Posto o descrito anteriormente e ainda que surjam dificuldades no que toca à reabilitação deste tipo de património é urgente que sejam criadas políticas de reabilitação, que não se cinjam apenas pelo aspecto exterior, mas sim que vejam estes aglomeradas como parte integrante do local onde se encontram. Desta forma, este tipo de património deve ser preservado através de uma política dinâmica de preservação e reutilização do edifício, para que se possa salvaguardar a identidade do local e as memórias, sem que se gere efeitos indesejáveis, como a separação entre o passado e o presente, perdendo-se assim varias das fases que se destacaram como importantes na cidade. Assim sendo é necessário restaurar/reabilitar, fazendo com que a unidade potencial da obra ganhe novamente “vida”, mantendo sempre que possível os moldes de funcionamento originais e preservando todos os constituintes do edifício, assumindo-se assim a intervenção como uma reparação ao edifício.

Como acontece em toda a nossa extensão da zona Oriental de Lisboa e à semelhança de outros locais, as ex-áreas industriais, outrora símbolo de um elevado desenvolvimento e crescimento económico, hoje encontram-se ao abandono e na sua maioria em elevado estado de degradação. Os edifícios industriais, fruto da terceira revolução tecnológica, encontra-se hoje esgotados e sem razão de existir, tornando-se espaços vazios e entregues ao abandono, que já não integram a sociedade. Planear tendo em conta a reabilitação e a reconversão dos edifícios existentes, quer de características habitacionais, como portadores de características industriais, torna-se desta maneira imperativo, assumindo-se como um elemento essencial no planeamento urbano.

Desta forma pode-se concluir que estes edifícios de tipologia industrial, motores de desenvolvimento urbano da sua época, terão de ser hoje, à semelhança daquilo que

aconteceu nos estudos de casos apresentados, vistos como elementos fundamentais para a requalificação e origem do novo desenvolvimento da área onde se inserem. Pretende-se portanto que a partir de políticas que visem a reabilitação e a reconversão das áreas industriais, as mesmas instalações que outrora impuseram novas formas de ocupação e vivências territoriais, hoje aliadas à vertente da reconversão possam ter um efeito equivalente na cidade contemporânea, uma vez que a conservação do património construído, com objectivos sociais, tem vindo a demonstra-se como um forte elemento estabilizador no desenvolvimento dos lugares. Desta forma é possível voltar a inserir estes exemplares únicos de arquitectura no continuo desenvolvimento da cidade, atribuindo-lhes usos tão nobres como a tarefa de colmatar a carência de espaços de caris cultural, vindo assim a desenvolverem novamente um papel activo e de bastante importância para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

LIVROS

Appleton, J. (2003). *Reabilitação de edifícios antigos - patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Orion.

Araújo, N. (1938). Pergrinações em Lisboa. In N. Araújo, *Pergrinações em Lisboa* (p. 76).

Barbosa, J. (2011). Grande Reserva - As melhores histórias do vinho português. In J. Barbosa, *Abel Pereira da Fonseca - O Rei Revolucionário* (pp. 27 - 38). Lisboa: Oficina do Livro.

Becerra, R. (1997). Patrimonio cultural, patrimonio antropológico y museos de antropología. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico nº 21*, pp. 42 - 52.

Brandi, C. (2006). O conceito do restauro; O tempo em relação à obra de arte e ao restauro; o restauro segundo a instância da historicidade. In C. Brandi, *Teoria do Restauro* (pp. 1 - 7 ; 29 - 49). Amadora: Edições Orion.

Calvo, L. (1995). L'Etnologia a Catalunya, avui: eina de coneixement i desenvolupament. *L'Àvec, revista d'història nº 57*, pp. 36 - 38.

Choay, F. (2000). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

Custódio, J. (2005). A indústria portuguesa na época do Movimento moderno, 1925 - 1965. In J. Custódio, *A arquitectura da indústria, 1925 - 1965* (pp. 14 - 35). Barcelona: Fundação Docomomo Ibérico.

Feilden, B. M. (2003). Introduction to architectural conservation. In B. M. Feilden, *Conservation of Historic Buildings* (3^o ed. ed., pp. 1 - 24). Burlington: Oxford.

Fernández Galiano, L. (2000). Magia Blanca: La Nueva Tate de Bankside. In L. Fernández Galiano, *Arquitectura Viva* (pp. 26-29). Madrid: Arquitectura Viva.

Folgado, D. (2012). *A nova ordem industrial no Estado Novo, 1933-1968: da fábrica ao território de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Folgado, D., & Custódio, J. (1999). Uma leitura industrial do território. In D. Folgado, & J. Custódio, *Caminho do Oriente Guia do Património Industrial* (pp. 9-23). Lisboa: Livros Horizonte.

Fonseca, A. P. (1928). *Abel Pereira da Fonseca, Lda - vinhos e azeites - consumo e exportação*. Lisboa: Vieira da Silva.

Lopes, F. (2012). *Património arquitectónico e arqueológico - noção e normas de proteção*. Lisboa: Caleidoscópio .

Távora, F. (2006). *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP publicações.

DOCUMENTOS CONSULTADOS NA WEB

Carvalho, J. S. (Abril de 2008). *Edifício Abel Pereira da Fonseca*. Obtido em Junho de 2014, de imóveis de interesse municipal: <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/>

Daily, A. (13 de Julho de 2013). *Reabilitação de Graham's 1890 Lodge / Luis Loureiro + P-06 – Nuno Gusmão*. Obtido em 5 de Junho de 2014, de ArchDaily: www.archdaily.com.br/

Dalbéra, J. -P. (2010). *Le musée d'Orsay (Paris)*. Obtido de Flickr: www.flickr.com

Krusse, T. (2 de Outubro de 2013). *Caves no Porto*. Obtido em 16 de Junho de 2014, de Design Magazine: www.revistadesignmagazine.com/

Leite, J. (25 de Outubro de 2011). *Sociedade Comercial Abel Pereira d Fonseca*. Obtido em 11 de Fevereiro de 2014, de Restos de Colecção: www.restosdecoleccion.blogspot.pt

Leite, J. (2 de Maio de 2014). *Central Tejo*. Obtido em Junho de 2014, de Restos de Colecção: www.restosdecoleccion.blogspot.pt

Lisboa, A. M. Planta junta à informação nº 7543. *Ref PT-AMLSB-CMLSB-UROB-PU-09-02754 - Folha 1*. Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa.

Medina, R. (2012). *A Memória Preservada na Central Tejo*. Lisboa.

Mendes, J. A. (2006). *Industrialização e património industrial: desenvolvimento e cultura*. Obtido de Busca PDF: Industrialização e património industrial: desenvolvimento: (Consultado em: http://www.icea.pt/Actas/21_10h30m_Jos%C3%A9%20A%20Mendes.pdf).

Modern, G. t.-T. (s.d.). *Museos y galerías en Londres*. Obtido de Londres.es: www.londres.es

musee-orsay. (2006). *Histoire du musée*. Obtido de Musée d'Orsay: <http://www.musee-orsay.fr/>

Perdigão, L. (2000). *Casa - Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa*. Obtido em 25 de Fevereiro de 2014, de traditions.no.sapo.pt/: <http://traditions.no.sapo.pt/>

Pereira, A. M. (18 de Setembro de 2011). *Os Estabelecimentos Val do Rio*. Obtido em 25 de Fevereiro de 2014, de blogspot.pt: <http://garfadasonline.blogspot.pt/2011/09/os-estabelecimentos-val-do-rio.htm>

Prat, J. (2002). *Revista Arquitectura*. Obtido de [paperblog](http://paperblog.com): [es.paperblog.com](http://paperblog.com)

República, A. h. (s/d). "*SOCIEDADE COMERCIAL ABEL PEREIRA DA FONSECA, SARL*". Obtido de [arquivo.presidencia](http://arquivo.presidencia.pt/details?id=2387&ht=pereira): <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=2387&ht=pereira>

Rosa, C. L. (2011). O património industrial: a construção de uma nova tipologia de património. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* (p. 14). São Paulo: ANPUH.

Sanguinhal, Q. d. (s/d). *Quinta do Sanguinhal*. Obtido em 17 de Março de 2014, de [vinhos-sanguinhal](http://www.vinhos-sanguinhal.pt/): <http://www.vinhos-sanguinhal.pt/>

Santos, D. (5 de Agosto de 2013). *Ontem & hoje*. Obtido em 5 de Março de 2014, de [Gazeta das Caldas](http://www.gazetacaldas.com/): <http://www.gazetacaldas.com/>

Sipa. (27 de julho de 2011). *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Obtido em 15 de Março de 2014, de [monumentos.pt](http://www.monumentos.pt): http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3180

Trindade, S. (13 de Abril de 2013). *A Graham's, as caves 1890 e o novo restaurante Vinum*. Obtido em 13 de Junho de 2014, de A Cidade na Ponta dos Dedos: www.acidadenapontadosdedos.com/

CARTAS

"Cracóvia", C. I. (2000). *Carta de Cracóvia 200 Principios Para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Obtido de <http://www.patrimoniocultural.pt/>

Nacional, I. d. (1980). *phan*. Obtido de portal.iphan: www.portal.iphan.gov.br/

Tagil, N. (2003). *"Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)"*. Obtido de Busca PDF: CARTA PATRIMÓNIO INDUSTRIAL - mNACTEC.: (Consultado em: <http://ticcih.ss.mtu.edu/pdf/NTagilPortuguese.pdf>).

Anexos

I - CARTAS PATRIMONIAIS

CARTA DE CRACÓVIA 2000 PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000

Reconhecendo o contributo dos indivíduos e das instituições que, ao longo de três anos, participaram na preparação da Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000” e na sua Sessão Plenária com o título “o património cultural como fundamento do desenvolvimento da civilização”, os signatários, participantes na Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, conscientes dos profundos significados associados ao património cultural, submetem aos responsáveis pelo património os seguintes princípios como orientação dos seus esforços na salvaguarda desses bens culturais.

PREÂMBULO

Actuando no espírito da *Carta de Veneza* (1964), tendo em conta as recomendações internacionais e motivados pelo processo da unificação europeia, na entrada do novo milénio, os signatários da presente Carta estão conscientes de viver um tempo no qual as identidades, num contexto cada vez mais amplo, se tomam mais distintas e singulares. A Europa actual caracteriza-se pela diversidade cultural e, assim, pela pluralidade de valores fundamentais associados ao património móvel, imóvel e intelectual, o que implica diferentes significados que originam conflitos de interesse. Esta situação requer de todos os responsáveis pela salvaguarda do património cultural uma maior atenção aos problemas e às decisões a serem tomadas na prossecução dos seus objectivos.

Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património.

Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns. Este processo não pode ser objecto de uma definição redutora. Apenas se pode indicar o modo segundo o qual pode ser identificado.

Os instrumentos e os métodos utilizados para uma correcta preservação do património devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança.

O contexto particular de escolha destes valores requer a elaboração de um projecto de conservação e a tomada de uma série de decisões que constituem o projecto de restauro, de acordo com critérios técnicos e organizativos apropriados.

Conscientes dos profundos valores da Carta de Veneza, e trabalhando para os mesmos objectivos, propõem os seguintes princípios para a conservação e restauro do património construído.

OBJECTIVOS E MÉTODOS

1. O património arquitectónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resultam de uma dialéctica entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos sócio-culturais. A conservação deste património é o objectivo desta Carta. A *conservação* pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação. Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro.

2. A *manutenção* e a *reparação* constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas acções exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspecções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. Os riscos de degradação do património devem ser previstos em relatórios apropriados para permitir a adopção de medidas preventivas.

3. A conservação do património construído é executada de acordo com o *projecto de restauro*, que se inscreve numa estratégia para a sua conservação a longo prazo. O “projecto de restauro” deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sócio-cultural. No projecto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro.

4. Devem ser evitadas *reconstruções* de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo”

A reconstrução de partes muito limitadas, com um significado arquitectónico pode ser excepcionalmente aceite, na condição de se fundamentar, em documentação precisa e irrefutável. Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitectura actual. A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local.

DIFERENTES TIPOS DE PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

5. Qualquer intervenção que afecte o *património arqueológico*, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem. Os aspectos destrutivos das escavações devem reduzir-se tanto quanto seja possível. Cada escavação deve ser acompanhada de documentação completa sobre os trabalhos arqueológicos.

Tal como em qualquer intervenção patrimonial, os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima. Os trabalhos arqueológicos só podem ser realizados por profissionais e a metodologia e técnicas usadas devem ser estritamente controladas.

Para a protecção e apresentação pública de sítios arqueológicos deve encorajar-se: o recurso a técnicas modernas; a criação de bancos de dados; a utilização de sistemas de informação e a utilização de técnicas de apresentação virtual dos sítios.

6. O objectivo da conservação dos *monumentos e dos edifícios com valor histórico*, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original. Tal conservação requer um “projecto de restauro” apropriado, que defina os métodos e os objectivos. Em muitos casos, requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.

7. A *decoração arquitectónica, as esculturas e os elementos artísticos*, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projecto específico vinculado ao projecto geral de restauro.

Esta metodologia pressupõe que o especialista em restauro do património construído possua os conhecimentos e a formação adequadas, para além da capacidade cultural, técnica e prática, para interpretar os diferentes ensaios e análises nas áreas artísticas específicas. O “projecto de restauro” deve garantir uma relação correcta com o conjunto envolvente, incluindo o ambiente, a decoração e a escultura e respeitando as técnicas tradicionais da construção e a sua necessária integração como uma parte substancial do património construído.

8. *As cidades e as aldeias históricas*, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal. Cada um destes conjuntos patrimoniais deve ser considerado como um todo, com as suas estruturas, os seus espaços e as características sócio-económicas, em processo de contínua evolução e mudança.

Qualquer intervenção deve envolver todos os sectores da população e requer um processo de planeamento integrado, cobrindo uma ampla gama de actividades. Em meio urbano, a conservação tem por objecto, quer os conjuntos edificados, quer os espaços livres. A sua área de intervenção tanto pode restringir-se a uma parcela de um grande aglomerado urbano, como englobar a totalidade de uma pequena cidade ou mesmo uma aldeia, integrando sempre os respectivos valores imateriais, ou intangíveis. Neste contexto, a intervenção na cidade histórica deve ter presente a morfologia, as funções e as estruturas urbanas, na sua interligação com o território e a paisagem envolventes. Os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar pelo seu valor arquitectónico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido às suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade.

O “projecto de restauro” das *cidades ou aldeias históricas* deve, não só verificar a sustentabilidade das opções estratégicas que assume, como prever o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da conservação do património aos aspectos económicos e sociais. Para além do conhecimento das estruturas físicas, devem ser estudadas as influências que futuras alterações poderão provocar, bem como os necessários instrumentos para gerir essas alterações.

O “projecto de restauro” de cidades e aldeias históricas deve considerar que os imóveis do tecido urbano desempenham uma dupla função:

- a) são elementos definidores da forma urbana, mas também;
- b) possuem uma espacialidade interna, que constitui um dos seus valores essenciais.

9. As *paisagens* reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da interacção prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico. São testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente.

Neste contexto, a sua conservação, preservação e desenvolvimento centram-se nos aspectos humanos e naturais, integrando valores materiais e intangíveis. É importante compreender e respeitar o carácter das paisagens e aplicar leis e normas adequadas que harmonizem os usos mais importantes do território com valores paisagísticos essenciais. Em muitas sociedades, as paisagens possuem uma relação histórica com o território e com as cidades. A integração da conservação da paisagem cultural com o desenvolvimento sustentado de regiões e localidades com actividades ecológicas, assim como com o meio ambiente natural requerem uma consciencialização e uma compreensão das suas relações ao longo do tempo, o que implica o estabelecimento de relações com o meio ambiente construído, de regiões metropolitanas, cidades e núcleos históricos.

A conservação integrada de paisagens arqueológicas ou com interesse paleontológico, bem como o desenvolvimento de paisagens que apresentam alterações muito significativas, envolvem a consideração de valores sociais, culturais e estéticos.

10. As *técnicas de conservação* devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado. A intervenção escolhida deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitectónicos existentes.

Quaisquer novos materiais ou tecnologias devem ser rigorosamente testados, comparados e experimentados antes da respectiva aplicação.

Embora a aplicação *in situ* de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta os resultados obtidos, o seu comportamento ao longo do tempo e a possibilidade da sua eventual reversibilidade.

Deve estimular-se o conhecimento dos materiais e técnicas tradicionais de construção, bem como a sua apropriada manutenção no contexto da sociedade contemporânea, considerando-as como componentes importantes do património cultural.

GESTÃO

11. A gestão das cidades históricas e do património cultural em geral, tendo em conta os contínuos processos de mudança, transformação e desenvolvimento, consiste na adopção de regulamentos apropriados, na tomada de decisões, que implicam necessariamente escolhas, e no controlo dos resultados. Um aspecto essencial deste processo, é a necessidade de identificar os riscos, de antecipar os sistemas de prevenção apropriados e de criar planos de actuação de emergência. O turismo cultural, apesar dos seus aspectos positivos para a economia local, deve ser considerado como um risco.

Deve prestar-se uma particular atenção à optimização dos custos envolvidos.

A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades.

12. A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais. Caberá às comunidades adoptar os métodos e as formas apropriadas para assegurar uma verdadeira participação dos cidadãos e das instituições nos processos de decisão.

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

13. A formação e a educação em património cultural exige a participação da sociedade e a integração da temática nos sistemas nacionais de educação a todos os níveis. A complexidade dos projectos de restauro, ou de quaisquer outras intervenções de conservação, por envolverem aspectos históricos, técnicos, culturais e económicos, requerem a nomeação de responsáveis bem formados e competentes.

A formação dos especialistas em conservação deve ser interdisciplinar e incluir o estudo da história da arquitectura, da teoria e das técnicas da conservação. Esta formação deve assegurar uma qualificação adequada, necessária à resolução de problemas de investigação, bem como para resolver correctamente as intervenções de conservação e restauro de uma forma profissional e responsável.

A formação de profissionais e técnicos nas disciplinas da conservação deve considerar a evolução das metodologias e do conhecimento técnico e participar no debate actual sobre as teorias e as políticas de conservação.

A qualidade da mão-de-obra e o trabalho técnico durante os projectos de restauro devem também ser valorizados com uma melhor formação profissional.

MEDIDAS LEGAIS

14. A protecção e conservação do património construído podem ser melhoradas através da adopção de medidas legais e administrativas. Estas medidas devem assegurar que os trabalhos de conservação sejam realizados por especialistas em conservação ou sob sua supervisão.

As disposições legais também podem prever um período de estágios práticos, no contexto de programas estruturados. Deve conceder-se uma atenção especial aos recém-formados especialistas em conservação do património cultural, nomeadamente no momento da graduação como profissionais independentes. Este grau deveria ser adquirido sob supervisão de especialistas em conservação.

ANEXO. DEFINIÇÕES

O Comité de Redacção da Carta de Cracóvia 2000 usou os seguintes conceitos e terminologia:

a) *Património*: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores.

b) *Momento*: é uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.

c) *Autenticidade*: é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.

d) *Identidade*: entende-se como a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.

e) *Conservação*: é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.

f) *Restauro*: é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.

g) *Projecto de restauro*: o projecto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso.

Comité de Redacção: Alessandra Melucco (Itália), André De Naeyer (Bélgica), Andrzej Kadluczka (Polónia), Andrzej Michalowski (Polónia), Giuseppe Cristinelli (Itália), Herb Stovel (Canadá), Jacek Purchla (Bélgica), Jan Schubert (Alemanha), Javier Rivera Blanco (Espanha), Jean Louis Luxen (Bélgica), Joseph Cannataci (Malta), Jukka Jokilehto (Finlândia -Itália), Krzystof Pawlowski (Polónia), Ingval Maxwell (Escócia), Ireneusz Pluska (Polónia), Manfred Wehdorn (Áustria), Marek Konokpa (Polónia); Mário Docci (Itália), Michael Petzet (Alemanha), Mihály Zádor (Hungria), Ray Bondin (Malta), Robert de Jong (Países Baixos), Salvador Pérez Arroyo (Espanha), Sherban Cantacuzino (Inglaterra), Tamas Fejerdy (Hungria), Tatiana Kirova (Itália) e Zbigniew Kobilinski (Polónia).

PORTUGUÊS (Obrigado APPI)

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL
The International Committee for the Conservation of the
Industrial Heritage (TICCIH)

Julho 2003

O TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial) é a organização mundial consagrada ao património industrial, sendo também o consultor especial do ICOMOS para esta categoria de património. O texto desta Carta sobre o Património Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH, de carácter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de Julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO

Preâmbulo

Os períodos mais antigos da história da Humanidade são definem-se através dos vestígios arqueológicos que testemunharam mudanças fundamentais nos processos de fabrico de objectos da vida quotidiana, e a importância da conservação e do estudo dos testemunhos dessas mudanças é universalmente aceite.

Desenvolvidas a partir da Idade Média na Europa, as inovações na utilização da energia assim como no comércio conduziram, nos finais

do século XVIII, a mudanças tão profundas como as que ocorreram entre o Neolítico e a Idade do Bronze. Estas mudanças geraram evoluções sociais, técnicas e económicas das condições de produção, suficientemente rápidas e profundas para que se fale da ocorrência de uma Revolução. A Revolução Industrial constituiu o início de um fenómeno histórico que marcou profundamente uma grande parte da Humanidade, assim como todas as outras formas de vida existente no nosso planeta, o qual se prolonga até aos nossos dias.

Os vestígios materiais destas profundas mudanças apresentam um valor humano universal e a importância do seu estudo e da sua conservação deve ser reconhecida.

Os delegados reunidos na Rússia por ocasião da Conferência 2003 do TICCIH desejam, por conseguinte, afirmar que os edifícios e as estruturas construídas para as actividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro¹.

1. Definição de património industrial

¹ A Carta do Património Industrial deverá incluir as importantes Cartas anteriores, como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Burra (1994), assim como a Recomendação R(90) 20 do Conselho da Europa.

O *património industrial* compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A *arqueologia industrial* é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas², criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

O *período histórico* de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais. Para além disso, apoia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia.

2. Valores do património industrial

² Para facilitar a compreensão, a palavra "sítios" será utilizada para referir as paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria, excepto quando estes termos forem utilizados num sentido mais específico.

- i. O património industrial representa o testemunho de actividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a protecção do património industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais.
- ii. O património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu *design* ou da sua concepção.
- iii. Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.
- iv. A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem

ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial.

3. A importância da identificação, do inventário e da investigação

- i. Todas as colectividades territoriais devem identificar, inventariar e proteger os vestígios industriais que pretendem preservar para as gerações futuras.
- ii. Os levantamentos de campo e a elaboração de tipologias industriais devem permitir conhecer a amplitude do património industrial. Utilizando estas informações, devem ser realizados inventários de todos os sítios identificados, os quais devem ser concebidos de forma a proporcionarem uma pesquisa fácil e um acesso livre por parte do público. A informatização e o acesso *on-line* na Internet constituem objectivos importantes.
- iii. O inventário constitui uma componente fundamental do estudo do património industrial. O inventário completo das características físicas e das condições de um sítio deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção. Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efectuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim da actividade

produtiva de um sítio. Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registo em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registadas e conservadas, sempre que possível.

- iv. A investigação arqueológica dos sítios industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo nível de elevado rigor com que se aplica no estudo de outros períodos históricos.
- v. São necessários programas de investigação histórica para fundamentar as políticas de protecção do património industrial. Devido à interdependência de numerosas actividades industriais, uma perspectiva internacional pode auxiliar na identificação dos sítios e dos tipos de sítios de importância mundial.
- vi. Os critérios de avaliação de instalações industriais devem ser definidos e publicados a fim de que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios devem ser utilizados para identificar os mais significativos vestígios de paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios,

estruturas, máquinas e processos industriais mais significativos.

- vii. Os sítios e estruturas de reconhecida importância patrimonial devem ser protegidos por medidas legais suficientemente sólidas para assegurarem a sua conservação. A Lista do Património Mundial da UNESCO deverá prestar o legítimo reconhecimento ao enorme impacto que a industrialização teve na cultura da Humanidade.
- viii. Deve ser definido o valor dos sítios mais significativos assim como estabelecidas directivas para futuras intervenções. Devem ser postas em prática medidas legais, administrativas e financeiras, necessárias para conservar a sua autenticidade.
- ix. Os sítios ameaçados devem ser identificados a fim de que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projectos de restauro e de reutilização.
- x. A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente favorável para a conservação do património industrial, nomeadamente através de iniciativas coordenadas e partilha de recursos. Devem ser elaborados critérios compatíveis para compilar inventários e bases de dados internacionais.

4. Protecção legal

- i. O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, a sua protecção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico.
- ii. Programas para a conservação do património industrial devem ser integrados nas políticas económicas de desenvolvimento assim como na planificação regional e nacional.
- iii. Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e económicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais.

- iv. **As comunidades industriais que estão ameaçadas por rápidas mudanças estruturais devem ser apoiadas pelas autoridades locais e governamentais. Devem ser previstas potenciais ameaças ao património industrial decorrentes destas mudanças, e preparar planos para evitar o recurso a medidas de emergência.**
- v. **Devem ser estabelecidos procedimentos para responder rapidamente ao encerramento de sítios industriais importantes, a fim de prevenir a remoção ou a destruição dos seus elementos significativos. Em caso necessário, as autoridades competentes devem dispor de poderes legais para intervir quando for necessário, a fim de protegerem sítios ameaçados.**
- vi. **Os governos devem dispor de organismos de consulta especializados que possam proporcionar pareceres independentes sobre as questões relativas à protecção e conservação do património industrial, os quais devem ser consultados em todos os casos importantes.**
- vii. **Devem ser desenvolvidos todos os esforços para assegurar a consulta e a participação das comunidades locais na protecção e conservação do seu património industrial.**
- viii. **As associações e os grupos de voluntários desempenham um papel importante na inventariação**

dos sítios, promovendo a participação pública na sua conservação, difundindo a informação e a investigação, e como tal constituem parceiros indispensáveis no domínio do património industrial.

5. Manutenção e conservação

- i. A conservação do património industrial depende da preservação da sua integridade funcional, e as intervenções realizadas num sítio industrial devem, tanto quanto possível, visar a manutenção desta integridade. O valor e a autenticidade de um sítio industrial podem ser fortemente reduzidos se a maquinaria ou componentes essenciais forem retirados, ou se os elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos.
- ii. A conservação dos sítios industriais requer um conhecimento profundo do objectivo ou objectivos para os quais foram construídos, assim como dos diferentes processos industriais que se puderam ali desenvolver. Estes podem ter mudado com o tempo, mas todas as antigas utilizações devem ser investigadas e avaliadas.
- iii. A conservação *in situ* deve considerar-se sempre como prioritária. O desmantelamento e a deslocação de um edifício ou de uma estrutura só serão aceitáveis se a

sua destruição for exigida por imperiosas necessidades sociais ou económicas.

- iv. A adaptação de um sítio industrial a uma nova utilização como forma de se assegurar a sua conservação é em geral aceitável salvo no caso de sítios com uma particular importância histórica. As novas utilizações devem respeitar o material específico e os esquemas originais de circulação e de produção, sendo tanto quanto possível compatíveis com a sua anterior utilização. É recomendável uma adaptação que evoque a sua antiga actividade.
- v. Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento económico sustentado. O património industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração económica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades confrontadas com a perda súbita de uma fonte de trabalho de muitos anos.
- vi. As intervenções realizadas nos sítios industriais devem ser reversíveis e provocar um impacto mínimo. Todas as alterações inevitáveis devem ser registadas e os elementos significativos que se eliminem devem ser inventariados e armazenados num local seguro. Numerosos processos industriais conferem um cunho

específico que impregna o sítio e do qual resulta todo o seu interesse.

- vii. A reconstrução, ou o retorno a um estado anteriormente conhecido, deverá ser considerada como uma intervenção excepcional que só será apropriada se contribuir para o reforço da integridade do sítio no seu conjunto, ou no caso da destruição violenta de um sítio importante.
- viii. Os conhecimentos que envolvem numerosos processos industriais, antigos ou obsoletos, constituem fontes de importância capital cuja perda poderá ser insubstituível. Devem ser cuidadosamente registados e transmitidos às novas gerações.
- ix. Deve promover-se a preservação de registos documentais, arquivos empresariais, plantas de edifícios, assim como exemplares de produtos industriais.

6. Educação e formação

- i. Uma formação profissional especializada, abordando os aspectos metodológicos, teóricos e históricos do património industrial deve ser ministrada no ensino técnico e universitário.

- ii. Devem ser elaborados materiais pedagógicos específicos abordando o passado industrial e o seu património para os alunos dos níveis primário e secundário.

7. Apresentação e interpretação

- i. O interesse e a dedicação do público pelo património industrial e a apreciação do seu valor constituem os meios mais seguros para assegurar a sua preservação. As autoridades públicas devem explicar activamente o significado e o valor dos sítios industriais através de publicações, exposições, programas de televisão, Internet e outros meios de comunicação, proporcionando o acesso permanente aos sítios importantes e promovendo o turismo nas regiões industriais.
- ii. Os museus industriais e técnicos, assim como os sítios industriais preservados, constituem meios importantes de protecção e interpretação do património industrial.
- iii. Os itinerários regionais e internacionais do património industrial podem esclarecer as contínuas transferências de tecnologia industrial e o movimento em larga escala das pessoas que as mesmas podem ter provocado, promovendo um afluxo do público interessado em

conhecer uma nova perspectiva do património
industrial.

Nizhny Tagil, 17 de Julho de 2003

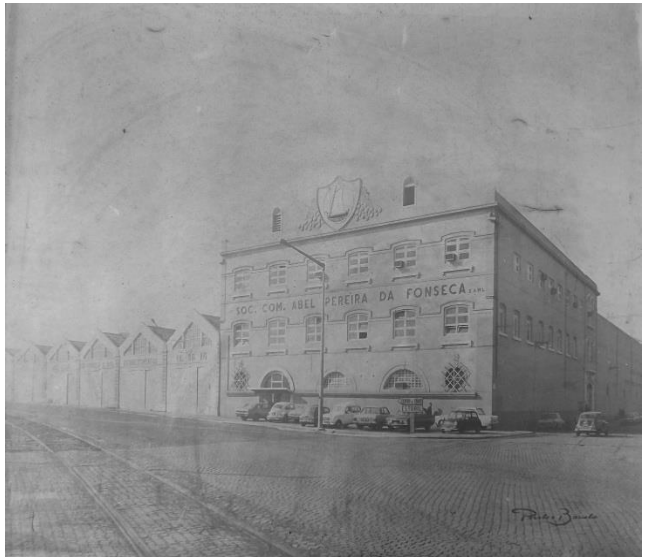
*[Tradução da responsabilidade da APPI – Associação Portuguesa para
o Património Industrial.]*

II – REGISTOS FOTOGRÁFICOS

A. INSTALAÇÕES



Anexo 1 – Largo David Leandro da Silva, 1966.



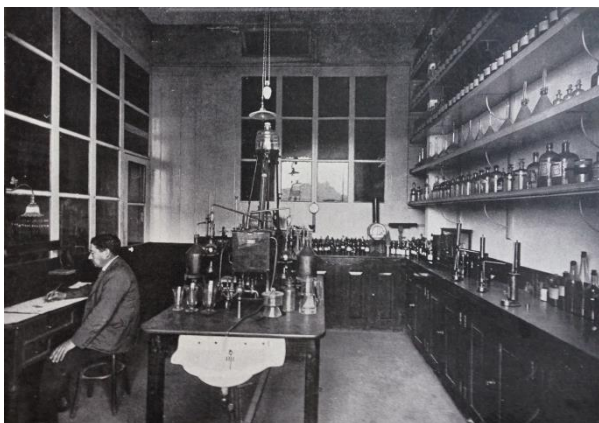
Anexo 2 – Rua Cintura do Porto, s/d.



Anexo 3 – Poço do Bispo, secção de engarrafamento, 1928.



Anexo 4 – Poço do Bispo, secção de embalagem, 1928.

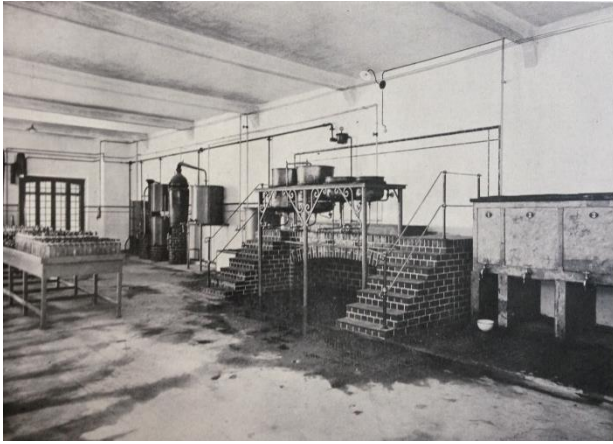


Anexo 5 – Poço do Bispo, Laboratório, 1928.



Anexo 6 – Poço do Bispo, Instalações da secção de licores – “A licorista”, 1928.

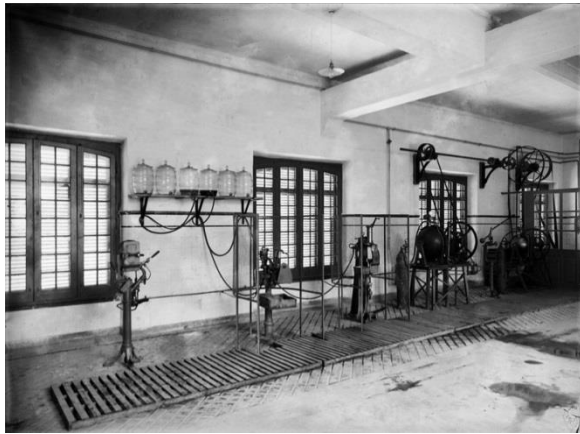
Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho



Anexo 7 – Poço do Bispo, Secção de xaropes – “A licorista”, 1928.



Anexo 8 – Poço do Bispo, Um dos armazéns de reserva – “A licorista”, 1928.



Anexo 9 – Poço do Bispo, fábrica de refrigerantes e gasosas – “A licorista”, 1928.

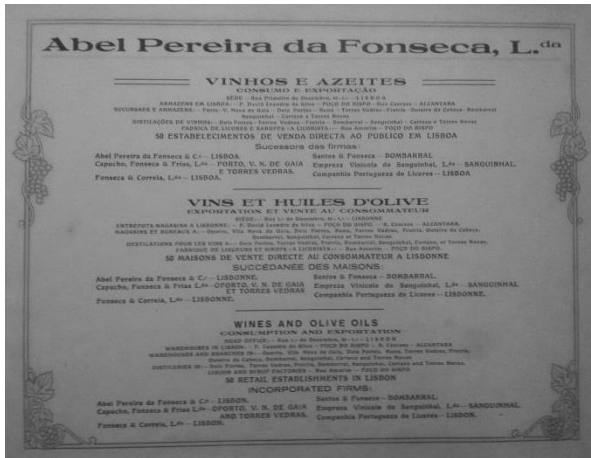


Anexo 10 – Poço do Bispo, exposição de Licor de Ginja – “A licorista”, 1928.



Anexo 11 – Poço do Bispo, um dos armazéns, 1928.

B. ARMAZÉNS PERTENCENTES AO GRUPO



Anexo 1 – Firmas pertencentes a A.P.F., 1928.



Anexo 2 – Alcântara, armazém de distribuição, 1928.



Anexo 3 – Alcântara, Armazéns de azeite, 1928.



Anexo 4 – Torres Novas, Fábrica de álcool, 1928.



Anexo 5 – Cartaxo, Armazéns de vinhos, 1928.



Anexo 7 – Dois Portos, Armazém de vinhos e destilação, 1928.



Anexo 8 – Dois Portos, Armazém e cais privativo, 1928.



Anexo 9 – Torres Vedras, Armazém e destilação, 1928.



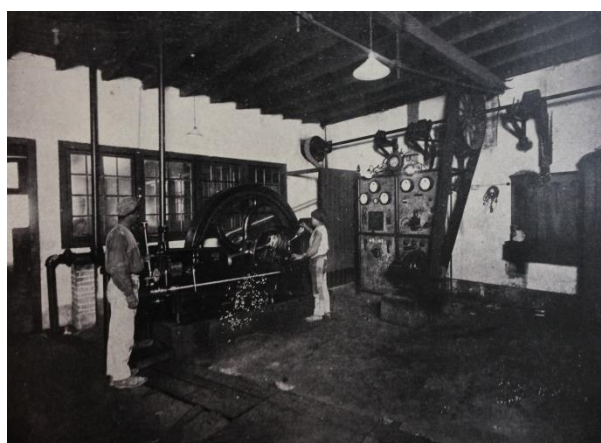
Anexo 10 – Bombarral, Vista exterior dos armazéns, 1928.



Anexo 11 – Bombarral, Quinta das Cerejeiras, 1928.



Anexo 12 – Bombarral, interior do armazém, 1928.



Anexo 12 – Bombarral, casa das máquinas, 1928.



Anexo 13 – Sanguinhal, Quinta do Sanguinhal, 1928.



Anexo 14 – Armazém composto de 40 toneis de vinho, 1928.



Anexo 15 – Sanguinhal, armazém, 1928.



Anexo 15 – Sanguinhal, armazém, 1928.

C. DOCA DO POÇO DO BISPO



Anexo 1 – Doca do Poço do Bispo, s/d.



Anexo 2 – Doca do Poço do Bispo, s/d.



Anexo 3 – Doca do Poço do Bispo, s/d.



Anexo 4 – Doca do Poço do Bispo, s/d.



Anexo 5 – Pipas roladas na Doca do Poço do Bispo, 1928.

D. LOJAS VAL DO RIO



Anexo 1 – Poço do Bispo, armazém de venda directa ao público, 1928.



Anexo 2 – Estabelecimento “Val do Rio” na Rua dos Fanqueiros, Lisboa.



Anexo 3 – Lisboa, pavilhão de exposição e venda, 1928.



Anexo 4 – Armazém de venda directa ao público, Rua da escola Politécnica, 1928.

D.1. PUBLICIDADE ÀS LOJAS

ENRIQUEÇA AS SUAS REFEIÇÕES
SERVINDO-AS COM VINHOS APROPRIADOS, DAS NOSSAS REPUTADAS MARCAS!

Para carne
Sagunto, Branco 4200
Burgundy, Branco 4200
Burgundy, Branco 4200
Burgundy, Branco 4200

Para sobremesa
Liquor de Flocos 11500
Liquor de Flocos 11500
Liquor de Flocos 11500

Para peixe
Sagunto, Branco 4200
Burgundy, Branco 4200
Burgundy, Branco 4200

Aperitivos
Vermouth, Branco 3200
Vermouth, Branco 3200
Vermouth, Branco 3200

ECONOMISE
COMPRANDO OS NOSSOS PRODUTOS!
A PREÇOS DE COMBATE, DESAFIANDO TODA A CONCORRÊNCIA!

O AUXILIAR DA COSINHEIRA
ACEPIPES E GULOSEIMAS

Anexos 1 2 e 3 – Jornal de propaganda aos estabelecimentos Val do Rio, em 1948.

AZEITE, VINAGRE, CHAVE D'OURO, MASCOTE DAS BOAS DONAS DE CASA
À VENDA NOS ESTABECIMENTOS VAL DO RIO E ABEL PEREIRA DA FONSECA

Anexo 4 – Panfleto publicitário aos produtos das lojas val do rio, s/d.

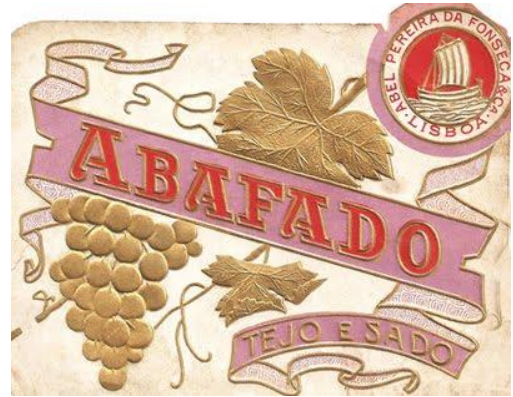
A LICORISTA
DISTILAÇÃO A VAPOR, PELOS PROCESSOS MAIS APERFEIÇADOS, DOTADA COM AS INSTALAÇÕES MAIS IMPORTANTES E PERFEITAS QUE NO GÊNERO EXISTEM NO PAÍS.

LICÔRES DE FRUTOS DE PORTUGAL
ANISADO, CRISTALISADOS, AMARGOS, APERITIVOS, ETC.

COMPANHIA PORTUGUESA DE LICÔRES SUCESSORES
Abel Pereira da Fonseca, Lim.
ESCRITORIO: R. dos SAPATEIROS-219, T.º-LISBOA

Anexo 5 – Panfleto licores, s/d.

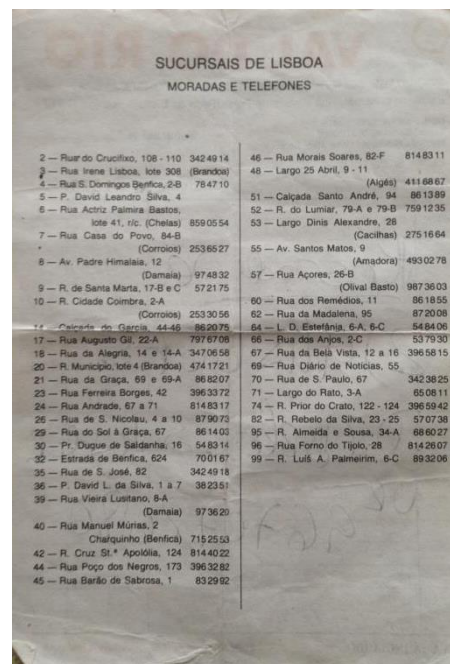
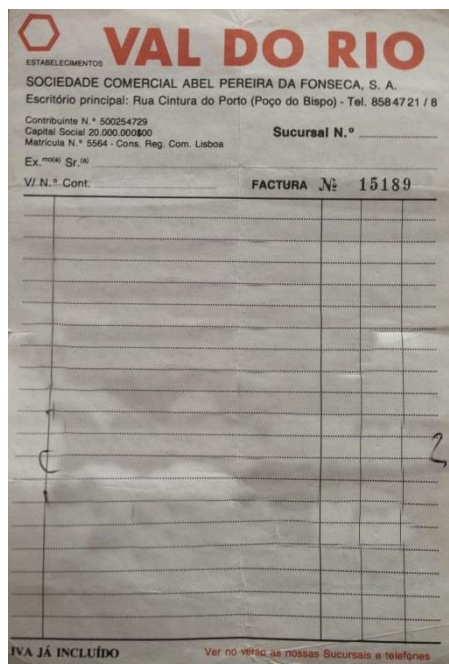
Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho



Anexo 6 – Publicidade aos vinhos, s/d.



Anexo 7 – Publicidade aos vinhos, mercado do Bulhão, s/d.



Anexo 8 – Factura que era passada pelas lojas Val do Rio.

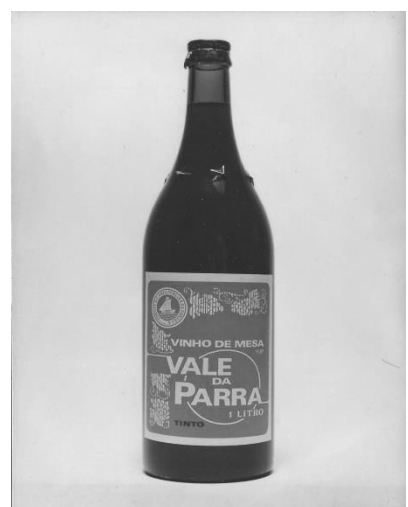
D.2. VINHOS COMERCIALIZADOS



Anexo 1 – vinhos comercializados.



Anexo 2 – vinhos comercializados.



Anexo 3 – vinhos comercializados.

III – CARTOGRAFIA

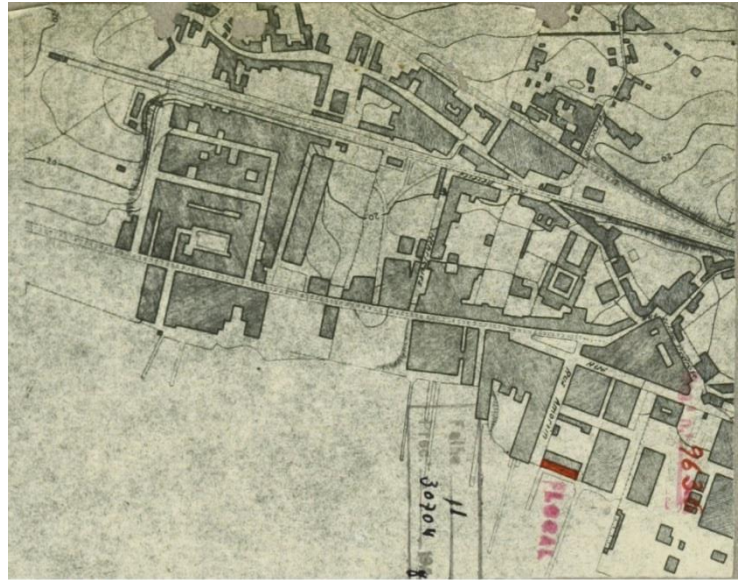
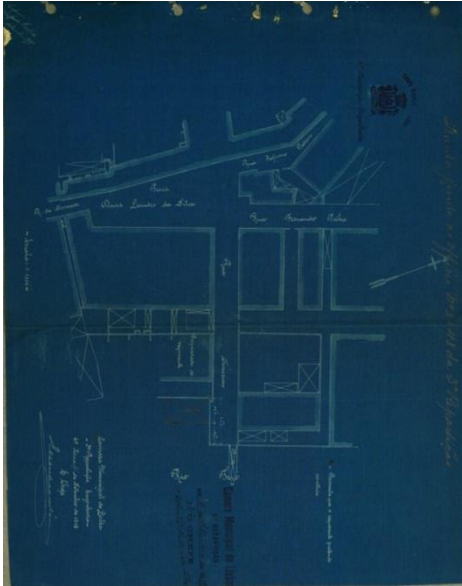


Anexo 1 – Cartografia de Silva Pinto, 1911.



Anexo 2 – Cartografia do Instituto Geográfico do Cadastral, 1950.

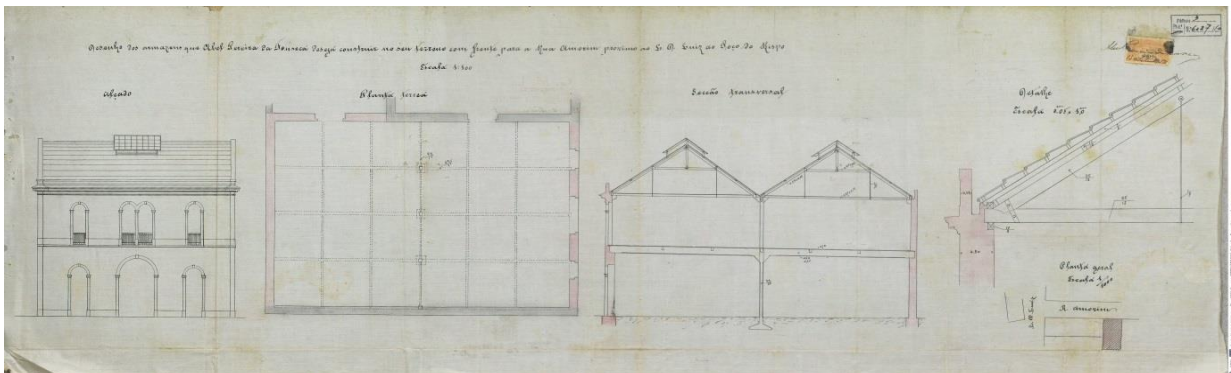
IV – ELEMENTOS DESENHADOS



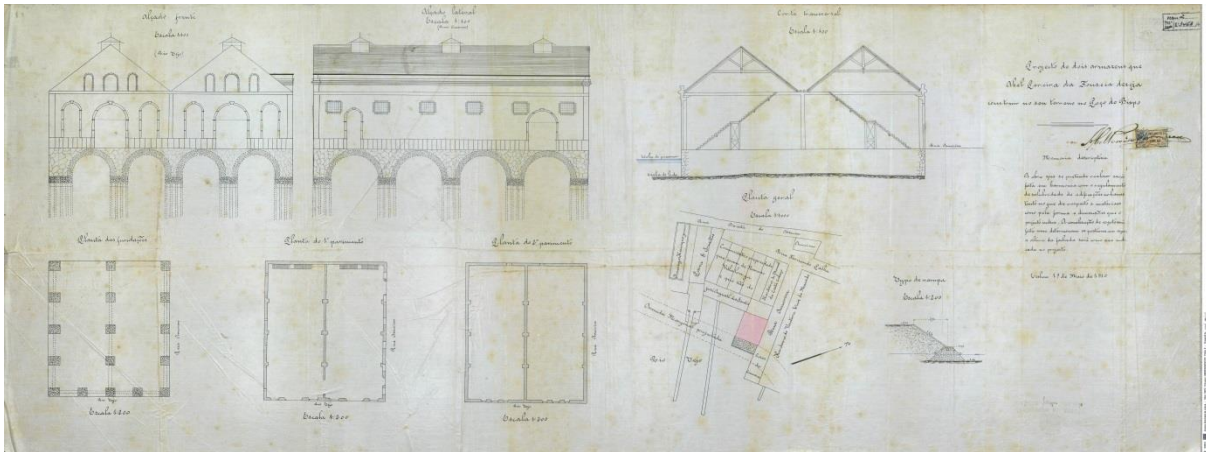
Anexos 1 – Jornal de propaganda aos estabelecimentos Val do Rio, em 1948.



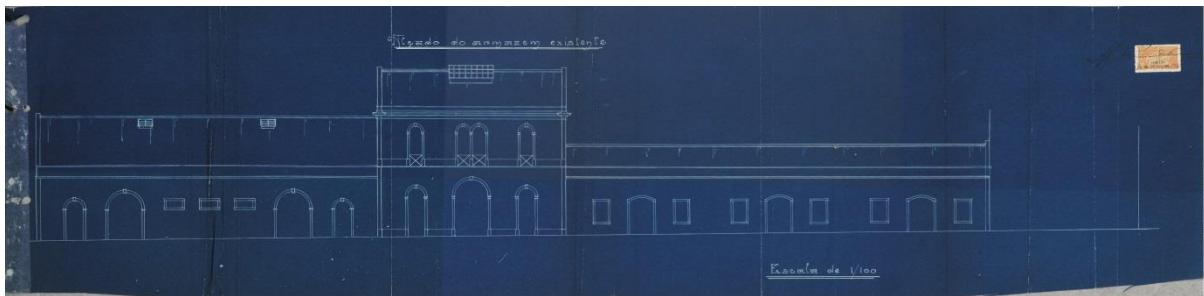
Anexo 2 – Jornal de propaganda aos estabelecimentos Val do Rio, em 1948.



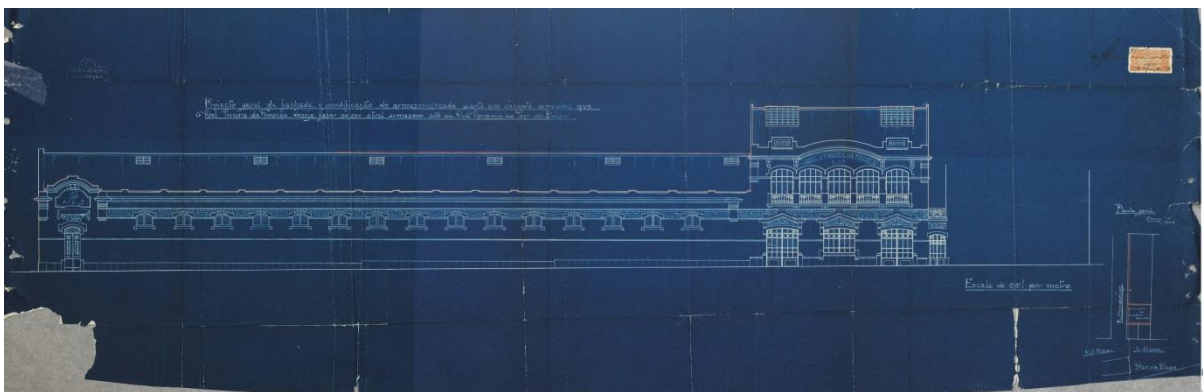
Anexo 3 – Armazéns que Abel Pereira da Fonseca pretende construir, com frente para a rua Amorim em 13 de Setembro de 1910.



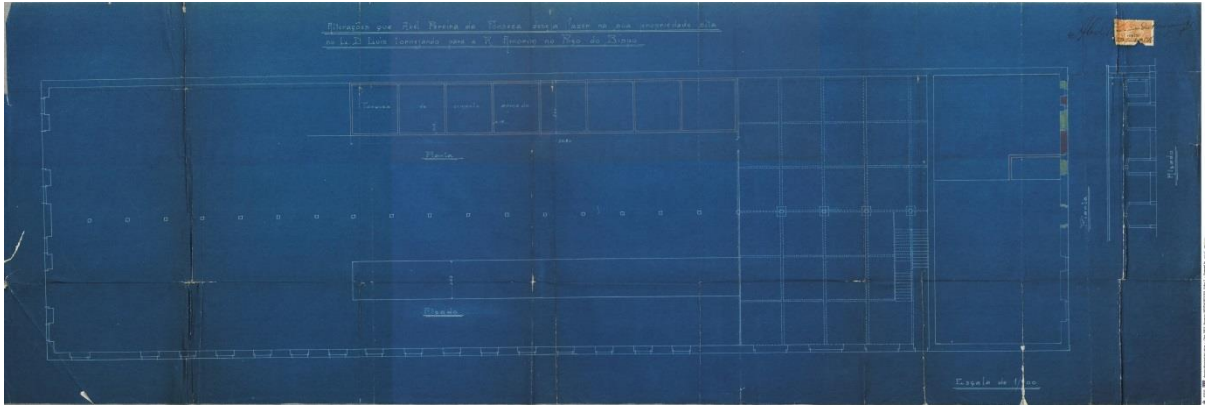
Anexo 4 – Projecto de dois armazéns que Abel Pereira da Fonseca deseja construir, em 16 de Junho de 1910.



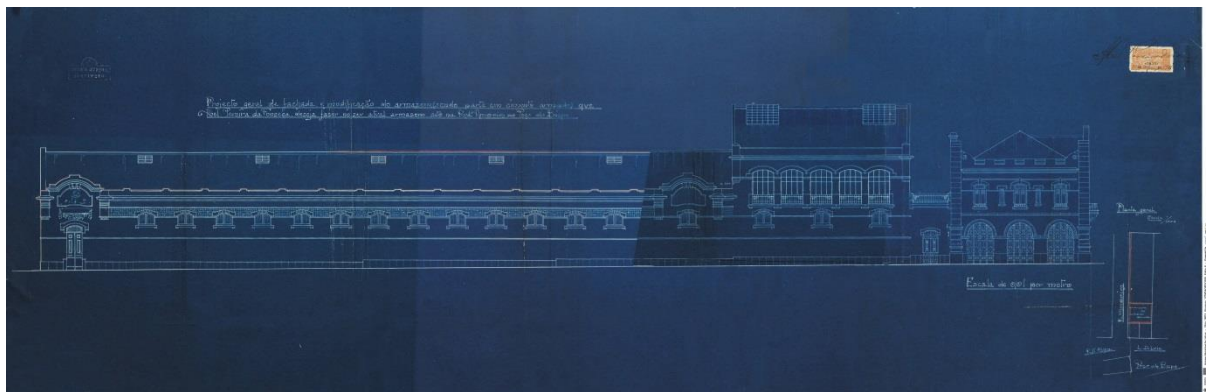
Anexo 5 – Alçado da Rua Amorim, da autoria do arquitecto Norte Júnior, em 10 de Março de 1916.



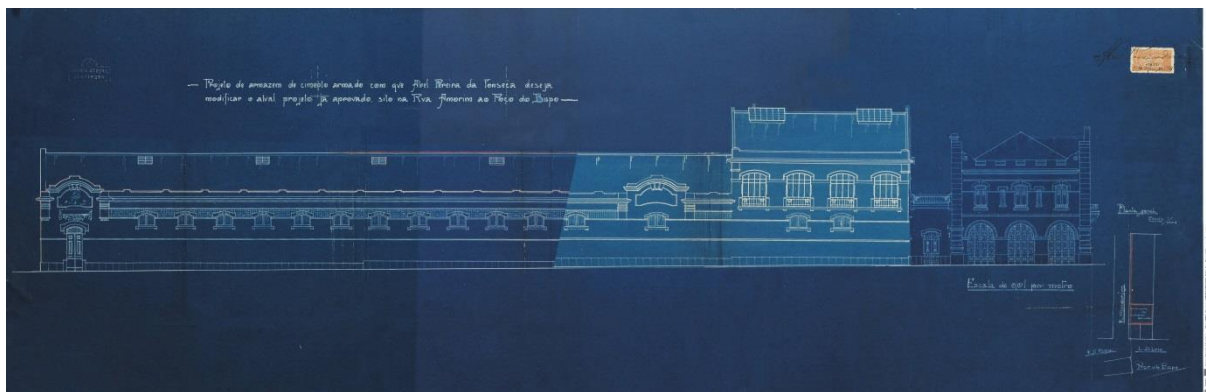
Anexo 6 – Projecto geral da fachada – Rua Amorim, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 10 de Março de 1916.



Anexo 7 – Projecto modificação do armazém – Rua Amorim, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 10 de Março de 1916.

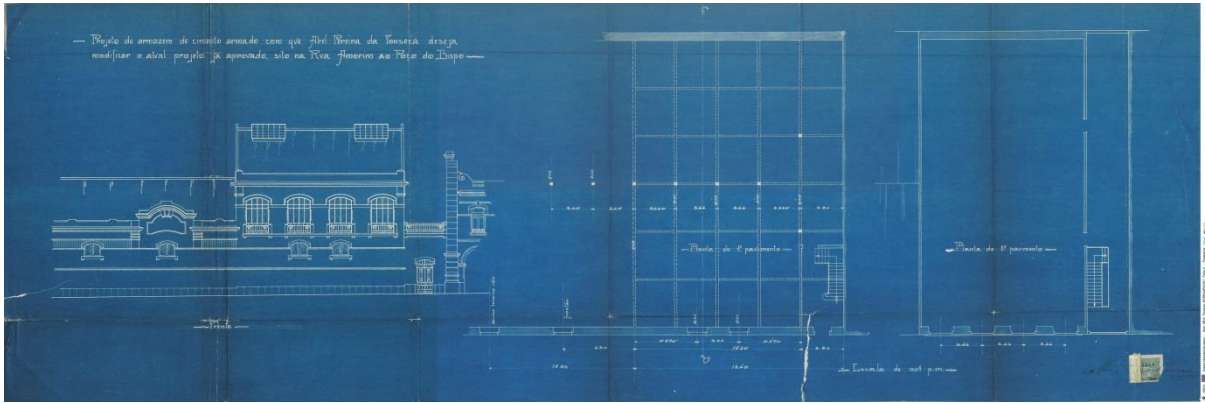


Anexo 8 – Projecto modificação da fachada do armazém – Rua Amorim, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 23 de Setembro de 1916.

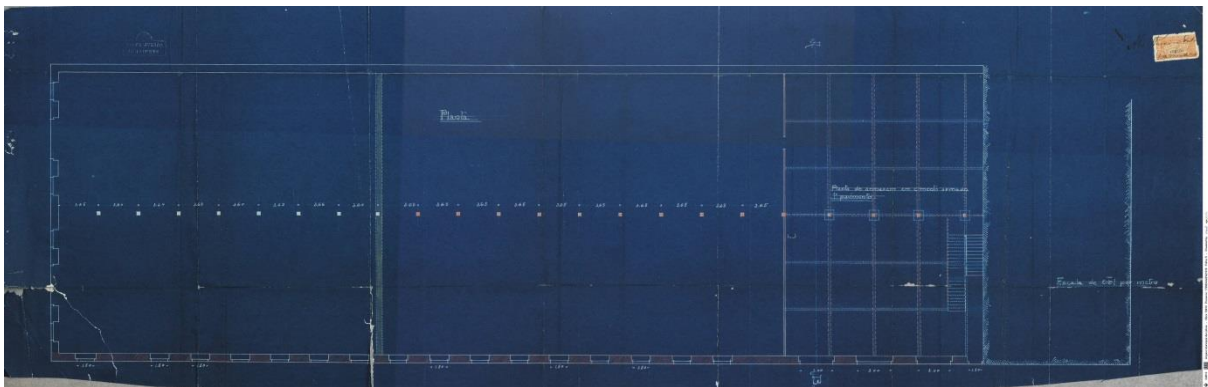


Anexo 9 – Projecto de alteração do armazém já aprovado em cimento armado, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 1917.

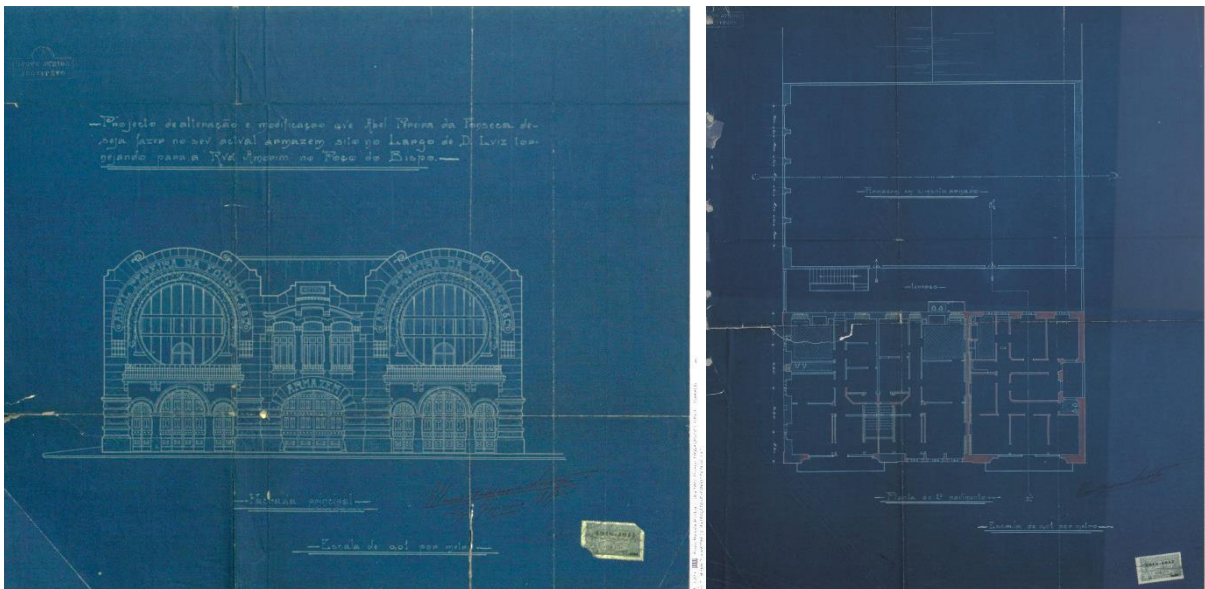
Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho



Anexos 10 – Projecto de alteração do armazém já aprovado em cimento armado, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 1917.

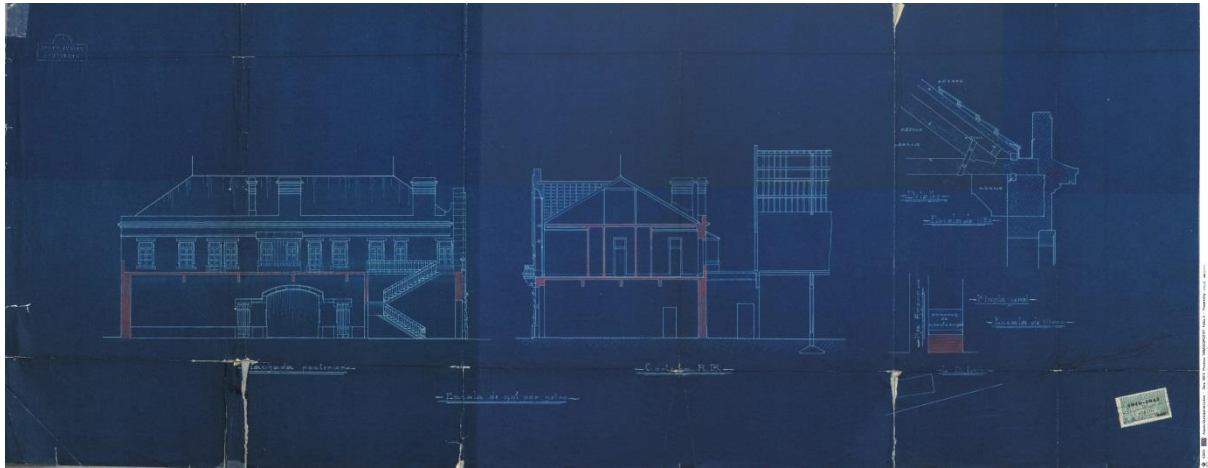


Anexos 11 – Projecto de alteração da planta, da autoria do arquitecto Norte Júnior em 1917.

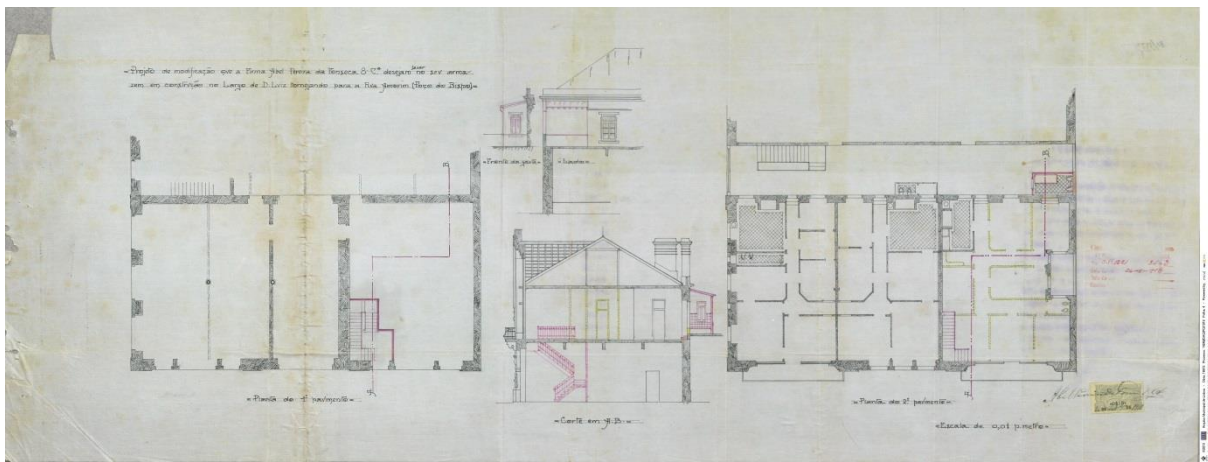


Anexo 12 – Projecto de alteração e modificação, da autoria do arquitecto Norte Júnior – Rua do açúcar em 1917.

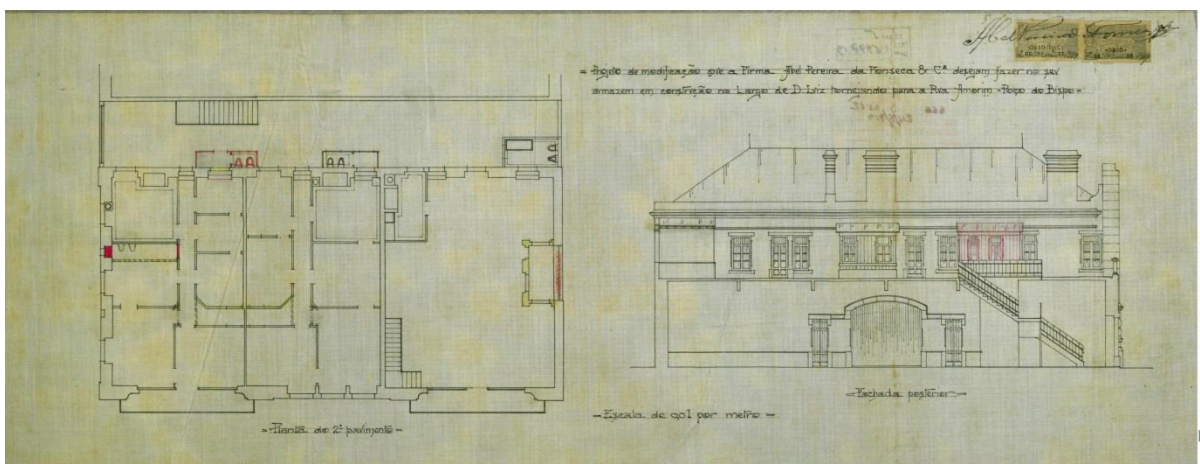
Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho



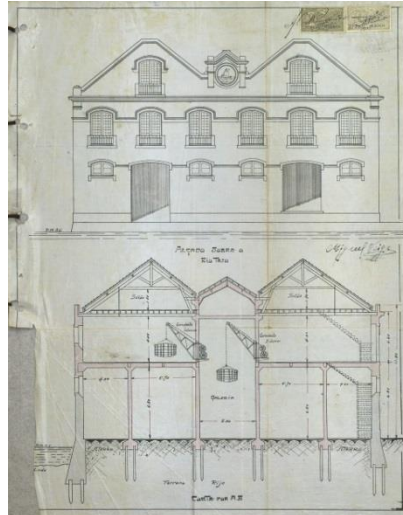
Anexo 13 – Projecto de alteração e modificação, da autoria do arquitecto Norte Júnior – Rua do açúcar em 1917.



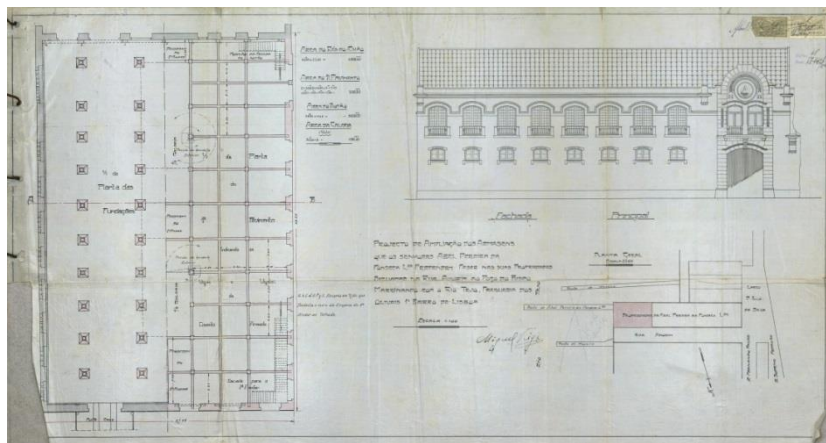
Anexo 14 – Projecto de alteração e modificação, da autoria do arquitecto Norte Júnior – Rua do açúcar em 20 de Setembro de 1918.



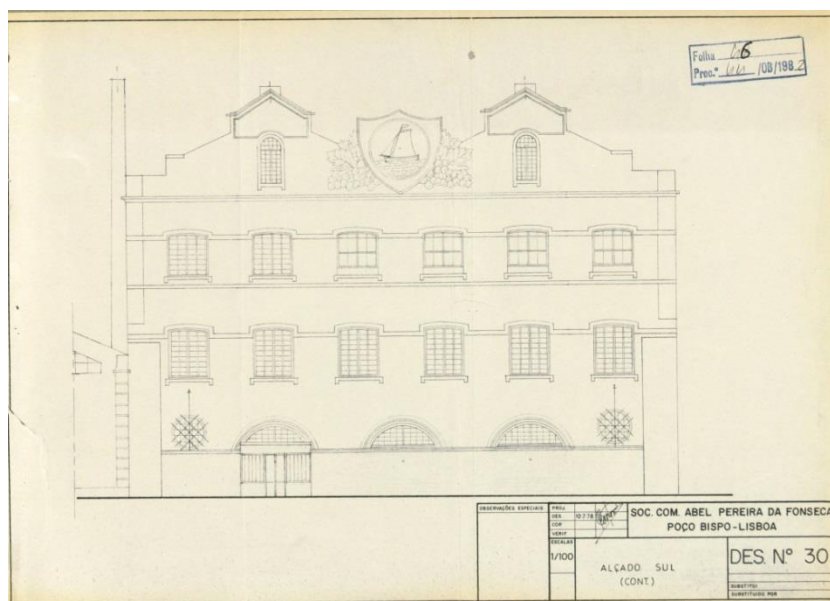
Anexo 15 – Projecto de alteração e modificação, da autoria do arquitecto Norte Júnior – Rua do açúcar em 2 de Maio de 1919.



Anexo 16 - Projecto de ampliação dos armazéns na Rua Amorim, marginando com o rio Tejo em 1921.

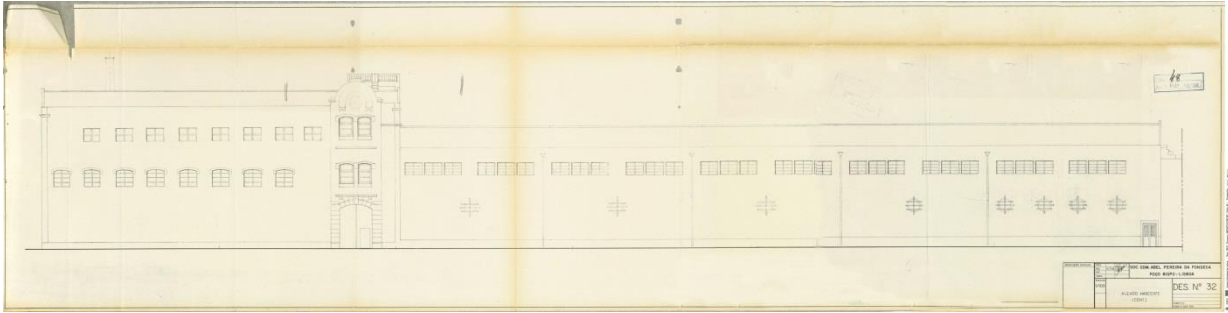


Anexo 17 – Projecto de ampliação dos armazéns na Rua Amorim, marginando com o rio Tejo em 1921.

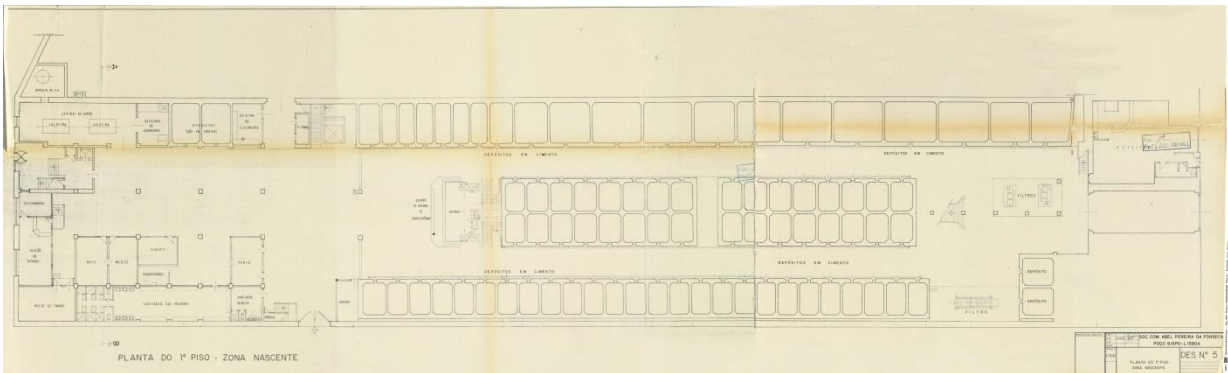


Anexo 18 – Projecto de alteração e ampliação dos armazéns, da sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921.

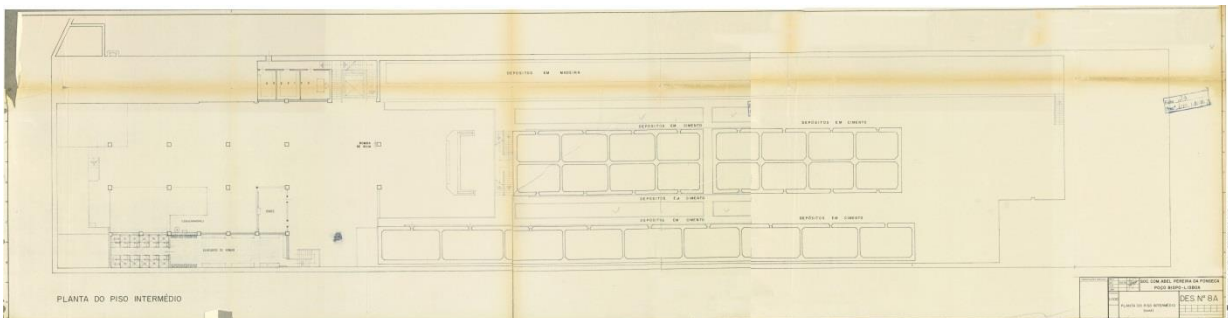
Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho



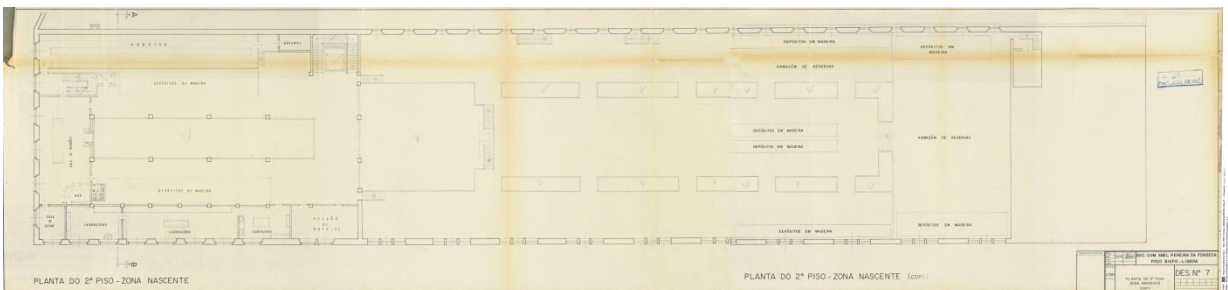
Anexo 19 – Alçado da Rua Amorim, sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921.



Anexo 20 – Planta piso 0, sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921.

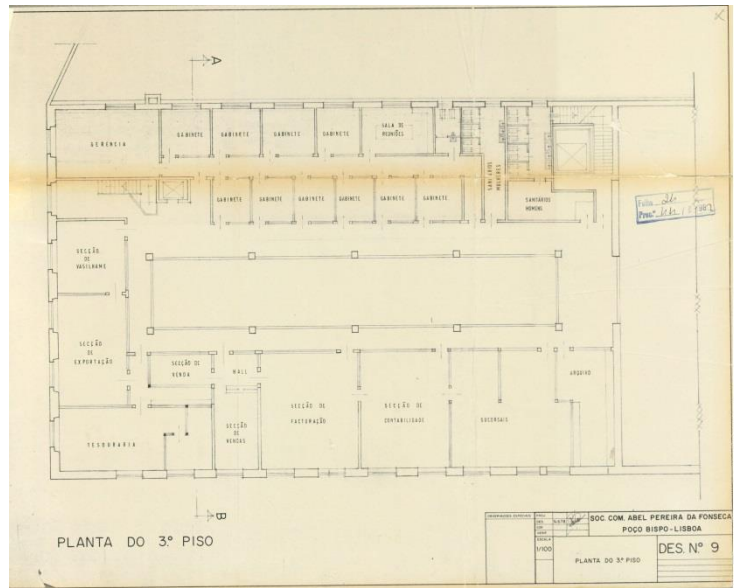


Anexo 21 – Planta piso intermédio, sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921.

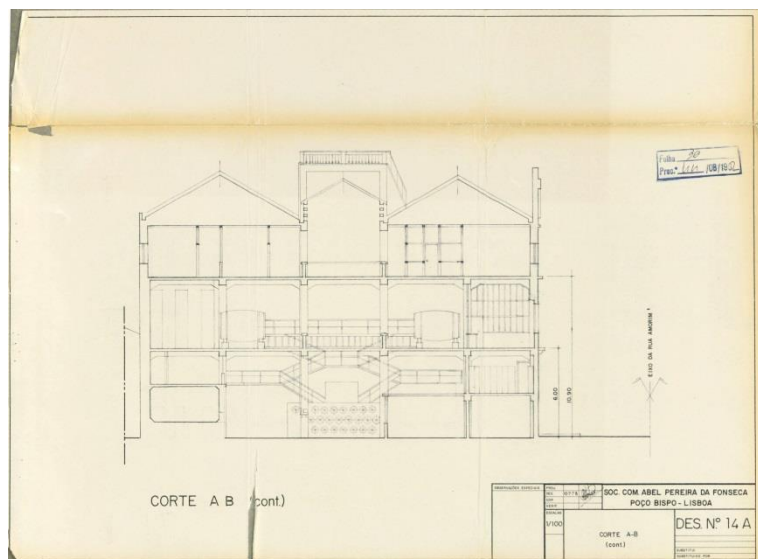


Anexo 22 – Planta piso 1, sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921.

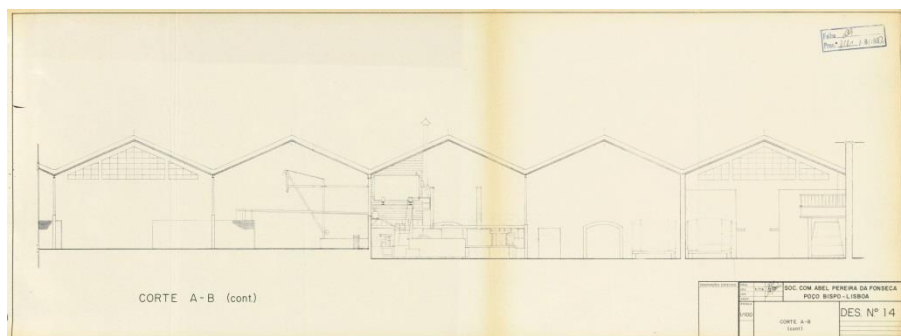
Reconversão dos Armazéns de Vinho Abel Pereira da Fonseca: Museu do Vinho



Anexo 23 – Planta piso 2, sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921.



Anexo 24 – Corte, sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921.



Anexo 24 – Corte armazéns, sociedade comercial Abel Pereira da Fonseca em 1921.